

BRANQUITUDE: _____
_____ RACISMO E
ANTIRRACISMO _____

DIÁLOGOS
DO ENCONTRO
26 A 28 DE OUTUBRO
DE 2020

IBIRAPITANGA



1. Abertura **4**
2. Introdução **6**
3. O encontro – programação completa **10**
- 3.2 **DIÁLOGOS**
 - [26.10] O branco na luta antirracista: limites e possibilidades **12**
 - [27.10] Alianças possíveis e impossíveis entre brancos e negros para equidade racial **40**
 - [27.10] O protagonismo negro no desvelar da branquitude **67**
 - [28.10] O papel da comunicação no antirracismo **101**
 - [28.10] O que podem os indivíduos diante da estrutura? **132**
4. Participantes e suas contribuições ao antirracismo **163**

1. Abertura

Por Cida Bento

Esta publicação sobre branquitude, a partir dos debates ocorridos sob a coordenação do Instituto Ibirapitanga, reveste-se de muita relevância no momento político que estamos vivendo no mundo e no Brasil.

Como nos mostram os debatedores do encontro, tratar de branquitude é focalizar a violência racial incrustada nas instituições, a partir de um prisma relacional. Neste sentido, pessoas brancas, cuja responsabilidade nesta questão permaneceu por anos negligenciada, são trazidas para o centro do debate.

O foco no legado concreto e simbólico do segmento branco na história do Brasil e o seu impacto nas desiguais condições de vida de brancos e negros na atualidade, é imprescindível para redefinir este lugar da branquitude e enfrentar o racismo institucional.

É neste diapasão que os debates sobre violência racial, tão intensificados nos últimos tempos pelos assassinatos de George Floyd nos EUA e de Alberto Freitas no Brasil, levaram brancos antirracistas a se posicionarem publicamente no sentido do enfrentamento do racismo institucional.

Transformar a relação de dominação que caracteriza a branquitude, exige que brancos a reconheçam, desaprendam e desmistifiquem ideologias e histórias que os autorizam a colocar a população negra em posições socialmente subalternizadas.

Mais do que isto, exige uma redefinição de cidadania, onde se discuta a desigual distribuição de recursos, a questão da propriedade e as condições no mundo do trabalho. Desafios como falta de oportunidades de educação, falta de acesso à saúde, moradia e o racismo ambiental têm que ser debatidos, para que se alcance uma verdadeira transformação social. O Instituto Ibirapitanga se propõe a contribuir com este processo e a realização do encontro mostrou-se um novo passo nesta direção.

2. Introdução

Do ponto de vista das relações raciais, no Brasil e no mundo, o ano de 2020 reservou episódios que expuseram profundamente as feridas abertas que as desigualdades raciais trazem para a população negra. Ao passo que o racismo seguiu desumanizando e expondo pessoas negras a todo tipo de violências simbólicas e físicas, nesse ano, as mobilizações antirracistas ganharam força e visibilidade global. O momento evidenciou a importância da ampliação dos diálogos em torno da questão racial e suas dimensões específicas.

Diante deste contexto e refletindo sobre o lugar que a luta antirracista tomou no ocidente, especialmente após o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, o Instituto Ibirapitanga realizou o encontro “Branquitude: racismo e antirracismo”, com a co-curadoria de Lia Vainer Schucman. Realizado em formato online¹, de 26 a 28 de outubro de 2020, e composto por cinco diálogos, o encontro deu origem a esta publicação.

A organização deste volume, o quarto da série de Cadernos Ibirapitanga, surge a partir de uma demanda da sociedade brasileira em discutir e implementar práticas antirracistas. Ao pensarmos no combate ao racismo, frequentemente nos perguntamos: qual o lugar das pessoas brancas na perpetuação do racismo e, conseqüentemente, na luta antirracista?

Os diálogos do encontro foram constituídos como cinco espaços de trocas entre diferentes atores que compõem e fortalecem a luta antirracista no Brasil e nos Estados Unidos com questões fundamentais para esta discussão.

O primeiro, composto por Cida Bento e Robin DiAngelo e mediado por Thiago Amparo, teve a intenção de compreender o lugar do branco na luta antirracista, os limites e possibilidades diante da própria branquitude.

¹ Todos os diálogos do encontro estão disponíveis no canal “Instituto Ibirapitanga”, no YouTube.

No intuito de compreender quais os mecanismos de produção de desigualdades raciais que asseguraram aos brancos um lugar de conforto racial em que estes não precisam se posicionar e agir contra o racismo, outro diálogo teve como propósito abordar o protagonismo negro no desvelar da branquitude, contando com apresentações de Lourenço Cardoso e Deivison Faustino sobre os diferentes aspectos dos benefícios que os sujeitos recebem ao serem incluídos dentro da categoria “branco”. Esse diálogo nos trouxe reflexões acerca do que é evidenciado quando o olhar do negro recai sobre o branco.

Diante das assimetrias produzidas por uma sociedade dividida pelo racismo estrutural, onde brancos e negros ocupam lugares simbólicos e materiais bastante distantes entre si, coube então a Sueli Carneiro e Lia Vainer Schucman, com mediação de Ana Paula Lisboa, discutirem os desafios e possibilidades das alianças entre brancos e negros para a luta antirracista. Este diálogo trouxe reflexões importantes para brancos e negros avançarem em práticas antirracistas que de fato possam transformar nossa sociedade.

Pensando o papel da comunicação na produção do racismo, Liv Sovik e Nic Stone, com a condução de Tiago Rogero, trouxeram reflexões fundamentais para defender como indivíduos e instituições podem se utilizar de mídias sociais, veículos de comunicação, produção literária e audiovisual para o fortalecimento da luta antirracista.

Para fechar o ciclo de diálogos, Jurema Werneck e Thula Pires, mediadas por Bianca Santana, refletiram sobre o que podem os indivíduos diante da máquina de gerar desigualdades que é o racismo estrutural. O encontro encerrou-se buscando elaborar proposições sobre a pergunta: de que forma cada um de nós pode agir para dismantelar essa estrutura?

Com uma hora e trinta minutos de duração, cada diálogo foi aberto com uma breve fala de integrantes da equipe Ibirapitanga. Cada mediadora/or seguiu na condução da conversa, alternando questões disparadoras para cada participante e as perguntas do público.

Neste caderno, apresentamos as falas de mediadoras/es e participantes nos cinco diálogos. Procurando preservar o tom de conversa que orientou cada um deles, as exposições orais foram transcritas e passaram por uma leve edição. Optamos por não incluir as falas de abertura, por sua semelhança, incluindo seu conteúdo central nesta introdução. Ao final da publicação, incluímos a minibiografia e uma lista das principais referências bibliográficas de cada participante, oferecendo à/ao leitora/or acesso aos seus principais trabalhos.

Também incluímos notas explicativas e com referências citadas ao longo das falas, contextualizando as informações mencionadas.

Assumir uma postura ética e responsável orientada à ação de questionamento ao privilégio branco e enfrentamento ao racismo estrutural. Esse foi o chamado fundamental do encontro.

Esta publicação é mais um passo deste movimento de reforçar a demanda pela prática consistente de enfrentamento ao racismo por toda a sociedade. Muito além da reflexão, esse caderno é um recurso para alimentar a construção de ações profundamente comprometidas com este horizonte.

Agradecemos às/aos participantes e mediadoras/es que se dispuseram, de maneira generosa, a partilhar este momento conosco. A entrega e a disposição de cada um contribuíram de maneira valiosa para a consolidação dessa ferramenta.

3. O encontro

Programação

- 26.10** O branco na luta antirracista: limites e possibilidades
ROBIN DIANGELO, CIDA BENTO E THIAGO AMPARO (MEDIADOR)
- 27.10** Alianças possíveis e impossíveis entre brancos e negros para equidade racial
SUELI CARNEIRO, LIA VAINER SCHUCMAN E ANA PAULA LISBOA (MEDIADORA)
- 27.10** O protagonismo negro no desvelar da branquitude
DEIVISON FAUSTINO, LOURENÇO CARDOSO E LUCIANA BRITO (MEDIADORA)
- 28.10** O papel da comunicação no antirracismo
LIV SOVIK, NIC STONE E TIAGO ROGERO (MEDIADOR)
- 28.10** O que podem os indivíduos diante da estrutura?
JUREMA WERNECK, THULA PIRES E BIANCA SANTANA (MEDIADORA)

**O branco
na luta
antirracista:
limites e
possibilidades**

**Robin
DiAngelo**

**Cida
Bento**

Thiago Amparo
(MEDIADOR)

26.10.20

Os brancos no Brasil e nos Estados Unidos vivem em sociedades que os protegem e os desresponsabilizam das tensões e hierarquias raciais advindas do racismo sistêmico. Cida Bento e Robin DiAngelo foram pioneiras em pensar os mecanismos psicossociais destes sujeitos para a legitimação e manutenção das hierarquias por meio dos conceitos de pactos narcísicos entre brancos e fragilidade branca. Como funcionam estes mecanismos? Como estes pactos se associam à ideia de fragilidade branca? De que forma estes dispositivos de produção de desigualdades raciais asseguraram aos brancos um lugar de conforto racial em que estes não precisam se posicionar e agir contra o racismo? A partir destas perguntas, essa mesa teve como propósito pensar o lugar do branco na luta antirracista e os limites e possibilidades diante da própria branquitude.



[THIAGO AMPARO] Olá a todos e todas.

É um prazer enorme estar aqui nesse evento. Agradeço bastante a todos do Ibirapitanga, em nome do Andre, Lara e todas as pessoas que participaram na concepção dessa importante iniciativa de debates sobre branquitude e antirracismo. Esse é um tema muito importante para debatermos e tenho a honra de estar junto a duas grandes pensadoras sobre esta questão, Robin DiAngelo e Cida Bento.

Robin DiAngelo é professora associada de Educação, na Universidade de Washington. Ela possui dois doutorados honorários. Em 2011, ela cunhou o termo “fragilidade branca”, em um artigo acadêmico que influenciou o debate sobre a questão racial e a branquitude. O seu livro, *White Fragility: Why It’s So Hard for White People to Talk About Racism*, que foi traduzido no Brasil como *Não basta não ser racista, sejamos antirracistas*², foi lançado em junho de 2019, nos Estados Unidos, e estreou como *best-seller* do *The New York Times*, tendo sido traduzido para mais de 10 idiomas. Além de seu trabalho acadêmico, DiAngelo é consultora e educadora há mais de 20 anos em questões relacionadas à justiça racial e social.

Também está aqui a Cida Bento que é diretora do CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. Ela é doutora em Psicologia pela USP – Universidade de São Paulo, onde formulou a tese *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no*

2 DIANGELO, Robin. *Não basta não ser racista, sejamos antirracistas*. Barueri: Faro Editorial, 2020.

*poder público*³, e é professora visitante na Universidade do Texas, nos Estados Unidos. Ambas estudam a questão racial e a discutem a partir do lugar da branquitude.

Eu queria começar fazendo para a Robin uma pergunta mais geral. No seu livro, você fala sobre fragilidade branca. A primeira pergunta, seria, óbvio: o que seria fragilidade branca? Você menciona esse lugar de conforto de que pessoas brancas usufruem em seu privilégio. Eu gostaria de saber como, na discussão de temas raciais, a fragilidade se relaciona com a posição de privilégio, de poder na sociedade, que pessoas brancas, em geral, possuem. Peço que fale um pouco sobre esse conceito de fragilidade branca e o que significa privilégio dentro da sua obra.



[ROBIN DIANGELO] Eu estou tão feliz de poder falar para vocês brasileiros e brasileiras e obrigada por aceitarem o fato de eu não falar outro idioma, além do inglês, o que é uma forma de etnocentrismo, no qual nós americanos e americanas somos criados, para esperar que todos os outros acolham a nossa única língua, mas nós não acolhemos outros idiomas. Eu quero reconhecer isso e agradecer.

Primeiro vamos falar sobre o que é a fragilidade branca. O aspecto da palavra fragilidade serve para dizer o quão pouco é necessário para que pessoas brancas

³ BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Pactos Narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 169f. Tese (Doutorado) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

tenham uma erupção de reações de autodefesa, raiva e dor. Por outro lado, o impacto dessa erupção não é nada frágil, é como um vidro quebrado. Porque, por trás disso, há o peso de um poder institucional – histórico e atual – e de autoridade jurídica. Isso se transforma em uma arma de defesa que, de forma poderosa, funciona para impedir a nós mesmos de nos desafiarmos nas nossas posições de privilégio e conforto.

Eu penso que, na verdade, funciona como um tipo de *bullying* racial branco cotidiano. Porque nós – pessoas brancas – fazemos com que seja algo tão punitivo para vocês – pessoas não brancas – nos desafiarem, que eu imagino que, frequentemente, vocês escolherão não nos desafiar. Vocês não querem arriscar que fique pior, porque, frequentemente, fica pior e não melhor.

Vejo a fragilidade branca como uma sociologia da dominação, na forma como nós mantemos nossas posições e as protegemos. E não há algo único que cria isso, acredito que são vários fatores. Primeiro, **o individualismo**, uma ideologia muito preciosa que nos permite nos isentarmos das forças de socialização, que nos permite ficarmos irritados. Quero dizer, só o fato de que hoje nós vamos falar de pessoas brancas, em termos gerais, vai deixar muitas pessoas brancas irritadas, porque “você não me conhece, você não sabe como sou diferente”.

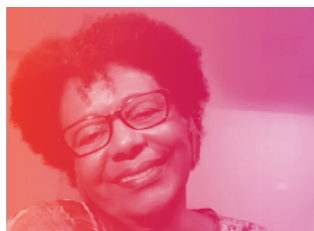
Segundo, **a ideologia da meritocracia**, de que nós temos o que temos porque trabalhamos duro, não porque trabalhamos duro dentro de um sistema que recompensou o nosso trabalho duro. Portanto, quando isso é questionado, diz respeito às nossas identidades. Outro fator é aquilo que eu chamo de **binarismo do bem e do mal**, a ideia simplista de que o racista é uma pessoa ruim, que conscientemente não gosta das pessoas baseando-se em raça e que intencionalmente quer feri-las. Essa seria uma pessoa ruim, e eu não sou essa pessoa, portanto, eu sou uma pessoa boa e eu não posso ser racista. Se você sugerir que sou racista só por eu ser branco ou branca em uma sociedade que está estruturada hierarquicamente baseada em raça, na minha cabeça, você está questionando o meu caráter moral, e agora eu tenho que defender o meu caráter moral.

O último fator – talvez existam outros –, e que eu penso ser também o mais difícil de admitir, é a **superioridade internalizada**. Conheço pesquisas nos Estados Unidos que mostram – e eu tenho certeza de que uma pesquisa também mostraria isso no Brasil – que crianças percebem muito cedo que é melhor ser branco. Ninguém perde de vista essa mensagem. Agora, o impacto dessa informação foi diferente para você do que foi para mim, mas nós dois a

recebemos. Dessa forma, em algum nível, eu acredito que eu mereço o que eu tenho, que eu mereço essa posição, porque sou inerentemente superior a você e ao seu grupo.

Tudo isso se apresenta de forma conjunta, não é racional. Há várias contradições, mas não precisa ser racional, só precisa funcionar para retirar o racismo da discussão e proteger o *status quo*, que é o racismo sistêmico.

[THIAGO AMPARO] Muito obrigado, Robin. Você trouxe vários elementos interessantes para a nossa conversa. Eu queria chamar a Cida, com relação a isso, porque ela menciona em sua tese o pacto narcísico – até peguei uma parte em que fala “que implica na negação, no evitamento do problema com vistas a manutenção de privilégios raciais. O medo da perda desses privilégios, e o da responsabilização pelas desigualdades raciais”⁴. Acho que a sua ideia de pacto narcísico da branquitude – que vou pedir para você explicar um pouco – tem muito a ver, aparentemente, com o que a Robin está falando sobre essa superioridade internalizada e essa ideia de quem olha para si mesmo de uma forma narcísica. Peço para você falar um pouco sobre essa ideia de pacto narcísico da branquitude, como você chegou nesse conceito e se isso tem alguma relação com o que a Robin acabou de nos descrever.



[CIDA BENTO] Olá. Bom estar junto, Thiago e demais companheiras e companheiros. Eu estava ouvindo atentamente a Robin, eu já havia lido o texto dela. Estava pensando que dois fatos que aconteceram na última semana aqui, no Brasil, são exemplos do que eu entendo como pacto narcísico e os seus resultados: de um lado, aquela jovem mulher, uma alta liderança de um banco, falando que a ampliação da presença negra poderia representar um nivelamento por baixo do

⁴ BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, 2002, p. 7.

banco⁵; e, de outro, em um dos maiores colégios aqui em São Paulo – deve ser um dos maiores do Brasil, um dos mais caros –, em que o seu diretor fala que as cotas estão destruindo as universidades pela ampliação da presença negra⁶.

Acho que o outro lado dessas falas é: “nossa instituição funciona muito bem sendo só branca, ela tem nível de excelência porque ela é só branca. A entrada de negros por cotas, programas de ações afirmativas, seja lá como for, vai quebrar a excelência da nossa instituição”.

O pacto narcísico é isso, é olhar para um país como o Brasil e perceber, em todo o tipo de organização, que as lideranças são brancas. O Judiciário, o Executivo, o Legislativo, as grandes empresas, as organizações da sociedade civil, as esquerdas, as direitas e o centro são brancos. E tem um jeito de assegurar a presença branca contínua, que é o fortalecimento, a preferência silenciosa e profundamente ideológica de iguais.

Então, quando essa liderança do banco e esse diretor dizem “nossa instituição tem excelência porque ela é toda branca”, eles estão em uma ponta de uma mesma linha, na qual o outro lado é: “nossa sociedade vai ter um grau de excelência se só tiver branco. Portanto, gestor público, Estado, vá para as favelas cumprir o seu papel que é matar negro”. De cada dez assassinados no Brasil, oito são negros – esse é o dado mais recente.

Se em uma ponta eu tenho o gestor público, o profissional de recursos humanos, a alta liderança dizendo: “nossa instituição precisa continuar branca para continuar em um nível de excelência”, do outro lado, é esse discurso – eu quero ressaltar a importância do discurso que quem tem dinheiro e está em condição de dominação pode fazer repercutir em todos os meios de comunicação, nos livros didáticos, na televisão e em toda a sociedade – que sustenta a fala “somos os melhores, os mais bonitos, os mais competentes, estamos aqui porque merecemos”. A meritocracia é usada o tempo inteiro para justificar isso. E, na outra ponta – eu faço muita questão de enfa-

5 Em um importante programa de entrevistas, uma das fundadoras de uma *startup* brasileira que atua na área financeira (Nubank) ao ser questionada sobre a representatividade racial em sua empresa, admitiu a existência desse problema, justificando-se que a contratação de negros “sempre foi difícil” e que a empresa “não pode nivelar por baixo”, diminuindo seu grau de exigência. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2vYX8B-Ro7M>. Acesso em: 21 abr. 2021.

6 Em entrevista em outubro de 2020, o diretor do Colégio Bandeirantes, em São Paulo, criticou a política de cotas, justificando que a reserva de vagas insere “alunos completamente despreparados” na universidade pública, “destruindo a universidade e disfarçando o problema” da disparidade educacional no país. Texto disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/ensino-hibrido-diretor-bandeirantes/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

tizar isso –, nós também estamos dizendo: “essa sociedade é melhor, ela vai adquirir níveis de excelência, sem os negros”, e é isso que leva ao extermínio.

Eu quero trazer um último ponto que é: com certeza, os homens que escondem o dinheiro na cueca, como aconteceu agora no Brasil⁷ e correu o mundo inteiro; e as três das maiores lideranças do governo presas em corrupção ativa durante muitos anos não estudaram nas favelas, eles estudaram nesses colégios que se dizem de excelência. É de lá que eles vêm. Não vai me dizer que ele subiu o morro para estudar na favela. Então, quero também reforçar que é preciso pensar sobre esse nível de excelência das instituições no Brasil, porque é de lá que muitos deles saem, esse gestor público, essa liderança governamental, esses grandes empresários que compram políticos que vemos nas manchetes dos jornais todos os dias. Eles não estudam na favela, eles estudam nesses grandes colégios.

Termino a minha fala dizendo: **o pacto narcísico é um pacto também de morte. O conceito de narcisismo é um conceito de morte, ele é um pacto de morte no sentido de que é uma sociedade toda totalmente desumanizada e desfigurada por um grupo que quer se manter no poder a qualquer preço, cada vez mais assustado com a ampliação das vozes que apontam a branquitude. E é esse pacto que os mantém nessa condição de privilégio e poder.**

[THIAGO AMPARO] Robin, uma outra pergunta relacionada com o que a Cida trouxe. Você falou da ideia de meritocracia como uma forma de reforçar essa dificuldade de entender a branquitude, de entender a fragilidade branca. No seu livro, você fala que a branquitude é mais útil quando a sua própria existência é negada. Ou seja, a ideia de que as pessoas brancas não pensam sobre si como seres racializados, como seres que possuem uma perspectiva racial em suas interações sociais.

Você também menciona a ideia da raça e da branquitude como ficções construídas socialmente e eu queria entender um pouco o que isso significa.

⁷ Em outubro de 2020, em uma operação da Polícia Federal contra um suposto esquema de desvio de recursos públicos destinados ao combate do coronavírus em Roraima, o senador do estado Chico Rodrigues (DEM) foi flagrado tentando esconder dinheiro na cueca. Texto disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/10/14/operacao-da-pf-mira-esquema-de-desvio-de-recursos-destinados-ao-combate-do-coronavirus-em-rr.ghtml>. Acesso em: 16 maio 2021.

O que você quer dizer efetivamente com a ideia de branquitude e fragilidade branca como ficções, como ideias que são construídas na sociedade? O processo de uma pessoa branca em se reconhecer como uma pessoa branca, como uma pessoa dotada de branquitude, é similar ou diferente do processo de pessoas negras se tornarem pessoas negras em algum sentido?

ROBIN DIANGELO Tem tanto conteúdo nessa pergunta... Talvez você possa ter ouvido falar de pessoas que vão para os Estados Unidos e dizem: “Eu não era negro até chegar nos Estados Unidos”. Frequentemente, as pessoas que vêm de países africanos, como Quênia ou Nigéria, não sentem essa sensação de ser negro. Então, sim, é claro que raça é uma construção social e suas fronteiras e seus limites são diferentes, e se modificam em contextos diferentes. Mas ainda é absolutamente real em significado e suas consequências para as nossas trajetórias de vida.

Deixe-me colocar dessa maneira: eu não fui criada para pensar sobre mim mesma em termos raciais. Eu entendi que alguém tem raça. Você tem raça. E, se há um problema com raça, então, você tem um problema, e eu sinto muito que você tenha um problema, mas estou feliz que eu não seja parte dele, e espero que você desvende seu problema. É loucura. Seria como um homem dizendo para mulheres: “Eu compreendo que o patriarcado seja difícil para vocês, eu espero que vocês resolvam a questão do patriarcado. E me informem quando vocês resolverem isso”.

Isso tem vários impactos. Ao racializarmos o outro e não a nós mesmos, nos conferimos objetividade, chamada universalidade. Eu não falo a partir de uma posição particular, portanto, posso falar em nome de todos. Mas você só pode falar a partir de uma posição limitada e com um viés específico. Você só pode falar sobre pessoas negras, por exemplo. E ao marcar e nomear a raça daqueles que não são brancos, nós reforçamos essa noção de que as pessoas brancas são apenas pessoas. É a supremacia branca: entender que as pessoas brancas são o padrão para aquilo que significa ser humano, ser o humano ideal, e todas as outras pessoas viram versões deficientes desse ideal.

Portanto, nós não nos vemos em termos raciais, e isso nos permite não só que tenhamos objetividade e universalidade, mas uma espécie de inocência racial. Eu quero deixar bem claro que as pessoas brancas não são racialmente inocentes, mas nós queremos nos posicionar dessa maneira: “Eu não sei nada sobre raça, portanto, eu vou recorrer a você, e você pode me ensinar”.

Na verdade, eu vejo isso como uma forma de colonialismo. Você abre seu peito, você dá os frutos de todo o seu trabalho para mim. Eu não farei nada em retorno, mas vou receber esses frutos. Eu vou examiná-los, eu vou determinar qual deles eu considero legítimos e quais não. Eu vou me situar como um árbitro objetivo, se está ou não acontecendo racismo e você pode tomar nota disto. Quem são os percebidos como os detentores de objetividade para falar sobre racismo? Pessoas brancas. Quem são os percebidos como tendenciosos? Pessoas negras. Isso é ultrajante. Porque são os brancos, na verdade, os mais tendenciosos, os que mais estão investidos nesse sistema que nos favorece. Como um peixe que se move de acordo com a corrente da água, é mais difícil para que possamos enxergar.

Assim, nós temos uma limitação e uma perspectiva particular do mundo, mas ela não é universal, não representa ou fala por todos. E é crucial que nós possamos compreender isso, como Cida observou. Me parece que 90% do Brasil é não branco e, ainda assim, as pessoas brancas detêm todas as posições de poder ou quase todas. Isso é sobre poder, não tem nada a ver com números, é sobre poder. E essa homogeneidade garante esse viés embutido no sistema.

Uma última questão: eu vivo, amo, trabalho, brinco e crio todos os dias em uma sociedade racista; e todos os dias, eu faço isso a partir do conforto racial que tenho garantido como pessoa branca. Em outras palavras, **enquanto uma pessoa branca, estou confortável em uma sociedade racista.**

Isso é muito profundo e muito significativo. Por essa razão, nós não vamos desafiar isso a partir dessa posição de conforto branco, como demanda a fragilidade branca. Precisamos entender como o conforto branco sustenta essa estrutura.

[THIAGO AMPARO] Perfeito. Muito obrigado, Robin. Cida, a Robin estava falando um pouco sobre essa construção da ideia de branquitude e que, no fundo, tem a ver com a questão de poder. Uma das perguntas que surgiu do público é justamente sobre a construção racial no Brasil, especialmente de pessoas pardas, desse lugar entre definições, e que só acontece em alguns contextos. Muitas pessoas que são vistas como brancas ou pardas no Brasil, são consideradas latinas nos Estados Unidos, e essas construções também variam nos diferentes contextos.

Historicamente, movimentos têm tentado colocar – e acho que com razoável sucesso – pretos e pardos juntos na categoria negro no país, justa-

mente para pensar sobre como raça é construída socialmente. Peço que fale um pouco, Cida, sobre essa construção do Brasil que, de certa forma, difere dos Estados Unidos – de forma não menos brutal, mas diferente –, e reagir um pouco sobre o que a Robin comentou agora pouco.

ICIDA BENTO Primeiro, eu só queria comentar essa questão da neutralidade branca trazida pela Robin. Há vários estudiosos, nos Estados Unidos, que dizem que branquitude não é identidade, justamente porque ela é uma reação ao negro. Ela não surge naturalmente – isso a Robin falou bem –, porque o branco se pensa como um ser universal. A branquitude surge como uma resposta ao negro. Eu me lembro da primeira matéria feita nos tempos das cotas, há mais de dez anos, em que um dos nossos maiores jornais tinha uma manchete que perguntava: “E os nossos 19 milhões de brancos pobres?”⁸. Foi a primeira vez que eu vi explicitamente a reivindicação desse lugar de branco. Eu até fiz um artigo sobre isso, que é esse branco universal que, de repente, se coloca como branco em resposta ao negro. E tudo que vemos sobre o surgimento da branquitude – que vem, inclusive, relacionado ao movimento de direitos civis – tem essa característica de uma resposta ao negro.

Acho que é importante se aprofundar sobre isso e pensar sobre isso. E, aí, temos vários estudiosos negros. Eu estou me lembrando do Baldwin⁹, do Du Bois¹⁰ e outros vários que dizem “não é identidade pela maneira maliciosa como é construída”. Isso é um ponto.

Sobre a sua pergunta, quando o movimento negro juntou pretos e pardos para significarem negros, ele fez isso porque a categoria pardo, em relação aos dados sobre saúde, educação, trabalho, é muito mais próxima à dos negros do que à dos brancos. Então, ficou preto e pardo junto, o que dá um percentual, na sociedade brasileira, de mais da metade da população.

8 A frase mencionada foi proferida pelo então senador do estado de Goiás, Demóstenes Torres, do partido Democratas, ao condenar a política de cotas raciais em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, de 5 de março de 2010. Texto disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/460899/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em: 12 jun. 2021.

9 James Baldwin (1924–1987) foi um escritor estadunidense de grande destaque na literatura norte-americana. Escreveu livros de ficção e não ficção abordando questões raciais, identitárias e relacionadas à sexualidade.

10 W.E.B. Du Bois (1868–1963) foi sociólogo, historiador e ativista negro estadunidense fundamental no movimento negro e na luta antirracista. Sua obra mais conhecida é *As almas do povo negro* (Veneta, 2021), publicada originalmente em 1903 e que reúne os artigos e ensaios escritos pelo autor.

Eu raramente entro nesta discussão, assim como não discuto colorismo, porque eu acho que ficam esperando aquela brechinha para dizer “o sistema de cotas não vale”, “os próprios negros estão dizendo que pardo tem essa coisa do colorismo”. Sim, eu reconheço que a discriminação, o racismo, os assassinatos são mais intensos quanto mais negra for a sua pele, mas eu não quero dar nenhuma contribuição para que se diminua o percentual de cotas para negros na sociedade. Nos últimos anos, fui chamada muitas vezes, e estive do lado que batalha para permanecer assim enquanto a gente puder segurar o sistema de cotas.

A terceira questão é sobre o que a Robin falou, e você fala também, que é se colocar fora da história. Primeiro, o que me chama muito a atenção é o silêncio. É essa ingenuidade que a Robin fala que é falsa. Quer dizer, tem uma pesquisadora que eu gosto muito, no Brasil, que é branca também – a Edith Piza – que usa o termo “lacuna moral”¹¹, que é um buraco ético moral que faz com que o branco tenha essa ingenuidade “ah, mas eu não tenho culpa, eu não sei o que você está falando”; “é uma questão de mérito”; “eu tenho um mérito, por isso estou nesse lugar”. A Edith Piza trabalha com o conceito de buraco moral, lacuna moral, que faz com que tudo fique invisibilizado, e o branco deposita ali toda a sua branquitude e tem essa atitude de “eu não sei bem o que você está falando”; “se a gente ocupa os melhores lugares, é porque temos mérito para isso”. **Portanto, o se colocar fora da história também permite, muitas vezes, que se entre nessa história tentando ver o que é possível fazer com essa negrada.** De que jeito eu posso dar uma contribuição para a negrada, ajudá-los a entrar no trabalho, ajudar esses negros a estudar e não pegar a sua parte da história, que é um beneficiário de uma expropriação no Brasil que durou quatro séculos?

Discutir branquitude é discutir questões econômicas, políticas, sociais e uma hegemonia que toda vez que é discutida desperta medo, porque, justamente, fala de todo o aparato da nossa sociedade construído a partir da expropriação de quase quatro séculos, com a escravidão, e depois de um outro jeito.

¹¹ PIZA, Edith. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu... In: HUNTLEY, Lynn Walker; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 97-125.

[THIAGO AMPARO] Muito obrigado. O que você trouxe elevou a discussão no sentido de que **não basta, simplesmente, reconhecer que existe racismo, mas trabalhar com a branquitude, enfrentar essa fragilidade, enfrentar esses pactos narcísicos, requer mais do que isso, requer uma mudança estrutural.** É o que a Robin estava falando agora pouco sobre os vidros quebrados. A ideia de que algo se quebra quando se entra na discussão sobre a questão da branquitude.

Robin, algo que eu acho interessante no seu livro é pensar como brancos progressistas reagem diante do racismo. Aqui no Brasil, temos uma discussão cada vez mais crescente sobre o conceito de racismo estrutural e de como é importante que seja discutido. Muitas pessoas brancas utilizam aquele jargão dizendo “não basta não ser racista, tem que ser antirracista”, e não avançam, muitas vezes, além disso, além do reconhecimento do racismo estrutural. Eu, por exemplo, já participei de debates em que uma pessoa branca, antes de falar qualquer coisa, já fez uma lista de referências sobre racismo sem entrar em muitos detalhes do que de fato é necessário ser feito para que haja uma mudança na sociedade. Você menciona no seu livro que, diariamente, brancos progressistas causam mais danos às pessoas negras. Eu queria que você falasse um pouquinho sobre isso. Quer dizer: como pessoas brancas que se reconhecem progressistas podem ir além de simplesmente reconhecer que existe racismo estrutural e o que pode ser feito além desse reconhecimento?

[ROBIN DIANGELO] Primeiro, eu gostaria de fazer alguns comentários sobre o que a Cida disse sobre a antinegitude. Eu acredito piamente que as duas âncoras da construção do racismo são o branco e o negro. Nós não podemos ter branquitude, como você disse, sem negritude. Pessoas brancas não podem ser superiores, se não há a inferioridade que nós projetamos nas pessoas negras. Logo, onde você se posiciona entre essas duas âncoras é o que vai moldar como experimenta a sua racialização. E como você disse, a antinegitude perpassa todos os grupos. O colorismo: quanto mais escura é a sua pele, mais agravada será a opressão que você vai vivenciar. E, ainda assim, quem está sendo levantado e quem está sendo massacrado? Isso ainda beneficia a mim e não beneficia você, certo? Eu qualifico, ainda, como um racismo internalizado, quando pessoas negras também compactuam com esse sistema.

Sobre os progressistas brancos. Quem é o progressista branco? Eu. Eu sou o exemplo clássico. Tenho boas intenções, sou aberta, liberal, essas coisas.

Pessoas como nós causamos as maiores dores cotidianas às pessoas negras. Por quê? Eu imagino que vocês tenham brancos nacionalistas explícitos no Brasil, pessoas brancas que se apresentam abertamente e dizem “eu sou superior”. Isso é verdade? Talvez, nos Estados Unidos, esse movimento esteja se expandindo. Mas, de forma cotidiana, no mundo acadêmico, por exemplo, você pode ou não interagir com pessoas como eu, pessoas agradáveis, brancas, bem-intencionadas, que continuam gerenciando – e vocês podem checar se eu tiver errada – provavelmente ainda gerenciam, para que continuem mandando vocês para casa exaustos, se perguntando se vale ou não a pena abordar essa questão.

São as sutilezas, os assédios, as formas que eu poderia negar – porque não são tão explícitas – que podem ser as mais enlouquecedoras, mais difíceis. Eu não tenho menos racismo, eu não internalizei menos a ideologia racista, eu não opero menos padrões ou investimentos racistas porque eu sou progressista, ou porque eu nasci na pobreza, ou porque eu sou mulher. Eu simplesmente aprendi o meu lugar na ordem racial, a partir de uma perspectiva diferente de classe e gênero do que um homem branco aprendeu sobre seu lugar, mas eu aprendi o meu espaço.

Então, o que os progressistas brancos podem fazer é nunca se isentarem. Nunca se perceberem como “os convertidos”. Não há um convertido branco, nenhum. No momento que eu penso que eu sou o convertido, serei um cúmplice, complacente, eu terei certeza de que não sou eu e vou ficar na defensiva caso você tente me dizer que sou eu. Há pessoas brancas aqui que se percebem como antirracistas e você pode não percebê-los assim, apesar de eles terem essa autopercepção.

Eu acho que as pessoas brancas não devem perguntar se fazem parte desta construção racista, mas como fazem parte dela. E isso faz parte de um longo processo de vida. Não há um momento no qual esse processo se conclui. Eu ainda não terminei. É isso que tenho a apresentar para progressistas brancos, que estão aqui sentados pensando sobre todas as pessoas brancas que deveriam estar assistindo a essa palestra agora – se eles estivessem aqui eles provavelmente estariam pensando sobre o outro, certo? Nunca se isente.

[THIAGO AMPARO] Muito obrigado, Robin. Cida, me pediram para fazer a mesma pergunta para você: qual é o papel de pessoas brancas que se colocam como progressistas, que se colocam como antirracistas e o que isso significa? E adiciono uma pimenta nesse tempero: discutir as relações raciais

em termos de branquitude aumenta a adesão de pessoas brancas à luta antirracista e uma mudança estrutural, ou é uma forma também de focar a questão novamente em pessoas brancas, para que elas se sintam confortáveis com a discussão sobre o racismo?

ICIDA BENTO Eu não acho que o branco se sente confortável ouvindo o que ele está ouvindo hoje. Eu acho que tem uma questão discursiva bem importante de ser recolocada. Uma coisa é você falar do problema do racismo institucional, de como isso afeta os negros, de como isso interfere na sua condição de vida e tal. Outra coisa é você situar muito bem isso enquanto privilégio do branco, manutenção, comportamentos ocultos, na maioria das vezes. Como toda boa e velha ideologia, o grosso nós não vemos – o que mantém o *status quo* branco do jeito que está hoje. Por isso, eu acho fundamental falar de branquitude, assim como de masculinidade e não só da mulher.

Eu penso como a Robin, que o primeiro passo é o branco reconhecer. Não tem como ele não ser beneficiário do que está colocado aqui no país, em todos os sentidos. O branco mais pobre ainda é beneficiário da sua condição de branco comparado com o negro pobre. A sua condição de branco lhe confere sempre um degrau acima.

Eu costumo dizer que sou uma pessoa que trabalha muito mais com brancos do que com negros porque, pelo CEERT, trabalho dentro das instituições, e dentro das instituições o incluído é branco, o cara que tem uma caneta na mão para tomar decisão é branco. Muitas vezes na sociedade civil, em órgãos públicos, em órgãos revolucionários de esquerda, a criatura ainda é branca. **Eu vejo muitas mudanças nesses espaços, ainda que paulatinas e não no ritmo que a gente queria, mas eu sempre penso que o antirracista tem que seguir esse caminho de ir olhando a sua condição de privilégio.** No entanto, ele pode fazer muito do lugar onde está. Como nesse colégio que eu falei, em que o diretor disse que as cotas e a ampliação da presença negra está destruindo as universidades. O que se espera? Os pais brancos, os professores brancos, os outros gestores dessa escola que se manifestem dizendo “essa é a voz dele, não é a nossa voz”. Outras vozes brancas têm que desmentir isso, têm de desdizer isso – assim como a liderança do banco, que falou que a entrada de negros vai nivelar por baixo, fez um extenso documento se desculpando e se comprometendo a mudanças. **Eu enxergo a contribuição do branco vinda do lugar onde ele está, porque ele está**

dentro das instituições. Ele está no lugar onde são tomadas as decisões, sejam quais forem as instituições.

E não acho que é uma moda. Não surgiu por causa do Floyd¹², mas o seu caso intensificou. Mesmo assim, tem um caldo crescente do movimento negro empurrando o branco para se posicionar. Ele também não está se posicionando porque resolveu. Não. Há uma pressão crescente do movimento negro que levou a isso que nós estamos vendo agora. E cresce o número de brancos que estão se perguntando... Eu acho que não é no ritmo que a gente queria, mas é bem interessante. Há vários estudiosos de identidade, e alguns deles dizem o seguinte: “enquanto o branco pode negar a sua branquitude – e tem um certo momento em que ele fala ‘parou agora, eu já caminhei o que eu deveria, enquanto branco e daqui eu não vou mais para frente’ –, o negro, se negar a negritude dele terá um impacto muito maior na vida, material e imaterial, simbólica e concreta”. O branco, a curto prazo, pode dizer: “chega de brincadeira de falar de negro, eu vou ficar na minha condição de privilegiado branco”. Isso é uma coisa para se pensar também quando a gente está discutindo antirracismo. Qual é o ponto? Qual é a extensão da corda? Quanto vai poder se esticar? E o branco ainda precisa ser muito pressionado para não parar o ritmo de mudança que a sociedade brasileira precisa.

[THIAGO AMPARO] Temos algumas perguntas sobre se as pessoas brancas podem ser de fato antirracistas, e qual o papel de aliados ou não aliados. A Cida traz um elemento importante que é essa perspectiva da necessidade de reconhecimento da branquitude como algo constante. Porque é muito fácil que pessoas brancas voltem para seu pacto narcísico e se percam se olhando no espelho em vez de olhar, essencialmente, a essa forma de desestruturar a estrutura racista.

Robin, na entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo*, você disse que crianças entre 3 e 4 anos já aprendem a ser racistas. Queria que você comentasse a fala da Cida e também trouxesse uma ideia sobre como nasce a noção de racismo e de branquitude nas crianças pequenas.

12 Em 25 de maio de 2020, na cidade de Minneapolis, nos Estados Unidos, George Floyd, um homem negro estadunidense, foi assassinado por Derek Chauvin, um policial branco que se ajoelhou sobre o pescoço de Floyd por quase nove minutos. A frase “*I can’t breathe*” (não consigo respirar), repetida várias vezes por Floyd antes de morrer, e o ato de colocar o joelho no chão tornaram-se símbolos durante as manifestações antirracistas e contra a brutalidade policial dirigida à população afro-americana e também ao redor do mundo.

[ROBIN DIANGELO] Consciência sem ação não tem significado. Pessoas brancas que simplesmente reconhecem “eu sim, eu tenho privilégio branco”, e ficam só nisso, não têm significado. Eu, na verdade, não me chamo de aliada, eu não me chamo de antirracista. Eu estou envolvida em um trabalho antirracista, mas eu realmente acredito que cabe a vocês, Cida e Thiago, decidirem se em algum momento eu estou me comportando de maneira antirracista. Isso não é algo que eu possa me transformar e depois nunca mais ser racista novamente.

Eu estou, de fato, agindo de maneira que você possa determinar ser uma postura de aliada? Isso não é para eu determinar. Eu sou a que tem menos capacidade de determinar isso – o que me lembra que eu preciso ser responsabilizada por vocês. Eu tenho que estabelecer relações com vocês, relações autênticas, de forma que possamos ter essas conversas difíceis, e eu possa demonstrar para vocês, não que estou livre da minha condição racista – da qual eu não estarei livre no meu tempo de vida –, mas que, quando isso vier à superfície, que eu possa refletir, que eu possa buscar fazer diferente e melhor. É dessa maneira que eu tenho estabelecido relações inter-raciais de confiança. Não que eu nunca agirei de forma racista.

Há tantos progressistas brancos que acreditam que ser agradável significa antirracismo. Que sorrir, menear a cabeça, ser amigável, almoçar juntos, às vezes, significa ser antirracista. Aparentemente, na mente branca, um racista não consegue ser agradável, não sabe sorrir ou agir de forma gentil, o que é um absurdo.

De fato, creio que **essa cultura de agradabilidade protege o racismo, porque pressupõe-se que esse desconforto ou conflito é um sinal de problema. A cultura da agradabilidade é uma cultura do conforto. Sobre ser um aliado, há uma escritora ativista negra, Ijeoma Oluo¹³, que fala que a beleza do antirracismo é que você não precisa estar livre do racismo para se engajar na luta para desafiar o racismo. Não só nos outros, mas também em si mesmo, como uma pessoa branca.**

Então, digo a vocês, Cida e Thiago, podem ter preconceito automático contra mim. Vocês não me conhecem, mas eu sou branca, e vocês têm um preconceito. Eu chamo isso de preconceito. Eu chamo o meu preconceito contra vocês de racismo, mas eu não chamaria o seu preconceito de

¹³ Ijeoma Oluo (1980-) é uma autora estadunidense que escreve principalmente sobre racismo, interseccionalidade, feminismo e justiça social. É autora, entre outras obras, do livro *Então você quer conversar sobre raça* (Best Seller, 2020).

racismo. Eu não digo racismo reverso. **Eu não digo que pessoas negras são tão racistas como pessoas brancas. Eu digo que vocês são tão tendenciosos como pessoas brancas, mas o seu viés de preconceito não está fundamentado em uma perspectiva jurídica e um controle institucional como o meu. O que só transforma o meu viés em um sistema racista.**

Só queria ter a oportunidade para fazer essa observação.

E, no que diz respeito às crianças, as mensagens mais profundas eu internalizei quando era mais jovem... **Nós não nascemos racistas, nós aprendemos a ser racistas.** As forças do racismo sistêmico estavam influenciando todas as nossas vidas, mesmo antes de respirarmos pela primeira vez... Eu sei que nos Estados Unidos, e imagino que no Brasil também, nós três poderíamos prever se cada um de nós sobreviveria ao nosso nascimento e se nossas mães sobreviveriam ao nosso nascimento baseados em nossas raças. Essa é a profundidade do racismo sistêmico: até a minha sobrevivência foi moldada por minha raça. Temos que começar muito, muito cedo – e não porque precisamos nos sentir mal em relação a isso, mas essa internalização mais precoce orienta nossos comportamentos muito mais fortemente do que a minha consciência adulta educada. Minha consciência adulta e educada é completamente antirracista. Minha estrutura profundamente internalizada é uma estrutura racista. E negar isso, serve somente para protegê-la.

ITHIAGO AMPARO Robin, muito obrigado. Gostei bastante da fala das duas. Eu lembro de um texto seu, Robin, em que você mencionou algo como “pare de ser legal” (“*Stop being nice*”) no sentido de preservar essa zona de conforto, e que é possível debatermos sobre essas questões, o que, muitas vezes, gera efetivamente conversas difíceis e conflitos que são necessários para a mudança.

Cida, você tem um texto sobre branqueamento e branquitude no Brasil¹⁴, em que fala o seguinte: “o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir”. Porque muitas vezes falamos sobre o legado de séculos de escravidão sobre pessoas negras, da sistemática racista contra pessoas negras, mas não falamos sobre a perspectiva dos privilégios construídos historicamente e esse legado da escravidão para as pessoas brancas.

¹⁴ BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

Uma das pessoas perguntou sobre essa ideia da branquitude e do pacto narcísico estar revestido de autoridade legal e institucional. Ou seja, não é como as pessoas se sentem, mas é como o poder é efetivamente distribuído na sociedade. A pergunta é: qual é o legado da escravidão quando olhamos a partir da perspectiva de pessoas brancas e como nós desmantelamos essas instituições e esse revestimento como poder legal e social da branquitude que foram construídos desde a escravidão?

ICIDA BENTO De uma maneira muito simples, e que eu repito, porque foi como eu comecei a entrar em contato mais direto com a branquitude no sindicato, quando eu fazia aqueles cursos, e era necessário explicar, ali na esquerda branca, e discutir um pouco porque é que a classe trabalhadora negra tinha menor salário, cargos piores, mais exclusão, mais desemprego, e a liderança revolucionária branca dizia: “é por conta da escravidão, é um legado que eles têm da escravidão”. Se eu perguntasse: e **qual é o seu legado enquanto branco da escravidão?** Eles arregalavam os olhos: “Como assim?”. “Não tem nada a ver, estamos falando dos pretos”; “Branco não tem legado, eu não fui escravocrata”. Eu ouvi isso de feminista branca, de alta liderança sindical branca, dizendo “Olha, eu não fui escravocrata, eu não tenho legado”.

Não, cara pálida, você tem legado. Os negros têm, então, você também tem. Qual é o legado? É absolutamente tudo que está aí. Quer dizer, quando eu observo o branco no lugar de privilégio e poder financeiro, econômico, simbólico, eu sempre penso, como diz aquele filósofo do Fundo de Quintal, “tem pedaço que é meu no teu pudim”¹⁵. Eu me penso expropriada.

Não é que eu não reconheça o mérito, todos nós temos mérito e batalhamos, mas esse excedente que faz com que todas as instituições tenham lideranças masculinas e brancas – agora começamos a ter mulheres, mas a grande maioria é masculina e branca –, eu me sinto expropriada. Então, concretamente e simbolicamente, eles estão com o que é deles e com o que é dos segmentos negro, indígena e dos outros grupos.

Quando eu penso nesse legado, dialogando um pouco com a Robin, eu concordo. Quer dizer, não é só ser legal na conversa, tem que concretamente responder a isso, e o movimento negro exige isso através de meios legais,

¹⁵ SEM essa de malandro agulha. Intérprete: Zeca Pagodinho. Compositor: A. Blanc; J. Vignoli. In: ZECA Pagodinho. Intérprete: Zeca Pagodinho. Rio de Janeiro: PolyGram, 1998. Faixa 8 (3 min).

exige que as instituições ampliem a presença negra. Não basta ficar falando sobre isso. Cada vez mais são bolhas brancas em uma sociedade absolutamente diversa. Não acho os brancos confortáveis. Cada vez mais estão desconfortáveis. **Acho que as respostas brancas estão surgindo, porque os brancos estão se sentindo encostados nas paredes pelo movimento de mulheres negras, pelo movimento negro e pelo movimento indígena. Eles estão se sentindo encostados na parede. Não os vejo confortáveis. Estão cada vez mais sem saber o que fazer. Acho que há tudo por fazer.**

Seguindo o que a Robin falou, e eu concordo, é no sentido de se responsabilizar. Aqueles dois exemplos que começaram na minha fala, da banqueira dizendo que a entrada de negro nivela o banco por baixo... O que eles têm que fazer? Um programa consistente de cabo a rabo, lá de cima até lá embaixo, nos produtos, no serviço, na comunicação, na liderança, que amplie a presença negra de fato. De fato! O que tem que fazer esse colégio, que o diretor disse que foi contra cotas e que a presença negra destrói a qualidade de excelência dos colégios, das escolas privadas? Tem que ter um programa de cabo a rabo. Os pais precisam exigir um programa que tenha concretude de mudança imediata. **É isso que o branco precisa fazer onde quer que ele esteja. Lembrando sempre: ele é o cara incluído, então, ele tem tudo por fazer. Tudo! Ele é o cara que está nas instituições, ele tem tudo por fazer.**

[THIAGO AMPARO] Muito obrigado, Cida. Acho que você trouxe várias questões e possibilidades de ações concretas e importantes para pensarmos nesse momento.

Eu queria também trazer a Robin nesse aspecto da responsabilidade da branquitude crítica e da responsabilidade da fragilidade branca com relação às instituições e à autoridade legal. Nós temos vivido um momento de crise da democracia, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, em que, muitas vezes, a identidade branca é colocada como superior, ou a própria ideia de nação é colocada como se todos nós fôssemos brancos. Mesmo no contexto brasileiro, que é profundamente diverso, o presidente Bolsonaro, durante as eleições dizia “a minha cor é o Brasil”, com essa ideia de apagamento da negritude e, portanto, enfatizando a branquitude.

Uma das perguntas do público, Robin, é sobre até que ponto vai a responsabilidade da branquitude crítica, não só do ponto de vista local, mas também de pensar na diáspora e nesse transatlântico que foi muito marcado pela

escravidão. Especialmente, porque estamos pensando a partir do lugar dos Estados Unidos, que pode refletir sobre a sua própria branquitude internamente, mas também tem uma responsabilidade internacional sobre a expansão de um certo colonialismo ou imperialismo que tem muito a ver com reforçar a branquitude. A pergunta é: se a branquitude crítica é crítica o suficiente para se responsabilizar pelo genocídio, pela opressão na diáspora e não só pensar em soluções locais. Quer dizer, ela é local ou ela é também um projeto voltado a repensar a branquitude internacionalmente?

[ROBIN DIANGELO] Então, só para ficar claro: essa questão é relacional. Não é possível oprimir sem que outros grupos sejam erguidos. Isso é crítico. Essa ideia de que foi apenas durante a escravatura e que foi encerrado com a abolição é absurda. Essa é uma estratégia que as pessoas brancas usam, para reduzir o racismo à escravidão e relegá-lo ao passado. Penso que parte do que faço, enquanto educadora, é ajudar a traçar uma linha para o tempo presente. Tento utilizar exemplos do presente, mostrar dados demográficos e ajudar as pessoas a trazerem essa questão para o presente. É um sistema altamente adaptável. Continua se adaptando.

É claro que essa é uma pergunta muito grande, muito complexa, e eu acredito que isso não terá um fim durante a minha vida. Mas, se eu olho para isso de forma ampla, eu me sinto imobilizada. Então me pergunto: “O que é que eu posso fazer para colocar o racismo na discussão e mantê-lo como centro do debate?”.

Ibram X. Kendi¹⁶ diria que a definição de uma política racista é qualquer política que possa resultar em desigualdade racial. Há apenas duas explicações para isso, para o fato de que nós temos os brancos no topo e os negros em posição inferior: ou as pessoas negras são inferiores e os brancos são superiores ou o racismo é sistêmico. Se não se utiliza o racismo sistêmico para compreender esse resultado, então é necessário ser honesto e dizer que há uma análise racista para interpretá-lo.

A maioria das pessoas não vai admitir que quer partir de uma análise racista, principalmente em uma instituição de ensino superior. Nossas políti-

¹⁶ Ibram X. Kendi (1982-) é professor universitário, escritor, ativista e historiador estadunidense especializado em política racial e discriminatória nos Estados Unidos, conhecido pela autoria do livro *Como ser antirracista* (Alta/Cult, 2020).

cas são discutidas e, quando as observamos, assumimos nossa responsabilidade na avaliação de professores. Sabemos claramente que professores negros recebem uma avaliação diferente. Sabemos que, se você está ensinando teoria crítica sobre raça, ou tópicos semelhantes, você será avaliado diferentemente do que se não estiver ensinando esses temas. Você começa a se responsabilizar por isso. Se na academia você faz parte de um grupo minoritário, e acredito que seja esse o seu contexto, você observa a carga de trabalho e a expectativa que os estudantes negros depositam em você. Você vai ser o mentor dos estudantes negros, você vai fazer todo o trabalho de diversidade, você será aquela presença única em todos os comitês e você começa a desafiar isso.

Acredito que se você vai ser essa única presença em todos os comitês, você tem que ter uma remuneração maior que todas as outras pessoas desse comitê em função do trabalho intelectual, emocional, científico e psicológico que você está fazendo diante de toda essa branquitude.

Você realmente acredita que seja uma qualificação ter o seu trabalho, seja ele qual for. **Se você não consegue estimular um debate sobre raça e racismo, você não está qualificado para ter esse emprego. Você não está qualificado para liderar uma instituição de ensino superior, se você não consegue se engajar nessas questões com algum tipo de nuance e de complexidade.** Por essa razão, cada pergunta na entrevista procura ver se essas pessoas têm essas habilidades. E como é um processo de vida, a instituição deve prover sempre uma educação contínua.

Muitas organizações param nesse ponto da inclusão – “Vamos simplesmente acrescentar mais pessoas negras nessa sala” –, sem que nada seja feito para abordar a consciência das pessoas brancas que ainda controlam a sala. E, para sermos honestos, cabe a eles decidir se irão ou não incluir pessoas negras nessa sala. Se você não faz nada para abordar a consciência deles sobre anti-negritude, você está trazendo pessoas negras para um ambiente hostil. Essas são compreensões fundamentais que as pessoas deveriam ter, e eu sei que se isso fosse fácil, já o teríamos feito; mas esses são alguns pontos de partida.

[THIAGO AMPARO] Muito obrigado, Robin. Eu gostaria de chamar a Cida para o debate sobre essa importante questão que é a intersecção de gênero e de raça, porque uma parte do livro da Robin é relacionada à ideia das lágrimas de mulheres brancas e do lugar disso na fragilidade branca.

Algumas pessoas perguntaram aqui, Cida, como relações de subordinação no contexto de trabalho doméstico e em outros contextos entre mulheres, mulheres brancas em relação a mulheres negras, muitas vezes, reproduzem o racismo. Eu queria que você comentasse essa questão a partir desse lugar da intersecção entre gênero e raça, no contexto da branquitude. Como mulheres brancas também podem estar engajadas nessa branquitude crítica e repensar esse pacto narcísico em uma sociedade brasileira, na qual, em qualquer estatística que você olhe, a mulher negra é sistematicamente discriminada em qualquer contexto – seja saúde, mercado de trabalho ou qualquer outro? E claro, fique à vontade para comentar a fala da Robin.

ICIDA BENTO Mulheres brancas, provavelmente, são o segmento com o qual eu tenho mais interação quando eu estou trabalhando com instituições. Elas estão naqueles espaços como as áreas de sustentabilidade, as áreas de recursos humanos.

Há um debate grande sobre o lugar da palavra “gênero”, porque as organizações da sociedade civil, as empresas, têm um discurso que diz “agora a gente vai mexer com raça”. “Melhorou a questão de gênero, então agora a gente vai mexer com raça”. Com isso, eu tenho que sacar meu velho discurso e falar “tira a palavra ‘gênero’ e coloca ‘mulher branca’”. Melhorou a condição da mulher branca. “Ah, é mesmo, Cida. Não entrou a mulher negra. Não promoveu... É mesmo, tem razão. Precisamos discutir”. Mas o coração da questão é que em toda instituição, é sempre a mesma coisa: “vamos agora trabalhar com raça porque conseguimos melhorar em gênero”. O que foi mudado em gênero? Foi ampliar a presença de mulheres brancas nas instituições.

O que observo, o tempo inteiro, é que quando uma instituição começa a ampliar a presença negra, isso se dá por meio da inclusão de homens negros, em um percentual que pode ser duas vezes maior do que o de mulheres brancas. Portanto, a presença de negros é ampliada para 20%, mas o número de negras é o mínimo. Elas estão sempre muito abaixo quando você compara negros e negras. Em qualquer instituição, o lugar da mulher negra é muito similar, é o segmento que mais está pressionando todas as instituições para mudar em todos os sentidos. Assim, como eu digo no caso do Floyd, penso que, no caso das mulheres negras, há um caldo tão rico, tão forte que vem delas sob as instituições que, quando emergir, será com força em todo o campo institucional. As instituições são muito importantes nesse sentido.

[THIAGO AMPARO] Obrigado. Robin, você pode falar mais um pouco sobre essa questão? No seu livro, você dedica um capítulo inteiro para mulheres brancas e lágrimas, eu gostaria de te escutar um pouco sobre isso.

[ROBIN DIANGELO] Fico feliz em falar sobre isso. De forma similar, nos Estados Unidos, quando pressionamos para contratações com mais diversidade, as corporações contratam mais mulheres brancas do que mulheres negras. Penso que isso é porque essas mulheres vão servir a esses homens brancos que ainda controlam essas instituições. Essas mulheres são suas esposas, filhas, irmãs. São membros da família, que ainda alimentam essa fonte de recursos de volta para a comunidade branca, dominada pelos homens, em geral.

Para ser objetiva: enquanto as mulheres brancas de forma alguma têm sido aliadas consistentes na luta em prol da justiça racial, nós temos uma possibilidade de adentrar nesse âmbito, e é crucial que possamos fazê-lo. Isso diz respeito a compreender o patriarcado e o sexismo.

Infelizmente, muito frequentemente, as mulheres brancas utilizam o patriarcado como uma forma de fuga: “Eu sou oprimida também”; “irmandade universal”; “nós estamos todas juntas nisso”. E, obviamente, nós não estamos. Em vez de usar esse discurso como uma forma de fuga, é preciso pensar que, só porque você está vivenciando opressão, não significa que você não está se beneficiando dela sobre outras pessoas.

É preciso encarar: **ser uma mulher branca em uma sociedade patriarcal é uma experiência diferente de ser uma mulher negra em uma sociedade patriarcal**, porque eu não estou somente lidando com o sexismo e misoginia. Não só eu não estou lidando com o racismo, como eu estou me beneficiando dele. Quando eu não compreendo esse elemento do racismo – talvez, você possa ter me passado um *feedback*, eu me sinto na defensiva, eu não compreenda –, eu mudo os papéis em minha cabeça, e imagino que acabei de dizer algo semelhante a um homem e ele está tentando devolver para mim, assim como eu estava fazendo com você.

Muitas pessoas brancas insistem que antes de poderem debater sobre racismo, elas têm que estar em um ambiente seguro. Vocês têm essa narrativa? Eu penso que é um absurdo. Acho que é uma perversão da verdadeira violência e a direção em que essa violência é enviada. Me parece que o que nós realmente queremos é estar confortáveis nessa discussão, mas, obvia-

mente, que não podemos admitir isso, então alegamos que queremos nos sentir seguros. Porém, eu só preciso imaginar na minha cabeça que sou uma das poucas mulheres em um grupo de homens que estão tentando falar com essas pessoas sobre violência sexual e misoginia. E eles dizem que não podem falar comigo sobre isso até que eu crie um ambiente seguro para eles. Eu fico com vontade de bater em alguém quando ouço esse argumento! Você está falando comigo sobre criar um espaço seguro para falar sobre violência sexual?

Quando eu troco os papéis – “ó, meu Deus” –, é isso que as pessoas brancas dizem para as pessoas negras: “Nós precisamos nos sentir seguros antes de falar sobre”. Portanto nós temos esse potencial, e isso é a interseccionalidade – terminologia cunhada pela estudiosa em Direito e doutora Kimberlé Crenshaw¹⁷. A forma como vejo a interseccionalidade é em termos de relevância.

Em alguns contextos a minha branquitude é muito proeminente, em outros, o meu gênero se sobressai. E, às vezes, é a minha classe social. Isso ocorre de forma diferente, em contextos diferentes. Não é que sempre sou a mesma coisa em todos os espaços, em todos os contextos. Eu tento prestar atenção e me perguntar: “qual é a posição em que eu estou me apresentando nesse momento?”; “O que é mais predominante?”; “Como posso utilizar isso para continuar a desafiar essas desigualdade de poder?”.

Falar sobre as lágrimas das mulheres brancas não leva em conta diferenças de classes, é uma generalização. Mas, de forma geral, somos condicionadas a cuidar das mulheres brancas, de vê-las como mais delicadas. Mulheres negras são mais fortes, raivosas e duronas, e todos os estereótipos, enquanto as mulheres brancas são mais delicadas.

Quando uma mulher branca começa a chorar em função de desconfortos causados por questões raciais, tudo se volta a confortar essa mulher branca, que agora é a vítima e a pessoa que causou essas lágrimas. Normalmente, uma pessoa negra, nesse momento, se torna o agressor. E nós podemos ver historicamente como isso tem ocorrido.

¹⁷ Kimberlé Crenshaw (1959-) é uma professora universitária estadunidense, defensora dos direitos humanos e estudiosa da teoria crítica da raça. Foi a introdutora e desenvolvedora da teoria da interseccionalidade, que estuda a relação entre as identidades sociais em questões relacionadas à opressão, à discriminação e à opressão.

Vocês conhecem a situação com a Amy Cooper, que estava no Central Park¹⁸? Não há nada visualmente mais perfeito das lágrimas de uma mulher branca. Ela estava errada e, ainda assim, Christian Cooper poderia ter morrido naquele dia. Essas coisas acontecem o tempo todo e não há como provar o que ocorreu. A única diferença é que ele filmou. Este é um exemplo das lágrimas de mulheres brancas e como ela as utilizou para desviar a atenção do que estava fazendo errado e transformá-lo em um criminoso.

[THIAGO AMPARO] Muito obrigado, Robin. Gostaria de dar a oportunidade para uma fala final. Discutimos bastante sobre pacto narcísico da branquitude, fragilidade branca e como entender esses conceitos ajuda a seguir na luta antirracista, fazendo com que ela consiga alcançar novos horizontes. Queria dar a oportunidade para cada uma de vocês fazerem as considerações finais. Cida, você primeiro.

[CIDA BENTO] Primeiro, queria agradecer à Raquel, que nos traduziu. À Iara, ao Andre e à Robin. Thiago, você foi uma mediação muito legal, muito boa, muito qualificada.

E quero fechar com uma coisa sobre mulheres brancas e negras: há uma disputa de poder aí. Uma disputa de agenda, que também é uma disputa de recursos.

As mulheres, em geral, estavam lutando pela inclusão, combatendo a discriminação, só que quando as mulheres brancas entram, a solidariedade delas não é aquilo que se pensaria e a solidariedade de raça sempre foi melhor que a de gênero. Então, é muito mais fácil a solidariedade do homem branco com a mulher branca do que do homem branco com o homem negro. Ele traz a mulher branca. Não é fácil a solidariedade,

¹⁸ Em 25 de maio de 2020, no mesmo dia em que George Floyd foi assassinado, Amy Cooper, uma mulher branca, andava com seu cachorro no Central Park, em Nova York, sem que o cachorro estivesse usando coleira – o que é proibido naquele parque –, quando Christian Cooper, um homem negro que estava observando pássaros no parque, pediu a Amy que colocasse a coleira no cachorro. A mulher se recusou a atender o pedido e ligou para a polícia denunciando que estava sendo ameaçada por Christian, o que foi comprovado ser falso, graças à gravação feita por ele do acontecimento.

embora esteja crescendo, entre a mulher branca e a mulher negra. Prestar um pouco mais de atenção nisso faz valer a pena os avanços que temos que dar.

[THIAGO AMPARO] Muito obrigado, Cida. É um prazer enorme estar aqui moderando essa conversa. Eu já falei que a admiro muito profissionalmente e pessoalmente. Agora eu passo para a palavra final da Robin.

[ROBIN DIANGELO] Muito obrigada a todos. Muito obrigada Raquel por sua tradução. É uma honra ser convidada para trabalhar com vocês dois hoje. Estou bastante entusiasmada que meu livro foi traduzido para o português.

O que eu diria é para os brancos brasileiros que estão nos ouvindo hoje: por favor, não descartem o que eu disse porque eu não sou do Brasil. A essa altura, eu tenho apresentado meu trabalho em várias partes do mundo, e em todo lugar que eu vou as pessoas brancas me chamam em um canto para dizer “o racismo é um problema norte-americano, nós não temos esse problema aqui”. No caso de vocês, “somos uma sociedade multicultural”, “você não conhece a nossa cultura”, e assim por diante.

E, em todos esses lugares, as pessoas negras me chamam em um canto para dizer: “Graças a Deus você está aqui, por favor, nos ajude a lidar com essas pessoas brancas”; “Todas as coisas sobre as quais você escreve, nós vivenciamos”, e os resultados são os mesmos. Exatamente a mesma história, as culturas têm suas diferenças, mas, ainda assim, as dinâmicas e os resultados são os mesmos. Então, para as pessoas brancas que me escutam: cabe a vocês fazerem a tradução do que se encaixa no seu contexto, mas, por favor, não descartem de imediato.

Acho que o Thiago e Cida, ao me convidarem, acreditam que minhas obras possam ser úteis no seu contexto também. E vocês têm pessoas brilhantes e recursos para acessar. Portanto, aproveitem essas pessoas adoráveis. Obrigada.

[THIAGO AMPARO] Muito obrigado, Robin. Pode ter certeza de que o seu trabalho é utilizado, inclusive, já utilizei em sala de aula. Eu queria muito agradecer ao Ibirapitanga, à Raquel de Souza, a intérprete que fez um trabalho excelente. Ao Ibirapitanga, nas pessoas do Andre e da Lara, e toda a equipe

por todo o trabalho nessa discussão, que está só começando. Nós tivemos aqui o prazer de fazer a mesa de abertura, mas o encontro segue nos próximos dias. Eu queria agradecer muito a presença da Cida e da Robin.

**Alianças possíveis
e impossíveis entre
brancos e negros
para equidade racial**

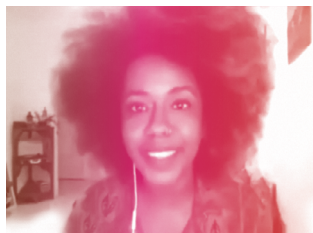
**Sueli
Carneiro**

**Lia Vainer
Schucman**

**Ana Paula Lisboa
(MEDIADORA)**

27.10.20

Em uma sociedade dividida pelo racismo estrutural, brancos e negros ocupam lugares simbólicos e materiais bastante distantes entre si. Para uma transformação efetiva no tecido social brasileiro é preciso uma mudança estrutural nos valores culturais da sociedade, na qual o racismo e a branquitude não sejam o pilar de sua sustentação política, econômica e cultural. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para a equidade racial, como as cotas, o reconhecimento da história, do espaço e da ação do movimento negro são essenciais para que os brancos consigam se deslocar da posição de norma e hegemonia cultural. No entanto, cabe perguntar: quais ações dos brancos são necessárias neste cenário? Em que termos seria possível uma aliança entre brancos e negros? Esta sessão refletiu sobre as possibilidades de brancos e negros avançarem em práticas antirracistas que de fato possam transformar nossa sociedade.



[IANA PAULA LISBOA] Primeiramente, é um prazer estar aqui. Obrigada pelo convite do Ibirapitanga: Andre, Lara e todo mundo que faz parte dessa instituição.

É importante começar dizendo que nós estamos aqui, talvez, muito mais para trazer para a roda, para a mesa, para a vida esse debate e fazer cada vez mais perguntas do que efetivamente definir conceitos ou criar respostas cristalizadas. Estamos aqui para tirar essa poeira, tirar essa terra e levantar cada vez mais a questão da branquitude, do racismo e tudo isso que estamos discutindo aqui nesses dias e que é tão importante para o Brasil.

Vou chamar minhas convidadas ilustres. Começo saudando sempre os mais velhos: Sueli Carneiro que é filósofa, doutora em Educação pela USP e coordenadora executiva do Geledés Instituto da Mulher Negra. É ativista feminista e antirracista, autora de diversos artigos sobre questões de gênero, raça e direitos humanos, em publicações nacionais e internacionais. Seu livro mais recente é *Escritos de uma vida*¹⁹.

E, depois, a Lia Vainer, que é doutora em Psicologia Social pela USP, com estágio e doutoramento pela Universidade da Califórnia. É autora dos livros *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*²⁰ e *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e*

19 CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

20 SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Veneta, 2016.

amor²¹. É professora adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina. Sua experiência tem ênfase, principalmente, em racismo, psicologia social, branquitude, relações raciais e movimentos sociais.

Quero começar esse debate fazendo uma pergunta para as duas. Para mim, foi muito importante vir morar em Luanda, Angola. Uma das minhas maiores experiências, logo que cheguei, foi ver que as pessoas em Luanda chamavam o branco de branco. No Brasil, ouvir isso, ou falar isso, era algo meio estranho. Isso me fez pensar: “Ok, branco tem raça mesmo. Olha só”. Principalmente, quando ele é minoria, como aqui. Como também é minoria no Brasil, mas são outras construções raciais.

A partir dessa construção racial, eu fui percebendo que o branco angolano ou o branco imigrante que vive em Angola são muito diferentes do branco brasileiro – é claro que eles também exercem muito bem a sua branquitude, mas são brancos diferentes. Então, queria que vocês falassem um pouco sobre isso. “Quem é esse branco brasileiro? O que é esse conceito de branquitude, especialmente, pensando no Brasil?”. Também trazendo de uma forma ampla, se for possível, para que comecemos essa conversa e saibamos esses limites. Começando com dona Sueli.



ISUELI CARNEIRO Boa tarde, Ana Paula. Boa tarde, Lia. Boa tarde a todas, a todos e todes que nos acompanham aqui. Eu quero agradecer o privilégio de estar na companhia de vocês nessa mesa, roda de conversa.

Você faz uma pergunta bastante provocativa, mas vou dizer qual é a moldura teórica a partir da qual eu compreendo e tendo a explicar as relações raciais no Brasil e, no interior delas, o que seria a branquitude.

21 SCHUCMAN, Lia Vainer. *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. Salvador: EDUFBA, 2018.

Eu sou meio discípula de um filósofo afro-americano chamado Charles Mills²², que forjou a Teoria do contrato racial²³ – que é um tronco retórico do contrato social da filosofia política. Partindo da ideia do contrato social da ciência política, ele diz que existe, no mundo, um contrato racial em vigor, que parte da ideia do contrato social, do contratualismo, mas que é muito diferente desse contrato social fundado em abstrações. Pelo contrário, esse contrato racial tem uma historicidade inequívoca e está assentado em vários eventos históricos desencadeados pelo colonialismo, pelo imperialismo europeu sobre África e Ásia. Esse é o processo histórico do qual os europeus brancos emergem como os donos do mundo, a referência de excelência humana.

Ele diz ainda que **essa eleição da branquitude como parâmetro da humanidade, que o processo colonial instaura, institui sub-humanidades e subcidadanias dos povos não brancos que se encontram com esse poder imperial da branquitude.** Então, o que ele diz é que esse contrato racial em vigor no mundo, embora seja não nomeado, define o status de brancos e não brancos, e que esse status de não branco será definido pelo sistema de valores e de instituições criado pela branquitude para o interstício e para a legitimação de sua hegemonia.

Ele vai além, ao dizer que saberes e poderes são criados com o fim de explicar a supremacia e a inferioridade de povos não brancos. Mas, mais que tudo, **ele diz que branquitude se constitui em um sistema político não nomeado que assegura a supremacia branca. Esse sistema, entendo eu, opera como uma fábrica de produção que replica dominadores e dominados. Esse sistema instaura a vivência da branquitude como um sistema que opera como um “clube privê” e as pessoas brancas são todas elas beneficiadas desse sistema, dessa máquina de reprodução de desigualdades, dessa máquina de produção de privilégios.** Elas são todas beneficiadas desse sistema de privilégios, produzido pela exclusão do outro, e isso acontece a despeito de sua vontade.

Mills diz, por fim, que **todas as pessoas brancas são beneficiadas, sim, desse sistema. Porém, nem todas as pessoas brancas são, necessariamente, signatárias desse contrato racial. Aí, que, para mim, reside a pos-**

22 Charles Wade Mills (1951-) é filósofo, nascido na Jamaica, cujo trabalho é realizado na área de filosofia social e política, abordando a teoria política de oposição com foco em classe, gênero e raça. É autor de livros como *The racial contract* e *Black rights/white wrongs: the critique of racial liberalism*.

23 MILLS, Charles W. *The racial contract*. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

sibilidade de diálogo, negociação, parceria e consenso, decorrente desse reconhecimento de que nem todas as pessoas brancas são signatárias deste contrato, necessariamente, ou se sintam confortáveis dentro desse sistema injusto.

Então, isso me parece que explica toda a hegemonia da supremacia branca, e ela se reproduz como esses processos de produção de privilégios e de exclusão em todo o mundo. No Brasil, não é diferente. Podemos ver esse sistema na sua plenitude quando consideramos que todas as instâncias de poder, todas as dimensões de bem viver da sociedade estão apropriadas pelas pessoas brancas, enquanto toda a dimensão de indignidade humana está proporcionalmente habitada por pessoas negras. Branquitude é isso, para mim, no Brasil e no mundo.



LÍLIA VAINER SCHUCMANI Queria começar agradecendo a pergunta da Ana Paula e ao Ibirapitanga pelo convite, não só por essa mesa, mas também para a curadoria do evento. Agradecer e dizer que é uma honra estar na mesa com a Sueli Carneiro, essa gigante do antirracismo no Brasil, dos estudos de racismo, por ter colocado essa pauta em questão.

Acho que a Sueli define muito bem que **a branquitude é uma posição de vantagem nas sociedades que foram estruturadas pelo racismo**. Essas sociedades estruturadas pelo racismo são as colonizadas ou as dos colonizadores. É quase o mundo como um todo.

Nesse sentido, é uma posição de poder, é uma posição de privilégio, ocupada por aqueles que são considerados brancos.

O que difere o Brasil e, talvez, a Europa ou os Estados Unidos? O que vai diferir no que é a branquitude em cada lugar é quem são os considerados brancos. A partir disso, passam a ganhar esse lugar de status, de honra, de dignidade ou, como a Sueli acabou de dizer, esse

lugar de representante de humanidade. Ou, como diz Frantz Fanon²⁴: “a zona de ser”²⁵. Esse lugar é o lugar da branquitude.

Dependendo da história local ou, às vezes, até da história de alguma cidade, quem é branco difere de um lugar para o outro. Porque isso tem a ver com as relações de poder locais. Por exemplo, árabes e judeus não foram brancos na Europa, mas ao chegarem no Brasil são brancos. Porque, no Brasil, configura-se um racismo com a ideologia do embranquecimento, na qual se é branco via fenótipo. Dessa forma, o corpo branco faz a pessoa estar dentro desse grupo, o que significa estar em um lugar de beneficiário desse sistema.

Como a Sueli falou, todos os brancos são beneficiários. Eu queria completar um pouco, pensando que **nem todos são signatários, mas quase todos são em um sistema como o do Brasil, em que as pessoas não assumem que são racistas e não passam por esse processo de se assumirem racistas.** Assim, elas recebem benefícios e distribuem benefícios entre si.

A branquitude brasileira é esse recebimento, você herda, ao nascer, o mundo. Quando nascemos neste mundo, significados construídos ou a atribuição de sentidos ao que é ser branco recai sobre esse corpo. **A ideia de beleza, a ideia de progresso, a ideia de civilização, de inteligência recai sobre esse corpo.** Isso é o que eu herdei ao nascer no mundo racializado. Agora, também há a distribuição disso quando eu só considero bonito [o branco] e vou colocar na minha propaganda, no *marketing* da minha empresa só pessoas brancas de olho azul. Isso é: eu recebi e estou distribuindo também para os outros brancos. Esse é o jogo. Porque se fosse só a herança, e as pessoas não estivessem distribuindo entre si, em algumas gerações isso se findava.

Sendo assim, há a herança e a distribuição de benefícios que parte da escolha do branco pelo branco, no emprego, nos lugares de poder, nas posições políticas, nas relações afetivas, na universidade.

Além disso, é preciso pensar que a própria branquitude, a própria ideia de raça, hierarquiza os próprios brancos. Por que o que está por trás da ideia de raça? A ideia de origem. Por mais que seja o fenótipo, ele sempre representa alguma coisa. Se eu pedir para as pessoas fecharem os olhos e imaginarem um alemão, elas representam um fenótipo branco com o olho azul, uma ideia de progresso, de cultura. Se eu falar para elas imaginarem o italiano do Sul,

24 Frantz Fanon (1925-1961) foi psiquiatra, filósofo e ensaísta francês, nascido na Martinica, e é um dos nomes mais importantes nos estudos antirracistas e anticoloniais.

25 FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

também é um branco, mas em um outro imaginário, uma outra ideia de origem. Ou seja, há uma hierarquia própria da ideia de raça e de origem, que vai hierarquizando os brancos.

No Brasil, aquele branco que não tem a ideia da origem, que muitas vezes é o branco da mistura – porque pensamos em mistura para pensar nos negros, mas também há aquele que, sendo a mistura de indígena com negro e com branco, se torna fenotipicamente branco e que, em alguns lugares, é considerado pardo e em outros, é considerado branco. Isso acontece, por exemplo, nas relações de poder. Na zona Norte do Rio de Janeiro, um homem que veio da Paraíba pode ser considerado branco, pelo fenótipo e pela cor da pele. Ao chegar no Leblon, ele é considerado nordestino, que também é uma categoria racial ligada às relações de poder. A definição de quem entra e quem sai dentro dessa categoria tem a ver com as histórias e os lugares de poder. Mas ao entrar nessa categoria, no lugar onde você está, você já tem esses atributos, essas produções de sentido sobre inteligência, um lugar de poder, um lugar de vantagem. Só que isso pode mudar, dependendo do lugar que você está.

Acho que o branco brasileiro é esse branco que se beneficia, que distribui entre si e que faz uma definição do outro pelo corpo e pelo fenótipo.

IANA PAULA LISBOA Obrigada, Lia. Eu quero continuar contigo. Já que estamos pensando e discutindo possibilidades de alianças com esse não signatário da branquitude, por que não existe no Brasil um movimento antirracista branco, desses não signatários? Por que eles não estão também nesse movimento?

Porque me pareceu, pelo menos do que eu vi, que para o negro brasileiro foi muito estranho, por exemplo, ver as imagens das manifestações nos Estados Unidos, a partir do assassinato do George Floyd, com brancos. Era muito estranho ver brancos em uma linha de frente, até em certo ponto, defendendo corpos negros em manifestações. Isso para o negro brasileiro era algo impossível. O que torna isso impossível? Existe essa possibilidade no Brasil?

ILIA VAINER SCHUCMAN Eu acredito que são poucos os não signatários, porque o que temos no Brasil são aqueles que se definem como não racistas. **Não ser racista pouco é fazer para que se desconstrua a máquina de gerar desigualdade que está colocada no racismo estrutural. O racismo estrutural é uma máquina de gerar desigualdade, que vai funcionando e**

colocando sujeitos brancos e negros em posições muito diferentes. Por isso, não ser racista não para a máquina. O brasileiro se pensa como não racista. Nós, os brasileiros brancos, estamos vinculados à ideia de democracia racial. Logo, nós brancos, que falamos que não somos signatários, em grande parte, não é que não somos signatários, não nos consideramos racistas. E para poder existir um movimento de branco antirracista é preciso considerar que os brancos são racistas e que eles estão em um lugar de privilégio para se movimentar contra.

Vivemos em um país onde a democracia racial esconde o racismo, e o que é a democracia racial? É acreditar que brancos e negros têm oportunidades iguais. Se você acredita que brancos e negros têm oportunidades iguais e todos os lugares de poder, econômicos e políticos, são ocupados por brancos, no fundo, a lógica é: todos têm oportunidades iguais, os brancos são aqueles que estão ocupando esses lugares, logo é porque eles são melhores e, logo essa conclusão é racista, baseada em uma ideia de superioridade branca.

Toda a explicação via democracia racial é, no fundo, uma explicação racista e as pessoas se socializam nisso, acreditando que não são racistas. Portanto, é muito difícil que haja esse movimento antirracista. Um movimento antirracista, de fato, de brancos, também é um lugar muito estranho, porque toda vez que o branco se unificou ou se juntou para alguma coisa foi para exercer a supremacia branca.

As pessoas não sabem agir desta forma, como seria um movimento branco antirracista. Quando aconteceu o caso do George Floyd, nos Estados Unidos, o Silvio Almeida²⁶ falou que o branco brasileiro ficou com inveja do branco estadunidense. Não é que ele estava preocupado com o racismo, ele ficou com inveja, no sentido de “o branco estadunidense é mais progressista que eu”. Não é à toa que, um mês depois, teve toda aquela onda de Black Lives Matter²⁷ na internet.

²⁶ Silvio Almeida (1976-) é filósofo, advogado e professor universitário que tem como campo de estudo as relações raciais, sociais e políticas no Brasil e seu diálogo com o direito e a filosofia. É autor de livros como *O que é racismo estrutural?* (Jandaíra, 2019), *Sartre: direito e política - ontologia, liberdade e revolução* (Boitempo, 2017) e *O direito no jovem Lukács: a filosofia do direito em história e consciência de classe* (Alfa Ômega, 2006).

²⁷ O movimento Black Lives Matter é um movimento antirracista, que luta contra a desigualdade racial, a discriminação e a brutalidade policial dirigida à população afro-americana. Esse movimento teve origem em 2013, nos Estados Unidos, após a absolvição de um segurança branco que assassinou um adolescente negro de 17 anos, na Flórida. O movimento Black Lives Matter tem muita força nas redes sociais, sendo responsável por articular protestos contra a morte de pessoas negras em diferentes cidades do mundo.

Para concluir: por que não há um movimento antirracista [com forte participação dos brancos] no Brasil? Porque os brancos não assumem que são racistas, não assumem que se constroem em um lugar de racismo e também não querem admitir que o lugar que nós, brancos, alcançamos na sociedade não tem a ver com mérito, mas, sim, com pertinência racial.

O que nós brancos acreditamos? Se eu perguntar agora para meus colegas de departamento – somos 52 professores – “por que você ocupa esse lugar?”, “como você chegou aqui?”. A resposta certamente será: “porque estudei muito, passei no concurso e tenho mérito”. Não ouviremos dessas pessoas “eu estou aqui porque eu sou branco”.

Para podermos nos movimentar minimamente, é preciso assumir que nós ocupamos esses lugares porque somos brancos. E, ainda, entre assumir e se movimentar há uma distância muito grande, porque, de fato, esse lugar dá muita vantagem, e uma vantagem simbólica também, que é a de legitimidade – que é a ideia de que “eu não preciso provar que sou legítimo para dizer algo”. Então, quem quer abrir mão? A pergunta é essa.

Eu acho que o racismo no Brasil, por ter se mascarado, não gera aquele mal-estar no brasileiro como no estadunidense, que assume, em partes, a sua supremacia branca. Dessa maneira, para se diferenciar, alguns brancos falam “eu sou antirracista” para não ser aquele branco da supremacia. Como a gente tem uma supremacia que é bem pequena e que se assume agora, isso é uma novidade. Mas como nosso racismo se dá também na afirmação de não ser racista, ele só se beneficiou sem ter o lugar ruim de ser considerado racista. Isso explica um pouco o porquê de não termos um movimento de brancos antirracistas, mas acredito que está na hora de termos. No sentido de que se vai ter uma manifestação, podermos agir e dizer: estamos aqui. Vamos na frente da polícia. Nós estamos juntos.

IANA PAULA LISBOA Vamos aguardar. Dona Sueli, eu queria sair um pouco da pessoa física para a pessoa jurídica e para as organizações – em sua maioria com lideranças brancas. Por estar há muitos anos na luta antirracista dialogando com instituições, como a senhora sente também essa receptividade ou esse movimento do antirracismo no seu interior?

[SUELI CARNEIRO] Eu acho que tem uma novidade na sociedade brasileira, que é a existência de uma pergunta que não existia antes. A pergunta que esse seminário faz: é possível o antirracismo branco?

A simples necessidade de colocar perguntas já mostra que há alguma alteração nesse contexto tão bem descrito pela Lia. Há pessoas que estão sim se perguntando e que percebem que têm um papel a cumprir. Sempre que me perguntam o que um branco antirracista pode fazer, saindo da inércia do “não sou racista”, eu sempre digo que eles têm muito serviço a fazer no Brasil.

Uma das primeiras tarefas é chamar os brancos à responsabilidade em relação ao que o racismo produz na sociedade, na medida em que o racismo é, antes de tudo, uma invenção dos brancos, para legitimar invasão, domínio, escravização, extermínio, colonização, expropriação de povos, territórios, populações. Em benefício de europeus e seus descendentes no continente europeu e nos espaços extraeuropeus, como o Brasil, por exemplo. Eu proponho uma agenda para o branco que quer ser um antirracista ativo.

A desconstrução de todo esse imaginário é uma tarefa de educadores, historiadores e jornalistas. Criticar e abandonar as idealizações perversas acerca das relações raciais, o triunfalismo das narrativas que escondem a violência colonial e que construíram o mundo que conhecemos é uma tarefa do antirracismo branco.

Nesse momento da realidade brasileira, esse antirracismo tem uma tarefa muito precisa, que é combater a ascensão neofascista no Brasil, disputando corações e mentes, sobretudo das novas gerações, para valores libertários, generosos, igualitários e democráticos, especialmente entre os seus. Eu sempre digo que o melhor que um antirracista branco pode fazer é fazer a questão racial chegar nesses todos que são signatários. É conversar com os seus, é discutir com os seus, é confrontar os seus, é problematizar os seus.

Essa questão do combate ao neofascismo, por exemplo, me parece que não é só um fenômeno circunstancial e conjuntural, ela tem amparo nas políticas de esquecimento, porque nós cultuamos e cultivamos uma tradição do esquecimento. Nós esquecemos que as nacionalidades priorizadas nos processos de migração que foram adotados para substituir as massas de escravizados no pós-abolição foram as dos italianos, alemães e japoneses, cujos países compuseram as potências do Eixo na Segunda Guerra Mundial; e que, muito antes da ascensão de Hitler, ideias supremacistas já prospera-

vam por aqui. Monteiro Lobato escreveu *O Presidente Negro*²⁸, uma ode ao genocídio de negros, no começo da década de 1920²⁹. As ideias de Lombroso³⁰ encontraram terreno muito fértil por aqui, influenciando decisivamente a terminologia. Aquela juíza Inês Zarpelon³¹, que condenou o homem negro, associando o crime em razão da sua raça, é só mais um eco do criminoso nato lombrosiano, que revela, da parte da juíza, a convicção íntima de culpa daquele homem negro, sendo a negritude dele a matéria punível que cabia a ela condenar e não necessariamente o crime realmente praticado. Isso explica, em grande parte, os níveis inacreditáveis de encarceramento que se alcançam no Brasil, sem falar no martírio incessante dos jovens negros assassinados. Portanto, os juristas antirracistas têm tarefa enorme de desconstrução desses estereótipos, estigmas e as práticas e teorias que os legitimam e que impõem e impedem o exercício do direito de cidadania dos negros no Brasil.

O antirracismo branco tem que tirar da sombra um sujeito oculto que se encontra por trás de cada ato de discriminação, por trás de cada violação de direito da população negra. Porque nós nos acostumamos a falar do racismo no Brasil de maneira, em que, de um lado aparece a vítima – o negro assassinado, o negro na indignância humana, o negro subalternizado –, e do outro está o tal do racismo estrutural, que não se encarna em nenhum sujeito concreto, que não se encarna concretamente nas práticas sociais ou nas políticas de contratação. Como disse também a Lia, ele não se materializa nos departamentos de recursos humanos das empresas, no silêncio da escola, na omissão dos professores e de outros profissionais da educação – nos casos de discriminação da escola –, no desprezo de profissionais de saúde pela vida negra, tão corrente, seja no sistema público seja no sistema privado de saúde. São práticas reprodutoras de todas as iniquidades que conhecemos. Esse sujeito oculto tem que sair da sombra, tem que ser revelado.

28 LOBATO, Monteiro. *O presidente negro ou o Choque das raças: romance americano do ano 2228*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1926.

29 *O presidente negro ou o Choque de raças* é um romance de ficção científica escrito por Monteiro Lobato que traz em seu enredo ideias racistas e eugenistas.

30 Cesare Lombroso (1835–1909) foi psiquiatra criminologista que defendeu teorias acerca da identificação de criminosos por meio de aspectos genéticos e físicos, difundindo, assim, práticas racistas e eugenistas.

31 Em agosto de 2020, veio a público a sentença proferida pela juíza Inês Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, na qual mencionava a raça do réu – que era negro – como indício de seu pertencimento a uma organização criminosa.

Esse antirracismo branco tem que também repor a verdade histórica sobre as relações sociais no Brasil. O Milton Santos³² disse que as classes chamadas superiores, incluindo as classes médias, jamais quiseram ser cidadãos, e os pobres, ao contrário, jamais puderam ser cidadãos. Milton Santos diz que as classes médias – adivinha quem são – foram condicionadas a apenas querer privilégios e não direitos; e diz mais ainda que isso é um dado essencial no entendimento do Brasil, de como os partidos se organizam e funcionam, de como a política se dá, de como a sociedade se dá.

Avançando um pouco mais, Milton Santos diz que até boa parte da década de 1980, a classe média se expandiu e se desenvolveu, sem que houvesse verdadeira competição para ela quanto ao uso dos recursos, seja no mercado, seja no que o Estado lhe oferecia para melhoria do seu poder aquisitivo e do seu bem-estar material. Todos iam subindo juntos, embora para patamares diferentes. Ele afirma que a competição, na realidade, foi com os pobres, cujo acesso aos bens de serviço se torna cada vez mais difícil. Milton Santos ilustra esse processo e diz que vale a pena lembrar as facilidades para aquisição da casa própria mediante programas governamentais com que foram privilegiadas as pessoas das classes médias, enquanto os brasileiros mais pobres – desnecessário dizer mais negros – apenas foram incompletamente atendidos. O antirracismo branco tem uma agenda desse tipo.

Por exemplo, para aqueles que se arvoram como produtos da meritocracia, que são os primeiros a questionar, a problematizar e a se dizer contrários às políticas de cotas, há um artigo muito interessante de um jornalista do Rio Grande do Sul chamado Tau Golin. Esse artigo se chama “Os cotistas desagradados”. Nele, Tau Golin, diz:

Nos ambientes sociais, invariavelmente, escuto descendentes de imigrantes condenarem a política de cotas. São ignorantes ou hipócritas. A parte rica do Rio Grande do Sul e outras regiões do Brasil é o presente de cotistas do passado. As políticas de colonização do país foram as aplicações concretas de políticas de cotas. Aos servos, camponeses, mercenários, bandidos, ladrões, prostitutas da Europa foi acenado com

³² Milton Santos (1926–2001) foi geógrafo, advogado e professor universitário. Um dos mais importantes intelectuais brasileiros, Milton Santos destacou-se por seu trabalho na área de Geografia, especialmente por seus estudos nos campos da urbanização no território brasileiro e da globalização. Mais detalhes sobre sua vida e obra disponíveis em: <http://miltonsantos.com.br/site/>. Acesso em: 29 jun. 2021.

a utopia cotista. Ofereceram-lhes, em primeiro lugar, um lugar para ser seu, um espaço para produzir, representado pelo lote de terra; uma colônia para que pudesse semear o seu sonho.

E lhes alcançaram juntas de bois, arados, implementos agrícolas, sementes, e o direito de usar a natureza – a floresta, os rios e minerais – para se capitalizarem. No processo, milhares não conseguiram pagar a dívida colonial e foram anistiados. E quando ressarciram foi em condições módicas.

Sendo cotistas do Brasil, puderam superar a maldição de miseráveis, pobres, servos, e de execrados socialmente [o que eram considerados na Europa]. Muitos sequer podiam montar a cavalo, hoje, seus descendentes são até patrões de CTG, mas condenam as cotas, a mão, a ponte, o vento benfazejo, que mudaram a vida de suas famílias. [E tudo isso conquistado também com a invasão e o extermínio de povos, como territórios dos charruas, minuanos, kaingangs e guaranis...] (GOLIN, 2014)³³.

Descrevo isso tudo para dizer que **esse antirracismo branco tem muito o que contribuir para o reconhecimento de que o racismo promove, indevidamente, com base em argumentos falaciosos de superioridade e de inferioridade racial, a hegemonia da branquitude, seus privilégios, às custas da exclusão racial de outros – o que distorce, inclusive, a noção de meritocracia.** Esses privilégios ou os privilégios assim conquistados, são moral e eticamente indefensáveis. As vantagens e desvantagens assim construídas rebaixam a humanidade de todos nós, brancos e negros, produzindo ambientes tóxicos para se viver, pois segrega brancos em ilhas de prosperidade cercadas por negros segregados em territórios desumanizados por toda parte, como assistimos nesse processo da covid-19. **E essas circunstâncias perversas exigem um outro projeto de país, um projeto de nação, capaz de inverter, pela primeira vez, a lógica instaurada, fundada na produção e na reprodução das desigualdades sociais, no desenvolvimento recessivo e na violência como forma de administração de conflitos reais ou latentes; e, sobretudo, a necessidade e a urgência de renúncia dos não signatários ao tipo de sensibilidade que naturalizou ou que se encontra anestesiada perante a essa realidade indigna que rebaixa a todos nós.**

33 GOLIN, Tau. *Os cotistas desagradecidos*. Portal Geledés, 7 jun. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/os-cotistas-desagradecidos/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

Quando o incômodo com essas desigualdades se instala, as pessoas passam a buscar e a encontrar, na sua experiência particular ou no plano coletivo, possibilidades de agir intencionalmente contra o racismo e a reprodução das desigualdades. E há indícios animadores nesse momento, assim como recrudesce o conflito racial e a perspectiva neofascista na sociedade brasileira. Essas duas forças estão em disputa e acho que temos muito para conversar sobre elas na sequência.

IANA PAULA LISBOA Muito... Lia, eu queria trazer uma outra esfera, dentro desse lugar de alianças, que é a esfera familiar, muitas vezes uma esfera de aliança em que, geralmente, não temos muita escolha, pois família é família. Para você, que estudou e escreveu sobre relações inter-raciais, como isso se dá também dentro dessas relações, dentro dessas famílias? Vou incluir também uma outra pergunta: você entende que a educação antirracista tem que fazer parte de um currículo escolar no Brasil?

ILIA VAINER SCHUCMAN Acho que a Sueli explicou muito bem a parte histórica que vai colocando os brancos nesse lugar de vantagem estrutural. Dentro das famílias, o que eu acreditava, quando fui fazer a pesquisa, é que a família era um lugar de suspensão das hierarquias raciais que estavam no mundo – eu era uma pessoa absolutamente ingênua quando fui pesquisar. Tinha entrado em contato com a pesquisa da France Winddance Twine³⁴, nos Estados Unidos, que estudou famílias e o papel do branco e que cunhou o termo – que temos usado muito no Brasil – “*racial literacy*”. Traduzi isso como “letramento racial”, que é esse branco que consegue responder às hierarquias raciais na vida individual.

Agora, o que é, de fato, a branquitude no psiquismo do sujeito, além de ser a posição de vantagem? É um lugar de se apropriar desses significados compartilhados socialmente e incorporar, no processo de identificação, a ideia de supremacia branca.

³⁴ France Winddance Twine (1960-) é socióloga estadunidense que estuda questões relacionadas à desigualdade de gênero, de classe e de raça. É autora de livros como *A White Side of Black Britain: Interracial Intimacy and Racial Literacy* e *Rethorizing Race and Whiteness in the 21st Century: Changes and Challenges*.

Portanto, na minha pesquisa, fui encontrando dentro dessas famílias negociações muito tristes a partir da ideia da raça, como, por exemplo, a história de uma mulher branca e pobre que veio do Recife trabalhar como empregada doméstica em São Paulo, na década de 1970. Ela era uma branca, de olhos azuis/verdes, que, pela condição de gênero e de classe, era uma pessoa excluída, porque era uma mãe solteira. Ela falava o seguinte: “o primeiro que aparecer, eu caso”. Aparece um homem negro – imbuído dessa ideologia de embranquecimento que atinge brancos e negros na sociedade brasileira – e assume essa mulher. Ela se casa com esse homem, mas a partir de um sentimento de superioridade. Essa relação de superioridade também esteve na forma como ela educou os filhos, e esses filhos cresceram com a ideia de que quem tinha a beleza era a mãe e com a identificação de que o sofrimento da vida deles foi herdado pelo pai, como se fosse uma doença.

As relações afetivas entre brancos e negros não impedem a hierarquia racial. É fundamental que pensemos que o racismo brasileiro é um racismo de intimidade. Os casamentos inter-raciais entre as classes mais pobres são 38% das relações hoje, um número muito alto – e fica óbvio que as classes mais altas não se misturam. São 38% dos casamentos, e a branquitude aparece como um lugar de posse. Assim como a Sueli explicou que a branquitude teve posse de terras, ela é um lugar de posse simbólica. Em muitas trocas afetivas, a raça entra e se configura.

Na história dessa família do exemplo, a filha falava: “quando eu crescer, quero ser igual à minha mãe”, mas ela estava impossibilitada de ser igual à mãe, e a mãe dizia: “quando você crescer um pouquinho, eu aliso o seu cabelo”. Essa menina foi crescendo com a ideia de que ela precisava alisar o cabelo para ficar um pouco mais bonita. Quando elas brigavam, a mãe falava: “você é igual ao seu pai”. Ou seja, a raça aparecia nessa relação o tempo todo. A negação do negro nas famílias inter-raciais vai se repetindo de diversas formas, não necessariamente tão violentas, como, por exemplo: “eu me casei com um negro diferente”. O que é um negro diferente? Nesse caso, continuavam operando todos os estereótipos sobre o negro e, como se fosse um passe de mágica, aquele sujeito com o qual a pessoa tem uma relação afetiva é retirado daquele grupo – o que mostra que a relação afetiva não impedia essa hierarquia racial.

Mais do que o amor, o carinho, o afeto, etc., o que propiciou dentro dessas famílias aquilo que poderia ser entendido como aliança? Uma das últimas famílias que eu entrevistei é composta por uma mãe branca que trabalha com a consciência racial nos filhos negros. Ela se casa com esse homem negro,

um homem da década de 1970 que, como ela, acredita em democracia racial e se autodenomina “moreno”. Os dois se casam a partir da ideia de democracia racial, ou seja, a partir da ideia de que a raça não era um problema. Nesse casamento, essa mulher começa a ser isolada da família branca, que a impede de ir às festas com sua própria família. Essa pessoa, que acreditava na democracia racial, começa a entender que há racismo. Radicalmente, há racismo. Só que ela não consegue conversar com o marido sobre isso, porque o assunto é uma ferida tão grande que ele não quer lidar com a situação, já que ela também atingiria, ao abrir a ferida, a masculinidade dele. Era uma família muito tradicional, na qual o marido era o provedor da família. Dessa forma, o jeito encontrado pela mulher de proteger a masculinidade do marido na relação afetiva era não abordar o racismo com o homem negro da família.

Mas essa mãe foi percebendo que ela não era convidada pela família branca, que as crianças voltavam chorando da escola... Um dia, a filha voltou chorando da escola dizendo “sou feia, me chamaram de macaca” – essa violência brutal que ainda ocorre nas escolas. Ao ouvir isso, essa mãe branca fala para a filha “seu nariz é lindo, sua boca é linda, seu cabelo é lindo” e vai com uma vassoura até a escola – essa história está descrita no meu livro³⁵.

A situação se deu via afetividade? Sim, mas não é a afetividade em si que impede as desigualdades raciais. É a afetividade sem hierarquia. Na história dessa mulher, a afetividade impulsionou a hierarquia para fora. Portanto, a consciência racial não é a convivência entre brancos e negros, é uma convivência sem o lugar de superioridade hierárquico na qual a branquitude é forjada, sob esse engodo de superioridade, que, às vezes, fica muito mais forte nas relações próximas, porque serve de arma dentro das relações interpessoais.

As alianças possíveis entre as famílias são as mesmas de fora. Ela só é possível quando se suspende a ideia de que há uma hierarquia humana entre esses humanos e não são as relações afetivas que fazem isso. É outro lugar realmente simbólico.

IANA PAULA LISBOA E sobre a educação antirracista nas escolas?

³⁵ SCHUCMAN, Lia Vainer. *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. Salvador: EDUFBA, 2018.

[LIA VAINER SCHUCMAN] Acho que deve haver educação antirracista nas escolas, mas deve existir educação antirracista no país como um todo; assim como nas famílias. As famílias têm que ser signatárias do antirracismo que desejam nas escolas. Querer o antirracismo na escola é um movimento que tem acontecido muito agora. “Bom, vou lá cobrar da escola o antirracismo”, como se esses pais não precisassem também abrir mão da trabalhadora doméstica no domingo – trabalhadora que, muitas vezes, é negra –, desse lugar de conforto, onde muitas pessoas de classe mais alta dependem do trabalho doméstico de mulheres negras. Isso é algo crucial, que tem a ver com o antirracismo. **Na escola, o que as pessoas têm feito é a mudança do currículo, mudando o conteúdo. Só que é a estrutura que forma o conteúdo do racista.**

Para explicar como isso acontece, coloco um exemplo que eu sempre dou: o aluno, ao chegar à escola, mesmo que tenha história da África, boneca negra, se todos os professores são brancos, ele aprende que o lugar do saber é branco. Se o segurança e a mulher da limpeza são negros, ele aprende ainda mais: que os lugares do saber são brancos e que os lugares de subalternidades são negros. Mas como se isso não bastasse, na escola, o lugar que as pessoas ocupam – a limpeza e a segurança – é o lugar daquela pessoa que não é apresentada às crianças. Não é dito a ela “olha, essa pessoa é fundamental para escola, o trabalho dela é fundamental”. Por isso, ao ir para uma escola a criança aprende que há vidas que importam e essas vidas que importam são brancas e as profissões delas importam. Há vidas que não importam, porque ela não é apresentada para essas pessoas, elas não fazem parte da comunidade, inclusive, a escola se dá ao luxo de que ela seja terceirizada, que ela não seja contratada como todos os outros. E, nesse momento, essa criança aprende a ser racista. É importante pensar que uma escola antirracista, antes de mudar o conteúdo, precisa mexer em sua estrutura. Acho fundamental pensar isso.

[ANA PAULA LISBOA] Obrigada. Dona Sueli, para além de pedir que comente essa fala da Lia, eu quero fazer uma pergunta, que também veio do público. Como pensar nessas alianças diante de um cenário com tantas desigualdades entre pessoas que são humanizadas e as que não são, que são tratados ou ensinados a cidadania e as outras que não são, que são sujeitos e outras que não são? Como construímos essa aliança? Quando falo a gente, estou falando como sujeito negro também. É um primeiro passo nosso ou aguardamos?

[SUELI CARNEIRO] É importante falar sobre como vimos atuando na mediação das relações brancas. Veja, eu gosto de separar duas situações: uma coisa é a situação do racismo no Brasil, as relações raciais, a supremacia, a hegemonia; outra coisa são os processos políticos que se possam construir, no sentido da mudança. E isso depende de organização política, de negociação política e de um conjunto de fatores. Eu pertenço a uma organização de mulheres negras que faz parte de um campo político da sociedade civil, que luta pela defesa e pela expansão dos direitos de cidadania da população negra. Um campo político que se instituiu desde as lutas de redemocratização do Brasil, que vem desde lá, estávamos todos lá no processo constituinte, estávamos todos lá na feitura da Constituição cidadã de 1988. Temos estado todos lá em um conjunto de iniciativas. Ou seja, é um campo político que se pretende progressista, que tem enfrentado em seu interior racismo, sexismo, LGBTfobia – é endógeno –, e tem também alcançado momentos de consenso, de aliança e de parceria, sobretudo, quando conquistas arduamente alcançadas por mulheres e por negros estão sob ameaça, como ocorre nesse momento.

Então, Ana, eu falo sempre desse lugar. Não é um lugar de massa, massivo, digamos, é um lugar de expressão de cidadania, de luta por cidadania, e que concentra uma parcela da sociedade brasileira, de negros e de brancos, que estão aí disputando um projeto de país. Nesse contexto, o que eu acho que é fundamental: as hierarquias que a branquitude produziu não serão facilmente desalojadas. Essas hierarquias de poder da branquitude estão aí e podem operar, e operam, na maioria das vezes, em todas as lutas progressistas. Eles funcionam, na maioria das vezes, sempre no sentido de preservação de privilégios e de exclusões. Porém, apesar de não ser possível distribuir essas hierarquias, elas podem, intencionalmente, ser utilizadas no sentido da promoção da igualdade e da equidade racial.

A Lia já fez uma ligeira menção disso. Assim, eu estou dialogando com aqueles setores que se dizem não signatários, em uma atitude de confiança. O que estou falando concretamente em termos de ação antirracista que possa vir de brancos? Eu vou apresentar para vocês uma coisa que talvez vocês conheçam, vou me servir das palavras do jurista Fábio Konder Comparato³⁶, que com rara coragem e dignidade disse em uma entrevista o seguinte:

³⁶ Fábio Konder Comparato (1936-) é jurista, escritor e professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Eu sou descendente do maior proprietário de escravos do Império Brasileiro, o Conde Joaquim José de Souza Breves. Tive que entender, e só entendi isso muito tarde, que esta realidade, ou seja, a culpa por isso, se transmite aos descendentes, não é propriamente uma culpa penal, mas, é uma herança de um débito social. É um débito social porque, se eu sou o que sou hoje é pelo fato de eu ter herdado várias coisas, a capacidade de me educar, o fato de ter tido determinados tipos de formação e isto só foi conseguido porque durante séculos os negros sustentaram a nossa economia. [...]

todos nós das ditas classes dominantes, somos o que somos, devido a sangue, suor e lágrimas de todos os africanos e afrodescendentes escravizados no Brasil (COMPARATO, 2009)³⁷.

Em relação à adoção de ações afirmativas para inclusão dos negros nas universidades, Fábio Konder Comparato lembra os pesos e as medidas diferentes que regem as posições sobre o tema. Ele diz:

A política de cotas [...], é uma política tímida, com 120 anos de atraso. A própria Constituição determina que haja no mercado de trabalho a proteção da mulher com incentivos específicos, é exatamente a política de cotas, mas, ninguém diz que esse inciso é uma medida discriminatória. Mas tudo o que se propõe em defesa do negro é considerado discriminatório ou racista (COMPARATO, 2009)³⁸.

Em total coerência com esse posicionamento, na audiência pública convocada pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, em 2010, para julgar a constitucionalidade das cotas³⁹, encontraremos Fábio

37 COMPARATO, Fábio Konder. Entrevista com Fábio Konder Comparato. *Portal Geledés*, 10 out. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/entrevista-com-fabio-konder-comparato/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

38 COMPARATO, Fábio Konder. Entrevista com Fábio Konder Comparato. *Portal Geledés*, 10 out. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/entrevista-com-fabio-konder-comparato/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

39 Entre os dias 3 e 5 de março de 2010, o Supremo Tribunal Federal realizou uma audiência pública com a participação de associações, movimentos e diversos representantes da educação universitária para discutir a constitucionalidade da política de cotas nas universidades públicas.

Konder Comparato se apresentando em defesa das ações afirmativas representando a organização Educafro⁴⁰.

Pego um outro exemplo, de Oscar Vilhena⁴¹, que avança na reflexão sobre os desafios que nos impõe a atual conjuntura em que o ódio racial passa a se manifestar cada vez mais sem peso nenhum. Diz Vilhena:

Neste momento, não basta ser contrário ao racismo. É preciso fazer mais. É imperativo colocar o enfrentamento do racismo no centro da vida política brasileira; defender e fortalecer políticas afirmativas; alterar práticas corporativas; reformar as agências de aplicação da lei e reprimir juridicamente condutas discriminatórias e racistas que permeiam as nossas relações cotidianas.

Sem enfrentar o racismo, jamais superaremos a desigualdade econômica, a marginalização social, a opressão e a violência.

Sem derrotar o racismo, jamais nos humanizaremos como nação.

O protagonismo do movimento negro não exime brancos antirracistas da responsabilidade de participar dessa luta (VIEIRA, 2020)⁴².

E eu insisto que é onde o branco melhor pode fazê-lo. É também Oscar Vilhena que encontramos, nessa mesma audiência convocada por Lewandowski, em defesa das ações afirmativas, fazendo uma defesa magistral da política de cotas, assim como lá estava a organização Ação Educativa⁴³, uma organização de maioria branca, representada por Denise Carreira, expressando posição de defensores de direitos humanos antirracistas em defesa de cotas raciais. Dessa forma, eu entendo que, **enquanto a disparidade de poder for tão abismal entre brancos e negros, o antirracismo branco terá que disponibilizar de seus privilégios nas lutas estratégicas pela cidadania negra.**

Há em curso, nesse momento, ações que expressam alguma reserva moral da sociedade brasileira para agir cada qual a partir do seu lugar social no

40 A Educafro é uma instituição que atua na inclusão de negros nas universidades públicas ou nas universidades particulares, nestas com acesso a bolsas de estudos.

41 Oscar Vilhena Vieira (1966-) é professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas e escritor. Atua principalmente em casos de interesse público junto ao Supremo Tribunal Federal.

42 VIEIRA, Oscar Vilhena. *Perverso pacto racial*. 14 ago. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/culonas/oscarvilhenavieira/2020/08/perverso-pacto-racial.shtml?origin=uol>. Acesso em: 25 fev. 2021.

43 Ação Educativa é uma associação civil que, por meio da perspectiva dos direitos humanos, é atuante nas áreas da educação, da cultura e da juventude.

combate ao racismo e às desigualdades. São iniciativas empresariais, como as que têm sido objeto de debate público recentemente, iniciativas da filantropia nacional inéditas de apoio à causa antirracista, que seriam impensáveis há 20 anos, das quais o próprio Ibirapitanga – promotor desse evento – é um dos exemplos. São iniciativas educacionais de escolas segregadas racialmente para fins das elites que começam a emergir.

Recentemente, soube de um importante advogado brasileiro movido pela convicção de que não quer que suas filhas cresçam em um país com esse grau de desigualdade racial e que, ao mesmo tempo, quer que elas possam ter a melhor educação que ele pode oferecer. Ele busca como resolver essa equação e começa a ser um elemento ativo no processo de mudança dessa escola. Ao lado desse tipo de iniciativa, tem o diretor de um dos colégios mais caros de São Paulo dizendo que os negros rebaixaram as universidades públicas⁴⁴. Ao lado de iniciativas empresariais, nós temos a sócia de uma *startup* da área financeira [Nubank] dizendo que não pode abaixar o sarrafo enfiando negros dentro do banco, porque vai baixar o nível de exigência do branco⁴⁵.

Mas eu vejo que nós estamos em um contexto de disputa entre essas duas perspectivas, em que nós temos uma realidade que nos desafia violentamente, que é o fato de que vivemos em um país de hegemonia branca e maioria negra, e não temos como nos livrar uns dos outros. Apesar do massacre permanente que negros sofrem na sociedade brasileira, nós ainda estamos aqui, em luta. E, por mais que os brancos possam, eles também não têm como se livrar de nós. **Então, temos que exercitar o diálogo. Nós temos que encontrar formas de constituir possibilidades reais de escuta. Temos que construir espaços de reconhecimento e respeito mútuo. Temos o desafio de sermos partícipes na construção de outro tipo de sociedade, porque esse país não tem como funcionar com essas condições, não tem futuro para esse país se não formos capazes de equacionar essa realidade.**

44 Em entrevista em outubro de 2020, o diretor de um renomado colégio de São Paulo (Bandeirantes) criticou a política de cotas, justificando que a reserva de vagas insere “alunos completamente despreparados” na universidade pública, “destruindo a universidade e disfarçando o problema” da disparidade educacional no país. Vídeo disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/ensino-hibrido-diretor-bandeirantes/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

45 Em um importante programa de entrevistas, uma das fundadoras de uma *startup* brasileira que atua na área financeira [Nubank] ao ser questionada sobre a representatividade racial em sua empresa, admitiu a existência desse problema, justificando-se que a contratação de negros “sempre foi difícil” e que a empresa “não pode nivelar por baixo”, diminuindo seu grau de exigência. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2vYX8B-Ro7M>. Acesso em: 21 abr. 2021.

Portanto, estamos desafiados a dialogar, a negociar, a nos enfrentar, sem nenhuma ilusão de que será fácil, agradável e que, seguramente, sempre seremos desafiados: os brancos, a terem que reconhecer o seu racismo, e nós [negros], com todas as dificuldades que a subalternização produziu nas nossas vidas e nas nossas possibilidades. Não tem jeito, só nos resta buscar agir em consenso na construção de um outro país.

IANA PAULA LISBOA É isso. Eu brinco sempre com meus amigos negros quando estão com a autoestima baixa. Eu falo “gente, não era nem para estarmos aqui. Já que estamos aqui, estamos aqui mesmo e vamos ficar. Vamos embora”.

Eu queria fazer uma pergunta para a Lia e que também tem a ver com o seu estudo: a discussão sobre o pardo dificulta o debate sobre o antirracismo?

LIA VAINER SCHUCMAN Eu acho que o pardo brasileiro – tão bem falado pela Sueli – tem indicadores sociais de desigualdade similares aos do considerado. Por quê? Eles são herdeiros do mesmo sistema que explorou essa população. Então, eu acho que não faz sentido retirarmos o pardo do conjunto da população negra. A discussão do pardo existe, porque muitas pessoas não são colocadas dentro da categoria preto e não se identificariam dessa forma, exatamente porque nossa sociedade é marcada pela a ideologia de embranquecimento. O IBGE segue essa lógica de categorias a partir dessa realidade também.

O que é o pardo brasileiro? O que é a mestiçagem brasileira? Não a mestiçagem real que existe no mundo todo, já que as pessoas, geneticamente, são mestiças. Nós temos um pardo que é um fenótipo racializado. O pardo não é o resultado de famílias multirraciais, necessariamente, porque muitas famílias multirraciais resultam em fenótipo que, no Brasil, é considerado branco. Pode ter um pai negro e uma mãe branca. Então, ninguém fica chamando de pardo. Ninguém fala “olha lá, o pardo na rua” ou “olha o mestiço”.

O que é o pardo? O pardo é alguém que tem fenótipo negro, porque, senão, a pessoa, na ideologia do embranquecimento da nossa sociedade, vira branco. Portanto, o pardo é o negro, e só é pardo quem é visto socialmente como negro. Ele sofre a discriminação e a herança da desigualdade de ter vindo de famílias que foram escravizadas.

Acho que o debate sobre o pardo, nesse sentido de ficar separando, ou na questão do colorismo – que discute aquilo que é mais claro ou mais escuro

– atrapalha o antirracismo. Mas acho que não sou eu a pessoa a responder. Acho que o movimento negro já fez uma opção na década de 1970/1980 quando disse: “essa categoria ‘pretos e pardos’ é negro e é com ela que nós estamos lutando”. Se você retirar a categoria parda daquilo que é chamado negro, o negro também desaparece como 54% da população, ele vira 12%, 13%. Não faz o menor sentido ainda existir essa pergunta para a categoria negra. A categoria negra só existe porque há pardos e pretos, e é assim definida pelo movimento negro.

Em respeito a essa definição, que não foi à toa, foi uma articulação política muito boa para conseguir direitos, acho que tem uma outra questão, que é a da identificação psicológica, que talvez seja a pergunta que existe no meu livro: “como essa pessoa se define como negritude ou não?” Mesmo essas pessoas, só são classificadas como pardas exatamente porque elas estão na categoria negra. É importante pensarmos que a formulação de todas as classificações raciais são uma invenção. **Não é que o pardo, na verdade, fica sem uma categoria porque ele não é nada. Se tudo é uma invenção, o movimento negro fala “os pardos são negros”, só existe ficção racial e a ficção se torna realidade. Todas as identidades raciais são ficções.**

Eu tenho alunos da Bahia que falam que aqui em Florianópolis a pessoa é branca e está se achando negra. Mas aqui em Florianópolis ela é negra. Nós estamos no Sul do Brasil. Não é que há uma realidade, uma verdade da raça e essa verdade da raça está na Bahia e aqui é uma mentira da raça. É porque todas são ficções independentemente do lugar. Aqui essa pessoa é negra, ela é tratada como negra, ela é xingada como negra, e na Bahia ela vira branca, porque é outra categoria. Mas como são todas ficções, a Bahia não é mais verdadeira, os Estados Unidos não são os mais verdadeiros. Quando falamos “aqui o branco, nem é branco”, o que queremos dizer? Que há um branco verdadeiro? Que o branco dos Estados Unidos é verdadeiro? Lá também é invenção, todas são invenções.

Alguém perguntou o que é raça. **A raça é uma invenção, é uma ficção que é advinda das relações de poder. A raça é filha do racismo, ela não é mãe do racismo. Às vezes, as pessoas dizem assim “nós precisamos acabar com a categoria raça para acabar com o racismo”. Não faz o menor sentido. Nós precisamos acabar com o racismo para acabar com a categoria raça.**

Só para terminar uma coisa que eu não falei sobre a branquitude: só existe a categoria branco porque há racismo. Ela não faz o menor sentido. Ela não é uma categoria identitária, cultural. Por exemplo, o que eu, Lia,

como descendente de judeus que passaram pela guerra, foram assassinados, tenho do ponto de vista da identidade, da cultura, de parecido com descendentes de portugueses escravocratas no Brasil? Que história nós compartilhamos? O que temos de parecido culturalmente? Nós não temos nada, a não ser o privilégio advindo do racismo, tanto eu, como eles.

Com o fim do racismo, a categoria branco morre, vai ser descendente de judeu, vai ser descendente de português, outras formulações. Essa é uma formulação completamente fictícia, que só se baseia nas relações de poder.

É o fim do racismo que acaba com a raça e não o fim da raça que acaba com o racismo.

IANA PAULA LISBOA Infelizmente, estamos chegando ao fim dessa conversa incrível. Esse debate está só no início: é uma discussão para a mesa de jantar, para a televisão, é para a academia, para a academia de ginástica – você está lá correndo na esteira e discutindo antirracismo. Enfim, queria pedir à dona Sueli para começar e fazer suas considerações finais e depois Lia.

ISUELI CARNEIRO Obrigada, bonita. Foi muito gostoso estar com vocês, ter o debate conduzido por você, com a sua simpatia, seu charme. Quero agradecer a possibilidade de ter estado aqui, à Lia, por compartilhar essas ideias tão importantes vindas desse campo do conhecimento tão estratégico para o avanço da compreensão das questões raciais. Eu dizia anos atrás que a psicologia nos devia muito porque era um campo que tinha aportado muito pouco à nossa experiência e que ela tinha uma contribuição extraordinária para trazer para o debate e a Lia é uma das pessoas cobrindo essa lacuna com muito brilhantismo. Muito obrigada pelo que você está aportando à compreensão dessas questões.

Eu quero dizer que eu tenho convicção de que o país que foi capaz de construir a mais bela fábula de relações raciais que se conhece no mundo, que é o mito da democracia racial, talvez seja capaz de torná-la potencialidade. Pois os mitos guardam possibilidades que estão presentes no real. São potencialidades que essa sociedade também tem e o antirracismo tem que focar nas possibilidades de informar a construção da verdadeira democracia (igualdade) racial. Esse é o esforço que estamos convocados a realizar negros e brancos, em benefício da humanização de todos nessa sociedade. Obrigada.

ILIA VAINER SCHUCMANI Queria finalizar agradecendo também por poder escutar a Sueli e a todo o evento, esse chat maravilhoso.

Sempre me perguntam “o que é que pode fazer na prática? O que é a luta antirracista? Dá para fazer algo com o racismo estrutural, eu que sou tão pequeno?”

A psicologia social, que é o campo do qual eu faço parte, é exatamente voltada a entender quem é o sujeito na estrutura. Eu vou fazer uma divisão rapidamente didática para pensar que a estrutura produz os sujeitos, produz subjetividade, mas esses sujeitos fazem parte das instituições. Todos os sujeitos fazem parte das instituições, que é família, escola, empresa e as instituições fazem a estrutura. Então, há o que o sujeito individual fazer diante da estrutura.

Há muito o que fazer, todos os sujeitos estão aqui inseridos dentro de instituições. Há um manual? Não há, porque cada um tem o que fazer do lugar onde ocupa. Uma mãe, dona de casa, pode escolher os desenhos que os filhos assistem que não sejam só desenhos de mulheres brancas, loiras, dos olhos azuis que vão criar um ideal de beleza branco. Porque as pessoas aprendem a ser brancas. Todos os dias elas aprendem a ser brancas. Por exemplo, a minha geração aprendeu a ser branca vendo a Xuxa. O que é a Xuxa? É 2% do fenótipo brasileiro em um lugar de super-representação de beleza.

Tem alguém ali em uma instituição de comunicação que coloca essa mulher nesse lugar. Então, tem alguém que faz essa escolha, que distribui esse benefício. Todas as pessoas estão em uma instituição. Desde a dona de casa que pode escolher o desenho que o filho vê, à mãe que pode pensar quem ocupa a limpeza de casa, como é esse trabalho, de que forma fazer esse trabalho, ao RH de uma empresa. Eu sou uma educadora. O que uma educadora pode fazer? Pode colocar isso como pauta, pode exigir cotas no lugar onde ela está. São os sujeitos que fazem as instituições e são as instituições que fazem a estrutura.

Então, cada um de nós tem o que fazer na luta antirracista. Aí, ampliando que não dá para estar na luta antirracista, apoiando políticas super neoliberais que vão aprovar que o saneamento básico seja privatizado, por exemplo. Quem é que vai ficar pagando, sem a água? **Nós temos que pensar que as políticas apoiadas por nós também estão cercadas de antirracismo.** Apoiar a menoridade penal e ser antirracista também não faz o menor sentido. Quem é o menino que vai ser preso? Não é nem menino, porque o menino é sempre o branco. O menino negro é sempre o moleque, aquele que perde a inocência, aquele que já pode ser preso.

Nós temos várias outras políticas que não podemos apoiar ao sermos antirracistas. Isso, eu estou falando agora porque nós estamos perto do voto.

Escolher em quem votamos também é uma forma de ser antirracista.

Convido a todos a serem antirracistas em todas as posições em que ocupam e é esse o lugar do branco antirracista dentro das instituições brancas, principalmente. Obrigada.

IANA PAULA LISBOA É isso, muito trabalho. E que bom que o trabalho não é só dos pretos. Olha como é possível todo mundo trabalhando. E acho que é isso, quanto mais gente trabalhando, mais rápido conseguimos colocar em prática ou realizar essa fábula do mito da igualdade racial no Brasil.

O protagonismo negro no desvelar da branquitude

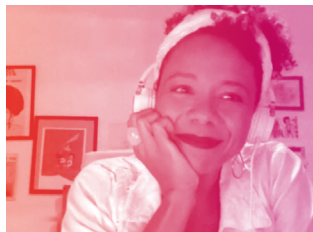
Deivison
Faustino

Lourenço
Cardoso

Luciana Brito
(MEDIADORA)

27.10.20

O olhar crítico sobre a branquitude tem seu “nascimento” a partir do trabalho de autores negros em diferentes épocas. Referências como W. E. B. Du Bois, Frantz Fanon, Steve Biko e, no Brasil, as contribuições de autores como Guerreiro Ramos foram fundamentais para desvelar e denunciar os diferentes aspectos dos benefícios que os sujeitos recebem ao serem incluídos dentro da categoria “branco”. Neste sentido, cabe perguntar: o que é desvelado quando o olhar do negro recai sobre o branco? Com que olhos estes tornam visível aquilo que para brancos é invisível, ou seja, sua raça? Esta mesa abordou o protagonismo do negro para a compreensão da branquitude.



[LUCIANA BRITO] Olá, obrigada ao Instituto Ibirapitanga pelo convite. A mesa de hoje, “O protagonismo negro no desvelar da branquitude” é muito interessante, eu certamente aprenderei muito junto com todas e todos vocês que nos escutam. Vamos contar com a colaboração de dois intelectuais negros que se debruçam sobre esse tema.

O primeiro deles é Deivison Faustino, doutor em Sociologia pela UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, mestre em Ciências da Saúde/Epidemiologia pela Faculdade de Medicina do ABC, professor adjunto da Unifesp – Universidade Federal de São Paulo no *campus* Baixada Santista, foi professor visitante na Universidade de Connecticut, é coordenador pedagógico do Instituto AMMA Psique e Negritude e autor do livro *Frantz Fanon: um revolucionário particularmente negro*⁴⁶.

Contaremos também com a presença e a colaboração do professor Lourenço Cardoso, doutor em Ciências Sociais pela Unifesp de Araquara, mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra, professor da UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira no *campus* Redenção, coorganizador do livro *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*⁴⁷ e autor do livro *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional*⁴⁸.

46 FAUSTINO, Deivison. *Frantz Fanon: um revolucionário particularmente negro*. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2018.

47 MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (org.). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

48 CARDOSO, Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional*. A branquitude acadêmica. v. 2. Curitiba: Appris, 2020.

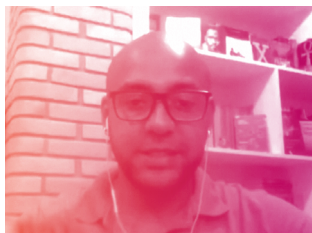
Fico muito animada em debater com vocês o tema dessa mesa. Como vocês sabem, sou historiadora. Hoje de manhã, eu dava aula remota em uma das nossas disciplinas da UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e falávamos sobre racismo científico. No século XIX, falar sobre o que é ser negro nunca dizendo o que é ser branco era um privilégio da branquitude científica e dos viajantes. Eram esses cientistas brancos que estavam definindo o que era ser negro e, a partir do seu oposto, o que era também ser branco – e nisso eles justificavam a escravidão e o imperialismo no continente africano. Mas nós estamos tratando aqui de um outro olhar, de uma outra perspectiva, que são as novidades – chamadas assim se levarmos em conta mais de um século de ciência racialista definindo o que era ser negro. Minha pergunta mais geral para vocês dois é: quais os significados de falar de branquitude a partir do olhar negro, a partir da intelectualidade negra?

Muito antes de pensarmos sobre a branquitude – falando da intelectualidade negra e do meu olhar de historiadora, forçando um diálogo entre as nossas áreas de atuação –, eu me lembro das narrativas de escravos (*slave narratives*⁴⁹) que existem nos Estados Unidos. Essas pessoas, depois da abolição, estavam fazendo um esforço de definir – não na condição de intelectuais, mas como pessoas que conviveram nas *plantations*⁵⁰ e em casas grandes com brancos – o que era ser branco. A partir disso, a grande novidade do final século XIX, com Du Bois⁵¹, e do século XX para cá é: o que acontece no desvelar da branquitude quando quem faz essa análise são intelectuais negros e negras? Eu passo a palavra para Deivison primeiro.

49 *Slave narratives* são relatos autobiográficos de pessoas negras que foram escravizadas tanto na Inglaterra quanto nos países que foram colônias britânicas, como os Estados Unidos. São exemplos desse gênero literário os livros *A jornada de um escravo fugitivo* (Wish, 2020), a autobiografia escrita pelo ex-escravizado e líder abolicionista Frederick Douglass, e *Incidentes na vida de uma menina escrava* (Todavia, 2019), relato autobiográfico feito por Harriet Ann Jacobs.

50 *Plantation* foi um sistema agrícola instituído pelas metrópoles europeias em suas colônias, caracterizado pela utilização de grandes latifúndios dedicados à produção de apenas um produto agrícola, destinado à metrópole. O trabalho nas *plantations* era realizado por meio da exploração da mão de obra africana escravizada.

51 W.E.B. Du Bois (1868–1963) foi sociólogo, historiador e ativista negro estadunidense fundamental no movimento negro e na luta antirracista. Sua obra mais conhecida é *As almas do povo negro* (Veneta, 2021), publicada originalmente em 1903 e que reúne os artigos e ensaios escritos pelo autor.



IDEIVISON FAUSTINO Obrigado, Luciana. É um prazer estar com você, com o Lourenço, nessa conversa junto com o Instituto Ibirapitanga. Muito obrigado pela oportunidade.

Eu vou responder a essa pergunta tomando como base o pensamento do Frantz Fanon, que é um autor que eu venho estudando. O Lourenço Cardoso vem chamando a atenção, nos seus trabalhos, para a importância do trabalho de Fanon, Du Bois, Steve Biko⁵², Guerreiro Ramos⁵³ e de tantos outros intelectuais contemporâneos, como Cida Bento e Lia Vainer Schucman, para pensar o tema da branquitude. Fanon foi um autor que trouxe questões muito originais e instigantes para a reflexão desse tema, e é a partir dele que eu queria colocar algumas provocações.

O primeiro ponto para pensarmos a branquitude a partir da negritude ou a branquitude, pelo menos, aos olhos do Frantz Fanon, é que, antes de mais nada, é necessário considerar que a branquitude é filha legítima do colonialismo. Fanon diz que é o branco que cria o negro, mas cria o negro como um filho bastardo das próprias relações sociais modernas, do próprio ideal de sujeito que emerge na sociedade moderna. **Com isso, o negro também é filho do colonialismo, mas um filho bastardo. Se o negro é um filho bastardo, a branquitude é uma filha legítima, porque há uma dimensão relacional nesse processo de estranha-**

⁵² Steve Biko (1946-1977) foi um ativista sul-africano que lutou contra o regime do *apartheid* em seu país.

⁵³ Guerreiro Ramos (1915-1982) foi um sociólogo e político brasileiro que impactou o campo da ciência social no Brasil, por meio de seus estudos sobre a questão racial.

mento e de reificação. Ao mesmo tempo que é um processo relacional, há uma relação não simétrica entre ambos, porque, **se é verdade que o branco que cria o negro, ao criar o negro, o branco também cria a si próprio.** Esse é um ponto importante se pensarmos a relevância do tal do novo mundo na constituição, inclusive, do que conhecemos como Europa, do que conhecemos como ocidente. Há uma construção histórica a partir da negação de tudo que era outro e de tudo que era diferente.

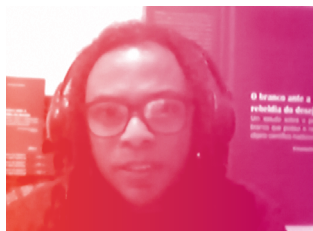
Há uma dimensão relacional que faz com que a própria análise sobre a negritude exija uma análise também sobre o que é a branquitude. Não se trata de uma relação simétrica, porque nesse contexto colonial só um dos lados é visto como sujeito, ou seja, não é uma relação entre sujeitos, mas uma relação entre sujeito e objeto, na qual o negro só aparece como objeto e o branco só como sujeito. **O próprio processo que cria o negro e, por consequência, cria o branco, cria o negro a partir de sua objetivação, de uma desumanização do negro. O signo negro é criado ao mesmo tempo em que o negro deixa de ser visto como ser humano, como parte da humanidade e como parte daquilo que os europeus estavam identificando em si no processo de desenvolvimento da sociedade moderna.**

Se formos pensar, os séculos XV, XVI e XVII são períodos importantes na Europa, em que os principais teóricos europeus, tanto no Renascimento quanto no Iluminismo, estão se percebendo como sujeitos da história. É nesse contexto moderno que os europeus se reconhecem como sujeitos da história, aliás, como sujeitos da razão. Existe uma castração na própria ideia de sujeito, porque ele é reduzido à sua dimensão racional. Essa constituição de sujeito que emerge desse contexto, no entanto, é profundamente racializada. **No mesmo momento em que os europeus estão se percebendo como sujeitos, estão invadindo outros povos e outros territórios.** Se quisermos usar uma metáfora: no momento em que o europeu se percebe, ele deixa de acreditar que a história é feita por Deus ou pela natureza e passa a se perceber ele próprio como um deus, é nesse mesmo momento em que ele está matando, roubando e destruindo fora da Europa, inclusive para poder se constituir e se afirmar como sujeito. Isso tem consequências porque **nesse processo de descoberta de si como sujeito, o europeu se depara com o outro que aparece a partir da colonização e da escravidão, esse outro que não poderia jamais ser visto como sujeito.**

Nós temos, por exemplo, um caso bastante famoso, que é o de John Locke⁵⁴ – um dos teóricos liberais da democracia. Ele vai nos dizer que o que nos caracteriza como seres humanos é a liberdade. Entretanto, John Locke era um dos principais acionistas de uma empresa holandesa de escravos, a Royal African Company. Portanto, se a principal riqueza de John Locke era o escravo, e se o escravo para ele era um meio de produção, das duas uma: ou ele teria que repensar sua teoria que parte do pressuposto de que a liberdade é algo essencial ao ser humano, ou ele teria que repensar o seu ganho e as formas econômicas sob as quais o próprio liberalismo se estruturou. Por isso, **a grande saída europeia foi criar uma cisão na ideia de humanidade, deixando de ver os não europeus como humanos.** Esse é um ponto importante para pensar, e que o Fanon nos coloca como provocação: **não há negritude sem branquitude, mas a branquitude aparece nesse esquema como única expressão de humanidade, e isso tem impactos subjetivos.**

Muito se diz a respeito do fato de que o negro teria complexo de inferioridade. Se isso fosse verdade, nós também teríamos que dizer que o branco, por outro lado, tem complexo de superioridade, porque se estamos falando de uma dimensão relacional, falamos de uma sociedade estruturada a partir do capitalismo e da mundialização do capital, a partir de contextos em que o branco aparece como expressão de bom, belo e verdadeiro. Uma sociedade em que o branco, o europeu, o ocidente são apresentados o tempo inteiro como expressões universais de humanidade, em um processo que estrutura relações de poder materiais e simbólicas, também sendo estruturado por elas. **Pensar a branquitude não é só pensá-la como o outro da negritude. Pelo contrário. Fanon diz que é o branco que cria o negro, mas é o negro que cria a negritude. Ao ser criada, a negritude abala, coloca desafios políticos para os processos de hierarquia e de privilégios que sustentam a branquitude.** Estamos falando de coisas relacionais, até antagônicas, contraditórias de certa forma, mas que marcam a construção da sociedade como um todo não só para negros, mas também para brancos. As relações raciais também afetam os brancos, embora a partir de um outro lugar, pelo menos para Frantz Fanon.

54 John Locke (1632–1704) foi um filósofo inglês que contribuiu com disseminação do empirismo na filosofia e das ideias liberais no campo político.



[LOURENÇO CARDOSO] É uma honra estar aqui. Agradeço publicamente o convite do Instituto Ibirapitanga. Agradeço a oportunidade de estar com o Deivison, um amigo de longa data, um jovem grande intelectual. Agradeço a oportunidade de estar com a Luciana Brito, uma jovem grande intelectual.

É impressionante como eu penso muito parecido com o Deivison e, talvez também porque eu seja muito fanoniano.

O que é o branco, a branquitude, estudada pelo negro? Primeiramente, é um olhar de fora do grupo, é o negro que está olhando o branco, olhando o outro que é o branco. O branco estudado pelo branco é um olhar de dentro, é o branco olhando para si. O que é o negro estudando o próprio negro? É um olhar de dentro. O negro estudando para si. O que é o trabalho acadêmico? O trabalho acadêmico é um trabalho de crítica. O que é um pesquisador negro ou uma pesquisadora negra estudando branquitude? É o negro e a negra criticando o branco, criticando a branquitude e a identidade branca. O que é o pesquisador branco ou a pesquisadora branca estudando a branquitude? É o pesquisador e a pesquisadora fazendo uma autocrítica – assim como os trabalhos sobre o negro, sobre a negritude, feitos pelos negros, também são uma autocrítica.

Eu tenho estudado a branquitude e, na minha perspectiva de pesquisador negro, eu também realizo uma autocrítica sempre, porque a produção científica é social. Eu também realizo uma crítica minha, eu, pesquisador negro estudando a branquitude, implicado nesse processo. Ao estudar a bran-

quitude – isso eu só percebi depois, no decorrer dos anos –, eu me tornei mais profundo na compreensão sobre o que é ser negro e o que é a negritude. Quando eu comecei a estudar a branquitude, eu não sabia disso. Ou seja, o negro que estuda a branquitude, pela minha experiência, faz com que ele tenha até mais aprofundamento sobre a negritude. Isso aconteceu com a minha experiência, eu não sei se serve para outros. É uma autorreflexão, em uma socioanálise.

Branquitude. Como ela tem se colocado na história do tempo instante? Como a branquitude tem se colocado no dia 27 de outubro de 2020, principalmente pelas redes sociais? A branquitude tem se colocado como uma palavra que tensiona um conceito anterior. A branquitude tem tensionado o conceito branco, que é anterior ao conceito branquitude. Na medida em que tensiona, ela nos leva a pensar o que é ser branco – que é o que o Deivison colocou bebendo em Frantz Fanon e em alguns outros. O Deivison colocou o século XVI, vamos ficar no século XVI. **O branco é uma construção de si na medida em que constrói o outro.** Eu vou repetir o que o Deivison disse: **o branco é uma identidade de contraste. “Eu me faço na medida que te faço”. Na cultura ocidental, possui uma hierarquia. “Eu me faço superior na medida em que te faço inferior”. “Eu sou branco superior na medida em que você é inferior. Sem você existir enquanto inferior, eu não existo enquanto superior”. Essa lógica ocidental serve para homem e mulher, para ocidente e oriente, para heterossexual e homossexual.** É a mesma lógica de contraste que possui uma hierarquia.

No século XVI, a questão da estética se configura assim: eu sou branco, eu sou bonito. Você é negro, você é feio. Não existe beleza negra. Não existe negro bonito. O negro bonito não é um conceito do século XVI. O negro bonito é produto da modernidade. Naquele momento, o bonito e o belo é somente branco. “Eu branco sou bonito”. E, no caso, é um homem branco, a mulher branca está fora ou está em uma hierarquia inferior. É o homem branco, de fato. “Eu homem branco sou bonito, na medida que você, homem negro ou mulher negra, é feio”. O homem negro bonito, a mulher negra bonita é produto da modernidade, é luta da modernidade. E como é que estamos em 2020? Estamos com a hierarquia: beleza negra. O que é beleza negra? A beleza negra é uma beleza não branca, é uma beleza inferior na hierarquia. O homem negro e a mulher negra são bonitos, mas a sociedade mantém esse racismo racista e a hierarquia.

Vamos para outro ponto. “Eu branco sou inteligente, você negro é menos inteligente”. Por mais que existam discursos que são falsos dizendo que o negro não é inteligente, isso nunca foi sustentável. Nunca foi sustentável dizer

que o negro não era inteligente. Então, o negro e a negra são menos inteligentes, isso no século XVI. Essa é a construção.

A branquitude é uma palavra que tem sido usada até para pensarmos o que é a ideia de branco, uma concepção colonial do que é ser branco. O conceito de negritude é uma reinvenção do negro sobre a ideia de negro. Negritude é um conceito de negro na diáspora, talvez, Aimé Césaire⁵⁵ tenha cunhado essa palavra “negritude”. Aí, você pega a palavra “negritude” cola com a palavra “negro” e positiva, reinventa, e nisso o negro se livra – dialogando com o Deivison e com o Frantz Fanon – do complexo de inferioridade. Para o negro, livrar-se do complexo de inferioridade é se livrar de sua insanidade, daquilo que o torna desumano – eu me considerar inferior é eu não me considerar humano. Agora, utilizando Frantz Fanon, a questão é o branco se livrar desse complexo de superioridade.

Os negros, os povos originais, sempre observaram o branco de fora da academia. E a partir do momento em que eles entram na academia, nos anos 1980, 1990 e 2000. Cada vez mais, em comparação aos brancos, somos poucos. Em comparação aos negros, nos anos 90 somos mais que nos anos 80, nos anos 2000 nós somos mais do que nos anos 90. O negro entra na academia e, em um primeiro momento, o negro estuda a si mesmo, o negro estuda o próprio negro, e, depois, passa a estudar aquele que sempre o considerou o objeto tradicional científico. E o marco disso é o Guerreiro Ramos. Outra pessoa que também é um marco para a difusão desses estudos é Maria Aparecida da Silva Bento. A primeira tese de doutorado sobre branquitude é dela, em 2002⁵⁶. Guerreiro Ramos e Maria Aparecida da Silva Bento não representam atitudes individuais, e sim atuação do movimento negro em tempos diferentes. Guerreiro Ramos e a atuação do movimento negro próximo ao Teatro Experimental do Negro⁵⁷, dos anos 1950. Maria Aparecida da Silva Bento é o movimento negro dos anos 1990, quando

55 Aimé Césaire (1913-2008) foi um poeta, ensaísta e ativista político, nascido na Martinica, que cunhou o conceito de negritude, citado pela primeira vez na revista *O estudante negro*, em 1935, na qual o autor reivindicava a identidade e a cultura negra diante da opressão colonial francesa na Martinica.

56 BENTO, Maria Aparecida da Silva. Pactos Narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 169f. Tese (Doutorado) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

57 O Teatro Experimental do Negro (TEN) foi fundado por Abdias Nascimento, em 1944. Atuante até 1961, o TEN foi uma companhia teatral que buscou valorizar a identidade e a herança cultural dos negros no Brasil, por meio de montagens teatrais e de trabalhos educacionais dirigidos à população negra.

o movimento negro estava muito forte com a questão das ONGs, e do movimento negro da história do tempo presente.

[LUCIANA BRITO] Deivison, eu aproveito que estou diante de um especialista em Frantz Fanon para compartilhar as minhas inquietações sobre o livro *Pele negra, máscaras brancas*⁵⁸. Costumo dizer que, ensinando em uma universidade em que a maioria dos estudantes são negros – pelo menos no meu *campus* de humanidades –, deveríamos ler Fanon do primeiro semestre ao último. E eu estou falando dos estudantes negros, sobretudo esses estudantes que se deparam com uma docente e um docente negro pela primeira vez.

Em diversos momentos do livro⁵⁹, o tradutor coloca notas de rodapé “olha, esse contexto que ele está falando da Martinica é muito específico”, “olha, esse contexto que ele está falando aqui do encontro de negros caribenhos com os franceses brancos é muito específico, não se aplica ao contexto brasileiro, e, talvez, fique confuso para o leitor”. E eu digo: eu não acho que é tão específico e tão distante da nossa realidade.

Ele narra um episódio – para falar da construção do outro, quando o branco está construindo o negro – de um encontro de um francês com uma pessoa negra de outra origem, não sei se africana. Nesse momento, o francês passa a falar seu idioma de forma caricata para que esse interlocutor negro o compreenda. Isso me lembrou o episódio de algumas semanas atrás de um médico que, dando aula no curso de medicina, colocou uma máscara negra e instruiu seus estudantes, dizendo “olha, você vai falar com o seu paciente pobre assim”, e aí, ele coloca a máscara negra e começa a falar um português bem rudimentar, para que esse suposto paciente negro compreenda o médico⁶⁰.

Diante disso, eu fico pensando: quais os aspectos similares ou idênticos do projeto colonial nas Américas, na Europa, nas colônias, no continente africano? Qual a relação entre branquitude e pensamento colonial? Dessa maneira, se há essa relação, adequando-se às especificidades de cada local, como é possível ter um modelo que vá se adequando a determinadas conjunturas?

58 FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

59 Nesse caso, a mediadora faz referência à edição publicada pela EDUFBA.

60 O episódio citado ocorreu em outubro de 2020, em uma das mais importantes faculdades de medicina de São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/08/professor-de-medicina-da-santa-casa-de-sp-usa-blackface-para-mostrar-como-conversar-com-pacientes-pobres-dizem-alunos.gh.html>. Acesso em: 22 abr. 2021.

IDEIVISON FAUSTINO Essa pergunta é muito interessante, Luciana.

É óbvio que quando estudamos qualquer fenômeno social, e o racismo está incluído nesse bojo, há uma dimensão universal, mas há também uma dimensão particular. Há questões que são comuns ao racismo como um todo, mas precisamos sempre pensar como o racismo aparece em cada contexto. Ainda assim, a maioria das reflexões, do ponto de vista do essencial, pensadas por Fanon, que está no contexto francês, por Angela Davis⁶¹, que está no contexto anglófono, ou por Homi Bhabha⁶² ou por Lélia Gonzalez⁶³, são questões muito gerais e que estão presentes nessas várias experiências. A saída da localidade pode ser também um escape para que não nos vejamos como parte daquilo que está sendo narrado. Esse é um ponto para pensarmos.

Uma das questões que o Fanon traz, pensando no seu exemplo, é a temática da racialização. Essa temática é muito interessante para pensar branquitude, **porque, para Fanon, o racismo não se reduz à inferiorização do negro. A inferiorização é o ponto mais visível, inclusive, porque a inferiorização está a serviço da superiorização do branco. Mas, para Fanon, a inferiorização e a superiorização são uma parte do processo. Existe algo muito mais profundo como base delas: a racialização, que implica a fixação de negros e de brancos em determinados lugares.**

Por exemplo, no caso da sociedade moderna, há uma racialização das noções de razão, de humanidade e de universalidade. O colonialismo faz com que o branco apareça como única expressão de humanidade, como o único detentor da razão e, portanto, como um grande representante universal do humano ou da humanidade. Esse mito – porque é um mito – foi criado a partir do contexto colonial. O colonialismo cria o mito da Europa enquanto divindade.

61 Angela Davis (1944-) é professora universitária, filósofa e ativista estadunidense que atua na luta pelos direitos civis, pela igualdade racial e de gênero e pelo antirracismo. É autora, entre outras obras, de livros como *Mulheres, raça e classe* (Boitempo, 2016), *Mulheres, cultura e política* (Boitempo, 2017), *A liberdade é uma luta constante* (Boitempo, 2018), *Estarão as prisões obsoletas* (Difel, 2018) e *Angela Davis: uma autobiografia* (Boitempo, 2019).

62 Homi Bhabha (1949-) professor universitário indiano que trabalha com campo dos estudos pós-coloniais. É autor, entre outras obras, do livro *O local da cultura* (Editora UFMG, 2018).

63 Lélia Gonzalez (1935-1994) foi uma filósofa, antropóloga e ativista, que se dedicou aos estudos relacionados ao gênero, à raça, à cultura e à diáspora negras. Entre artigos, seminários e palestras, Lélia Gonzales foi autora de livros como *Lugar de negro* (Marco Zero, 1982), *Festas populares no Brasil* (Index, 1989) e *Por um feminismo afro-latino-americano* (Zahar, 2020).

Existe um filósofo jamaicano, chamado Lewis Gordon⁶⁴, que usa o termo teodiceia. É um recurso teológico para explicar por que existe mal no mundo. Se Deus é perfeito, por que existe o mal no mundo? A resposta da teodiceia é transferir para fora de Deus aquilo que, em tese, deveria ser parte dele. Se Deus é tudo, nada deveria escapar a Deus. Isso é no campo da filosofia. O Lewis Gordon traz esse debate da teodiceia para pensar as relações raciais e a grande provocação que ele faz, olhando para a contribuição do Fanon e do Du Bois, é que **o racismo é a própria teodiceia. Porque o racismo não só inferioriza o negro, mas ele cria a ideia de que a Europa é perfeita, de que a Europa é superior e quase divina.** É nesse mesmo processo de deslocamento antropocêntrico, em que a religião deixa de ser o centro, e a história passa a ser vista como fruto do próprio processo humano, que o ser humano, o europeu ocidental, se apresenta como deus. Um deus bem no sentido ocidental, esse Deus bem patriarcal, totalitário, sob o qual nada escapa. Mas para que essa divinização da Europa seja possível, é necessário transferir para fora dela todas as contradições que lhe fazem parte. Então, em um primeiro momento, temos essa divinização da Europa e, em consequência, a Europa passa a ser vista como única dimensão de história. É como se o Deus branco tivesse criado Adão e Eva brancos e depois surgisse a Grécia, por exemplo. Como se não tivesse nada antes da Grécia e nada depois, porque depois da Grécia vem Roma e depois disso vem feudalismo. **A história da Europa vira a história da humanidade. Esse é um mito contemporâneo, é um mito moderno. Se lermos os próprios gregos clássicos, essa ideia não estava presente, havia uma ideia muito mais alargada de humanidade.** Embora os próprios gregos já tivessem uma diferença entre civilizados e bárbaros.

O que eu queria chamar a atenção é que no contexto de universalização das relações capitalistas, o eurocentrismo, que lhe é inerente, foi fundamental para dismantlar outras formas de produção e para firmar a Europa como única válida, para firmar as relações raciais europeias como únicas válidas. Nesse processo, o branco é apresentado como Deus. O branco vira a imagem do bom, do belo e do verdadeiro. O branco é a imagem do bom, do belo, e do verdadeiro, mas ele próprio existe na relação de exclusão com o seu outro que é o negro. Então, o negro vira o oposto. Se o branco é bonito, o negro é feio. Se o branco é

⁶⁴ Lewis Gordon (1962) é um filósofo e professor universitário jamaicano que atua nas áreas de filosofia africana, estudos pós-coloniais e teorias de raça e de racismo. É autor de livros como *What Fanon Said: A Philosophical Introduction to His Life and Thought*, *Freedom, Justice, and Decolonization* e *An Introduction to Africana Philosophy*.

bom, o negro é mau. Se o branco é verdadeiro, o que o negro faz é falso ou não é tão verdadeiro; é só observarmos as dificuldades, por exemplo, para inclusão de autores e autoras negras nos espaços acadêmicos. O ponto que o Fanon vai colocar é que, no colonialismo, e não poderia ser diferente, o branco vira o caminho, a verdade e a vida, ninguém vai a lugar nenhum se não for pelo branco. Nós podemos pegar, por exemplo, o lápis cor de pele, em que o branco aparece como a cor de pele. Isso se reflete no currículo educacional, nos esquemas teológicos; ele reflete a imagem de belo que está presente na mídia, por exemplo.

Agora, o grande problema dessa teodiceia é que, se o branco é superior, para falar com o negro ele precisa abaixar. O Fanon usa algo que, no contexto francês, é bastante gritante, que é a própria linguagem. Você tem uma linguagem que é o senhor, o *vous*, que você usa para quem está à sua altura ou para quem é superior, para autoridade, e você tem o *tu* que é para as pessoas como você fala com o seu filho, com uma criança. O branco quando fala com o negro, ele utiliza o *tu*, ele fala mais devagar, ele é professoral. Tem uma dimensão de superioridade.

O que Fanon coloca, o que é bastante interessante nesse processo, é o custo também para o branco, mas esse custo é muito bem compensado – é necessário se dizer –, mas há um custo interessante nesse aspecto. Porque, se a humanidade é relacional, se ao criar o negro, o branco acaba se criando, isso significa que, embora o branco não se veja como raça, não se veja como branco, o branco também é racializado. **Ao racializar o negro e fixar o negro em determinados lugares, o branco também fixa a si próprio, e isso traz grandes questões.**

A grande provocação do Fanon é que a Europa ganharia, o branco ganharia se encarasse a sua branquitude. Não é só pelo negro coitadinho, mas o debate sobre a branquitude é a possibilidade de pensar uma humanidade que também foi reificada e racializada pelas relações raciais. Por exemplo, para que o branco ou a Europa sejam apresentados enquanto divindades, perfeitos, é necessário transferir para fora dele as contradições que são da própria Europa ou que são do próprio capitalismo. Essas contradições só são vistas no outro. Nós temos o exemplo do termo terrorista. Só se usa o termo terrorista para falar de não brancos. Nos Estados Unidos, mesmo com ações que se enquadrariam naquilo que são considerados terrorismos, quando essas ações são perpetradas por brancos, há uma dificuldade tanto da imprensa quanto dos aparatos jurídicos para enquadrar o branco nessa ideia.

O racismo e a racialização não são só a inferiorização, mas são também a transferência das contradições. A humanidade é contraditória e a Europa também é fruto de contradições sociais, mas essas contradições só passam a ser vistas no outro, nesse não humano, nesse outro que é o oposto do branco. Esse que vira o símbolo do mal, da violência, o símbolo das falhas.

Esse é o primeiro problema: ao transferir as contradições, o branco perde a possibilidade de encarar as suas próprias mediocridades, porque diante dessa imagem supervalorizada de si, só o outro que teria problema ou só o outro que seria o problema – aquilo que o Du Bois chama de “problema negro”⁶⁵. O outro problema é que, ao transferir para o negro tudo aquilo que o branco não vê em si, por exemplo, o mal, o branco também transfere o corpo, porque esse esquema de sujeito em que a sociedade moderna se estrutura, em que o Iluminismo também se estrutura, que vem do Descartes⁶⁶ e vai até Kant⁶⁷ ou Hegel⁶⁸, ele pensa esse sujeito como sujeito da razão. O branco se vê como o único sujeito e, ao olhar para esse sujeito, é apenas um sujeito da razão, tudo que não é razão é jogado para a natureza, mas o negro só é visto enquanto natureza. O branco deixa de ver nele elementos humanos que também lhes pertencem, como as contradições, a violência e o terror, mas também o corpo, mas também a natureza. **A própria ideia de branco, a própria ideia de sujeito é uma ideia castrada de sujeito, é um sujeito que joga para fora, joga para o negro elementos que também são seus.** Então, quando o branco está diante de um corpo negro, esse corpo é ameaçador porque, nesse mito colonial, o branco é só razão e o preto é só corpo.

O que o Fanon está denunciando é uma racialização do branco. O branco também é racializado, só que ele é racializado em um outro lugar, não simétrico, diferente do negro, e isso traz um terceiro elemento para pensarmos. **Na medida em que o branco não vê o negro como humano, isso significa que a relação para com o negro é uma relação desumanizada, não é uma**

65 DU BOIS, W. E. B. *As almas do povo negro*. São Paulo: Veneta, 2021.

66 René Descartes (1596-1650) foi matemático, físico e filósofo francês de grande importância na Revolução Científica. Destacou-se no trabalho que desenvolveu na filosofia e na ciência, especialmente pela contribuição para o desenvolvimento do racionalismo.

67 Immanuel Kant (1724-1804) foi um filósofo alemão fundamental para a filosofia da era moderna, por ter sintetizado o racionalismo, ligado a filósofos como René Descartes e Gottfried Wilhelm Leibniz, e o empirismo, representado pelos estudos de John Locke, David Hume, entre outros.

68 Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) foi um filósofo alemão de grande impacto em diferentes campos do estudo pelo desenvolvimento do chamado “idealismo absoluto” e por suas contribuições para a lógica dialética.

relação entre sujeitos, é uma relação entre sujeito-branco e objeto-negro. Se a relação com o negro é desumanizada, aqui surge um problema. Vai dizer o Fanon: considerando que a nossa humanidade é relacional, ao desumanizar o outro “eu também perco a minha humanidade”. **Na medida em que o branco desumaniza o negro, ele também se monstrifica. O racismo não é só um esquema de superioridade branca, mas é também uma monstrificação do branco.**

Podemos pegar o exemplo – a professora Eunice Prudente⁶⁹ fala muito disso – dado pelo Paulo Freire⁷⁰, da escravidão. O termo “menino” só é usado para branco; o preto, o escravo nem chegava a ser menino⁷¹. O menino recebia um moleque de presente. Na escravidão, a criança branca recebia um ser humano de presente. Nós podemos nos perguntar: qual é a noção de alteridade que uma pessoa que recebeu um outro ser humano de presente vai ter? Qual a relação que essa pessoa vai ter com o seu psiquismo, mas também com a dor do outro? Quais relações sádicas vão se colocar na relação com o outro, mas também com a relação com o público? Esse menino que recebeu um escravo de presente vai ser o juiz que vai dar a sentença, esse menino vai ser o empresário que vai colocar o seu funcionário para arriscar a vida em um trem lotado, mesmo que ele corra o risco de se contaminar com covid. Esse menino que recebeu um ser humano de presente vai ser o governador ou o presidente que vai se calar ou que vai sabotar todas as possibilidades de proteção do seu próprio país diante de uma crise eminente de covid-19, por exemplo, em nome, supostamente, de uma economia – como se a economia não fosse feita por sujeitos.

69 Eunice Prudente (1946-) é a primeira professora negra da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde atua na área de teoria do Estado. Também é atuante na área do direito constitucional, em temas relacionados às desigualdades nas relações étnico-raciais, à presença do negro no campo jurídico brasileiro, aos direitos humano e ao feminismo. Entre diversas publicações, é autora dos livros *O direito de participação popular nas constituições federal e estadual e nas leis orgânicas dos municípios da região metropolitana da grande São Paulo* (Emplasa, 1993), *Preconceito racial e igualdade jurídica no Brasil* (Julex, 1990) e *Gênero, etnia e sexualidade: mecanismos de prevenção à violência* (LiberArs, 2020).

70 Paulo Freire (1921-1997) foi um educador brasileiro de expressão mundial, reconhecido por seus pensamentos e métodos pedagógicos, como seu modelo de alfabetização de adultos. Entre as diversas obras de Paulo Freire, destacam-se *Educação como prática da liberdade* (Paz e Terra, 1967), *Pedagogia do oprimido* (Paz e Terra, 1968), *Pedagogia da esperança* (Paz e Terra, 1992) e *Pedagogia da autonomia* (Paz e Terra, 1996) .

71 De acordo com Deivison Faustino, o exemplo foi colocado em aula ministrada por Eunice Prudente, em 2012, durante a qual a professora comentou o livro *Casa Grande e Senzala*. (FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2003.)

O negro nunca é visto como sujeito. Então, toda a violência para ele é autorizada. Aliás, a violência para com o negro sequer é pensada como violência. Você tem uma monstrificação das relações, em que o próprio branco sai monstrificado. E esse é um ponto que precisamos enfrentar nesse debate, é mais do que falar em inferioridade e superioridade.

[LUCIANA BRITO] Uau. Obrigada, Deivison. Você fala dessa – vou chamar assim – monstruosização dos brancos dada a essa condição extrema de desigualdade de poder, de privilégio. Esse privilégio tamanho e concentrado me lembra a fala de ontem da professora Cida Bento, quando fez uma tentativa de deslocar e lançar luz sobre, por exemplo, esse cidadão de bem que é um representante público que coloca dinheiro na cueca⁷². Ela diz: “bom, essa pessoa não foi para o núcleo dos negros, para as favelas aprender a colocar dinheiro na cueca. Ela aprendeu nas melhores escolas, nos melhores empregos, frequentando igreja”⁷³. Então, isso que você acaba de dizer me faz pensar nesse processo de desnudar o branco e definir o que é branquitude e na necessidade que nós temos, de expor as fragilidades e a monstruosidade que produzem essas relações desiguais.

Lourenço, eu tenho uma pergunta para você e depois eu abro para as perguntas do público. Quero lhe perguntar se o desconforto é pedagógico e depois lhe perguntar, resgatando a contribuição de Du Bois, que é um intelectual que analisa os efeitos do racismo e da segregação racial nos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX, quais são as contribuições dessa intelectualidade negra no início do século XX? Você já mencionou, mas eu peço que você desenvolva mais a importância não só na academia, mas também política para a sofisticação do debate racial quando entram nesse cenário Guerreiro Ramos, Cida Bento, definindo o que é o ser branco. Na verdade, é uma pergunta simples: o que é ser branco? – debater branquitude é isso? Eu queria lhe ouvir sobre isso.

72 Em outubro de 2020, em uma operação da Polícia Federal contra um suposto esquema de desvio de recursos públicos destinados ao combate do coronavírus em Roraima, o senador do estado Chico Rodrigues (DEM) foi flagrado tentando esconder dinheiro na cueca. Vídeo disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/10/14/operacao-da-pf-mira-esquema-de-desvio-de-recursos-destinados-ao-combate-do-coronavirus-em-rr.gh.html>. Acesso em: 16 maio 2021.

73 Menção à Maria Aparecida da Silva Bento no dia 26 de outubro de 2020 no diálogo: “O branco na luta antirracista: limites e possibilidades” no encontro *Branquitude: racismo e antirracismo* do Instituto Ibirapitanga.

[LOURENÇO CARDOSO] O incômodo pode ser pedagógico? Eu não sei, mas eu penso que a dor pode levar à humanização. O Brasil tem cultura ibérica, principalmente portuguesa. A nossa herança portuguesa é a de jogar os conflitos para debaixo do tapete. “Não, está tudo perfeito, está tudo perfeito”. Dialogando com o que o Deivison também colocou, na medida em que o branco não enxerga no negro o humano, ele é incapaz de enxergar humanidade em si. É uma ideia que eu trabalhei no meu livro, a ideia do branco Narciso e do branco Drácula⁷⁴.

A ideia do branco Narciso é inspirada nos trabalhos da Maria Aparecida da Silva Bento. A ideia do branco Drácula é um conceito que desenvolvi junto com Dagoberto [José Fonseca], meu orientador. O branco Narciso é aquele que se olha no espelho e se vê como perfeito, ele é lindo, ele é capaz de se apaixonar por si mesmo. Ele não tem defeito, os defeitos estão no outro. É por isso que estudamos o outro. Por que nós estudamos o não branco? Qual é o problema? O problema é não ser branco. E os meus vícios e as minhas virtudes que o branco possui? As minhas virtudes fazem com que eu ainda seja melhor – aquela frase “porque ninguém é perfeito”. O branco olha para si no espelho, como o branco Narciso, e é capaz de enamorar só a si e não enxerga o negro como igual, ou o branco que não se enxerga que é o branco Drácula – aquele que não se enxerga no espelho. Se o branco não se enxerga no espelho, ele não vai ter a possibilidade de se autocriticar. Quem faz a crítica ao branco é o não branco, o não Drácula, aquele que o enxerga.

Essa ideia de que o branco não olha para si, não consegue ver os seus vícios ou as suas virtudes, o impossibilita de se humanizar. O branco só se fará humano quando enxergar a humanidade no negro. O negro se livra do seu complexo de inferioridade, utilizando Frantz Fanon, e enxerga o branco como humano. Eu sou humano e o branco é humano. Então, se fazer humano é enxergar no outro o humano. O branco é o outro, o outro é o negro.

Du Bois é um pensador muito importante, um pensador estadunidense, mas toda vez que eu lembro do Du Bois eu lembro do Nei Lopes⁷⁵. Du Bois é

74 CARDOSO, Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo*: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional. A branquitude acadêmica. v. 2. Curitiba: Appris, 2020.

75 Nei Lopes (1942-) é compositor, cantor, escritor e especialista em línguas e culturas da África. É autor de diversos discos, como *Negro mesmo* (Continental, 1983), *Zumbi 300 anos cantando banto* (Saci, 1996) e *Celebração: Nei Lopes 60 anos* (Carioca Discos, 2003); e livros, como *Kitabu: o livro do saber e do espírito negro-africanos* (Senac, 2005), *Novo Dicionário Banto do Brasil* (Pallas, 2006), *Enciclopédia brasileira da diáspora africana* (Selo Negro Edições, 2011), *Dicionário da história social do samba* (Civilização Brasileira, 2015) e *Filosofias africanas: uma introdução* (Civilização Brasileira, 2020).

um pensador estadunidense que nós festejamos muito por ser estadunidense, ele merece ser festejado. Ele tinha um projeto de escrever um dicionário da diáspora negra. Se eu não me engano, esse era um projeto coletivo que ele não conseguiu concluir. O Du Bois é um intelectual negro que viveu muitos anos, ele tem longevidade. No Brasil, nós temos intelectuais negros que tiveram longevidade. Ao envelhecer, você pode se tornar um intelectual mais profundo, você pode se tornar mais sábio. Nem todo mundo que envelhece se torna mais profundo como intelectual ou se torna mais sábio. Mas, quando isso acontece, nós temos Milton Santos; Angela Davis, Abdias Nascimento...

Nei Lopes escreveu uma enciclopédia da diáspora africana sozinho. Ele escreveu vários e vários dicionários, tem inúmeros livros. Possui alguns títulos de doutor *honoris causa*. São poucos os que fizeram o mesmo que ele. Nei Lopes nós vamos estudar a vida toda. Ele é um dos grandes intelectuais do mundo, um dos grandes intelectuais brasileiros vivos. Qual é o tamanho do Nei Lopes? O tamanho do Nei Lopes é o tamanho que nós dávamos ao Antonio Candido⁷⁶. Quem é o grande intelectual do Brasil? Quando o Antonio Candido estava vivo, respondiam: “ah, é o Antonio Candido”. Quem é o grande intelectual do Brasil? Nei Lopes. Sempre que eu lembro do DuBois, eu lembro do Nei Lopes e temos que colocá-lo no patamar que ele possui no Brasil e no mundo. O Du Bois foi importante. Os estudos da branquitude estadunidense dos anos 1990 colocaram o Du Bois como um dos seus precursores.

Escrevi um artigo em 2009, publicado em 2010⁷⁷, em que coloco o Du Bois, também, como um dos precursores; ao lado de Frantz Fanon e Steve Biko. Mas as minhas fontes de informações atuais me levam à conclusão de que a pessoa que coloca o tema branquitude em escala mundial sem deixar dúvidas, com ênfase, é um dos grandes intelectuais mundiais, é um dos grandes pensadores que já existiu, que é brasileiro, baiano e negro: Guerreiro Ramos.

Guerreiro Ramos tem um livro extraordinário, *A redução sociológica*⁷⁸; tem um livro admirável na administração pública também. Então, quem traz essa questão no mundo, sem deixar dúvidas, é o pensador brasileiro, nordestino, Guerreiro Ramos. E por que o Guerreiro Ramos ainda não tem essa repercus-

76 Antonio Candido (1918–2017) foi um crítico literário, sociólogo e professor universitário, considerado um dos maiores intelectuais do Brasil, que se tornou um dos principais estudiosos da formação literária nacional e da cultura brasileira.

77 CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco antirracista. In: *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, v. 8, n. 1, p. 607–630, 2010.

78 RAMOS, Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

são? Porque ele é brasileiro, de um país que tem um presidente, agora, que tem, evidentemente, um complexo de vira-lata e a academia brasileira-branca tem complexo de vira-lata. Nós, estudantes, temos que nos livrar desse complexo de vira-lata dos nossos professores brancos. Frases como: “Eu quero ser Sorbonne”, “eu quero ser Havard”; devem ser revertidas para: “Eu quero ser eu, eu quero ser a Unilab, eu quero ser uma universidade autêntica brasileira”.

O Du Bois é muito importante, mas não é mais importante que Nei Lopes. Antônio Candido é muito importante, foi muito importante, mas não é mais importante que Nei Lopes.

Os negros, as negras e os povos originais, fora da academia, já problematizavam o negro. O que ocorreu é que nós entramos na academia e estamos problematizando o negro no espaço acadêmico. Um dos primeiros livros que eu tenho notícia a falar que é necessário problematizar o branco, depois do Guerreiro Ramos, é o livro do Cuti⁷⁹, chamado *E disse o velho militante José Correia Leite*⁸⁰, de 1992. O Cuti escreve na apresentação, pegando o livro do Guerreiro Ramos: “os brancos, a academia, nos veem como alienígenas, o negro como objeto, como alienígena, como corpo estranho. Onde já se viu problematizar o branco? Só o Guerreiro Ramos. Nos anos 1990, no Brasil, em São Paulo, quem é que estava atento a problematizar o branco? Quem estava atenta, de fato, era somente a Maria Aparecida da Silva Bento, que levantava essa discussão no ativismo negro, nas universidades, e as pessoas não davam muita bola. Agora, a branquitude está muito popular.

Quem é que prestava atenção na Maria Aparecida da Silva Bento? Quem era sensível à essa pauta da Maria Aparecida da Silva Bento que ela já falava nos anos 1990 e, principalmente, no início dos anos 2000? A pessoa que era sensível era o Cuti, somente ele. A Maria Aparecida da Silva Bento coloca a proposta do Guerreiro Ramos na academia. Mas, antes da academia, os negros, os povos originais, no contato com os pesquisadores brancos, doutores ou estudantes, futuros doutores, futuros mestres, falavam o seguinte: “você vem aqui, na minha favela, me pesquisar de novo?”

Você, negro, favelado. Eu branco, pesquisador, da classe média ou da classe alta, eu vou na favela, pesquisar o negro. Eu vou nos territórios indíge-

79 Cuti (1951-), nome pelo qual é conhecido Luiz Silva, é um escritor e dramaturgo paulista, um dos mais importantes intelectuais negros da contemporaneidade.

80 CUTI.... *E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

nas, pesquisar os povos originais. Daí, os negros, os povos originais, estão falando: vocês vem aqui me pesquisar de novo? Quem são vocês? Então, os negros que estavam colocados na condição de objeto já problematizavam o branco e, ao entrar na academia, acabam fazendo isso academicamente, porque o branco procurou se ocultar. A ideia de que o branco não enxergava a sua identidade racial nunca me convenceu, e é uma das narrativas da teoria da branquitude, dos estudos estadunidenses da branquitude dos anos 1990 que chegam aqui no Brasil. O que é o não se enxergar? Se o branco não se enxerga, ele não tem responsabilidade. Como ele não se enxerga, se ele enxerga o outro? Eu não sou outro, eu não sou indígena, eu não sou favelado. Ou, se sou um branco favelado, eu sou um favelado melhor, porque eu sou um favelado branco. O branco procurou se ocultar, ele não era interpelado. O negro é interpelado o tempo todo. O negro, a negra, vai ao restaurante da classe alta, as pessoas apontam “um negro, um negro, um negro”.

ILUCIANA BRITO Uau. Obrigada, Lourenço. Eu vou abrir para as perguntas, mas quero também colocar uma pergunta minha para vocês irem refletindo. Há uma pergunta para Deivison, uma para Lourenço e mais uma pergunta minha, que eu não posso perder a oportunidade de perguntar para vocês. No contexto dessa mesa, que é pensar a branquitude a partir do olhar de intelectuais negros, gostaria de perguntar a vocês a pergunta do público: o que a branquitude tem feito à democracia? No debate público brasileiro recente sobre democracia, o movimento negro se posicionou: “com racismo não há democracia”. O que a branquitude tem feito em relação à democracia? Tanto a branquitude mais progressista quanto a mais conservadora na sua forma mais extrema, muitas vezes camuflada, muitas vezes abertamente racista, o que ela tem feito à democracia no país onde a maioria da população é negra? Partindo do campo de pesquisa de vocês, das subjetividades, do fazer-se branco.

Deivison, tem uma outra pergunta para você que é a seguinte: a branquitude é o radicalismo identitário que forma a identidade branca à margem e semelhança do Deus branco? Acho que você até já tangenciou essa resposta.

Para Lourenço: vivemos séculos sob a posição de país escravista. Você considera que a Constituição de 1988 teve algum avanço no reconhecimento do negro e o que poderia ser explorado mais ou o que não foi reconhecido? Deivison, a palavra é sua.

IDEIVISON FAUSTINO Obrigado pelas perguntas. São bastante instigantes. Eu acho que a primeira pergunta “O que a branquitude tem feito à democracia?” é uma pergunta instigante e complexa, porque nos exige uma análise histórica do Brasil, um país que se funde e se forma enquanto país a partir do genocídio indígena e a partir do trabalho escravo. A maior parte da nossa história se deu a partir do trabalho escravo, mas uma vez que as relações escravistas são superadas e que nos inserimos nas relações propriamente capitalistas, em contradição “capital-trabalho”, ainda assim vamos ver uma racialização da classe, das relações de classe e também das relações de poder, de um lado; e do outro, a não ruptura com esse passado escravista. O Brasil nunca rompeu. Florestan Fernandes⁸¹ falava que nós vivemos uma “descolonização interrompida”⁸², porque as nossas classes dominantes nunca romperam com aquilo que atrasava, inclusive, a possibilidade do país se converter enquanto nação independente, autônoma e soberana.

De certa forma, a opção escravista teve efeitos para toda a sociedade brasileira e para as nossas formas de organização do público, do privado etc. Mas, sobretudo, ela resultou também em uma relação muito estranha com a própria democracia, porque o racismo próprio da escravidão fez com que uma parte da população não fosse vista como sujeito. Como sujeito de direito e, em consequência, como sujeito político. A própria democracia foi algo que sempre oscilou na história do Brasil. Em alguns momentos, existem fissuras que permitem avanços democráticos, mas mesmo esse momento dito democrático precisaria ser visto com cinquenta aspas, porque os momentos que tivemos de democracia foram de democracia política, mas nem sempre, ou na maioria das vezes, não foi uma democracia econômica, não foi democracia do ponto de vista de direito, de segurança, de seguridade. O direito ao voto é uma democracia? Talvez não.

Nesse processo de revezamento entre ditadura e democracia – essa é a história do Brasil: nós saímos do Império e entramos na República a partir dos coronéis, a partir de um golpe, e todos os grandes saltos da história do Brasil foram feitos a partir de golpes. Mas nos momentos em que houve democracia, a segunda pergunta que deve ser feita é: “democracia para quem, cara pálida?”.

81 Florestan Fernandes (1920–1995) foi sociólogo, antropólogo, professor universitário e político paulistano, nomeado como patrono da sociologia brasileira pela importância de sua contribuição na área.

82 FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*: quatro ensaios sobre o poder institucional. São Paulo: Hucitec, 1976.

Porque também os momentos de democracia foram restritos a algumas pessoas. Nós podemos pensar desde conquistas trabalhistas, por exemplo, que foram restringidas aos trabalhadores do Sul e do Sudeste, ou seja, essas regiões são os lugares em que os trabalhadores negros foram excluídos da possibilidade de serem vistos como trabalhadores e foram substituídos por europeus. Nesses lugares, nós tivemos direitos trabalhistas, tivemos alguma democracia para além da econômica. Quando saímos do eixo Sul-Sudeste, as relações de trabalho, por exemplo, são semi-escravistas, é o *Morte e vida severina*⁸³ que o João Cabral de Melo Neto coloca. E quem são esses trabalhadores? São os trabalhadores negros.

Então, a própria democracia em si deveria ser questionada e, além de questionar a democracia enquanto horizonte, a pergunta que precisa ser feita é: “democracia para quem e até que ponto a população negra teve acesso?”. Porque se formos pensar, por exemplo, a última vaga democrática, que já se fechou também, foi bem curtinha, que marca a Constituição e vai, talvez, até a eleição da Dilma. Houve um período de ampliação das possibilidades democráticas. Mas, mesmo esse período, foi marcado pela manutenção das desigualdades, pela manutenção das estruturas de poder tal como elas sempre existiram, não houve ruptura com a lógica escravista de poder que está no Brasil, e isso tem uma implicação.

Do ponto de vista racial, podemos pensar para voltar para a pergunta “O que a branquitude tem feito à democracia?”. A branquitude tem implicado em uma racialização da própria possibilidade de acesso à democracia. Porque todas as formas de poder, como por exemplo as patrimonialistas, essa sociedade do “você sabe com quem está falando?” são racializadas, e todo mundo sabe, como o Lourenço coloca, que a partir da cor se determina o lugar social das pessoas em qualquer lugar do Brasil, e ninguém tem dúvida disso.

A branquitude estrutura tanto as formas de poder, nos piores e também nos melhores momentos, mas, além disso, a branquitude estrutura os espaços de luta contra essas relações de poder. Porque a branquitude não está só na direita. Quem dera as relações de poder próprias da branquitude fosse uma exclusividade da direita, do Bolsonaro. A branquitude também está presente na esquerda. Nós podemos pensar na esquerda, nas várias esquerdas: quem são as lideranças das organizações? Quais são os referenciais teóricos? Quais são os paradigmas de liberdade, de igualdade e de democracia que estão em jogo?

83 MELO NETO, João Cabral. *Morte e vida severina*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2007.

O exemplo que o Lourenço traz é muito interessante, porque marca, inclusive, uma academia crítica. Você pode ser o mais crítico que for, mas conhecemos mais da França e dos Estados Unidos do que da Bolívia, por exemplo. Então, há uma racialização das formas de luta. **Talvez, a grande oportunidade que se abre nesse debate é para pensar nisso, porque essa racialização implica impacto, do ponto de vista das experiências de luta, naquilo que ela mesma se propõe a combater. Isso significa, em última instância, uma fragilidade, talvez a própria impossibilidade de sucesso dessas experiências, dessas tentativas de subversão relacionadas também à ausência de ruptura com o seu pacto narcísico com a branquitude. Esse pacto está presente também nas esquerdas.**

Isso implica também, por outro lado, acertar as contas com aquilo que eu venho chamando de identitarismo branco. Porque esse termo identitário tem sido muito mobilizado, inclusive por uma certa esquerda, para rotular movimentos que se organizem em torno de suas identidades ou das identidades subalternizadas. Temos o movimento LGBT, movimento negro, movimento de mulheres negras... Esses passam a ser vistos como identitários. O que se esquece quando ignoramos pensadores como Guerreiro Ramos, Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento⁸⁴ é que **o que fundamenta a existência de um identitarismo negro de luta é, antes de mais nada, o identitarismo branco. É exatamente porque existe um identitarismo branco que surge a necessidade de uma auto-organização.**

Se voltarmos no século XV, o contato do Rei Diogo Cão com o Manicongo, no reino do Congo, os africanos não se viam como negros, não havia essa identidade, existia a mobilização de outras identidades que não essa “negro × branco” propriamente dita. **A grande sacada dos intelectuais negros ao reivindicar para si o termo “negritude”, como o Lourenço bem coloca, foi a possibilidade de romper com a teodiceia branca, de deixar de ver o branco como Deus, de tirar o branco do lugar de Deus e vê-lo como humano. Ver o branco como humano é enxergar as suas contradições, é enxergar também os seus limites, a sua mediocridade, as suas monstruosidades.**

Sem a negritude esse processo de contraposição não seria possível. Mas qual é a reação do branco diante da negritude? Taxá-la de identitária. Como se a própria defesa de uma ideia de humano que, em última instância, é uma

84 Beatriz Nascimento (1942–1995) foi uma historiadora, escritora e professora universitária sergipana que, no Rio de Janeiro, atuou nos estudos das relações raciais no Brasil e no movimento negro.

ideia branca, não fosse identitária. Quando os iluministas estão definindo o que é o ser humano, eles estão falando da Europa. Quando o Hegel – que tem uma grande contribuição para se pensar a história – está dizendo o que é a história, ele tem em mente, ou o ponto de chegada, a Europa. Existe aí um identitarismo branco que permeia a construção de sujeito que vai se criar e que infecta, inclusive, as produções teóricas que se colocam como contraponto às injustiças na sociedade moderna.

Não adianta rotular as insurgências negras de identitarismo – e elas podem ser em alguns momentos –, e isso também implica, para o Fanon, questões que precisam ser pensadas do ponto de vista de contradições, mas, ao mesmo tempo, antes de olhar para esses limites dos grupos subalternos em processo de mobilização, **a principal tarefa é a crítica e a ruptura com esse identitarismo branco.** Aqui é o ponto em que tudo trava, em que tudo continua como sempre foi, seja na mão direita ou seja na mão esquerda. É interessante pensar que, por mais que avancemos, e o Lourenço traz uma coisa que eu acho muito interessante: se formos pensar a morte da Marielle⁸⁵, houve uma comoção nacional em torno dela. Mas não adianta só citar o nome da Marielle, se as próprias mobilizações e as mudanças que se criam a partir daí não vão na direção da ruptura com esse identitarismo branco. Eu reconheço, nesse exemplo que você trouxe do *petit nègre*⁸⁶, o exemplo do branco que desce para falar com o de baixo, é o branco que precisa ir para a favela, é o branco que ainda está olhando como Deus para o outro e o reconhecendo como outro, sem se perceber ele próprio como o outro do outro.

Trazer o debate da branquitude é tirar o branco desse lugar de Deus e colocá-lo como objeto também do outro, do sujeito negro que o está interrogando. Eu entendo, a partir da leitura do Fanon, que esse processo é incômodo, incontornavelmente incômodo, mas ele é necessário, sob o risco de continuarmos, mesmo apesar de boas intenções e de palavras bem-ditas, como sempre fomos, hierarquizados e desumanizados.

85 Marielle Franco (1979–2018) foi uma socióloga e vereadora da cidade do Rio de Janeiro que lutava pelos direitos humanos, especialmente em defesa da população negra moradora das favelas, opondo-se à violência policial e à intervenção nos morros cariocas. Em 14 de março de 2018, Marielle Franco foi assassinada a tiros, juntamente com o motorista Anderson Gomes, em um atentado na região central do Rio de Janeiro.

86 *Petit nègre* é uma linguagem que foi introduzida e utilizada pelo exército colonial francês, entre 1857 e 1954, durante a colonização francesa na África. Essa linguagem é um símbolo da concepção racista dos colonizadores em relação aos povos originários da África, que eram infantilizados e tidos como subdesenvolvidos, o que justificaria o uso de uma variante da língua francesa simplificada.

[LUCIANA BRITO] Você lançou esse exemplo, Deivison, do branco que vai agora nas favelas conversar e que fala essa linguagem supostamente mais acessível às pessoas negras... Nós temos visto isso muito agora em campanha eleitoral. Isso acontece muito. Obrigada. Lourenço vai responder agora.

[LOURENÇO CARDOSO] Muito boa a provocação do Deivison e a questão do identitarismo branco. E vou copiá-lo, gostei dessa provocação do identitarismo branco.

A intelectualidade negra e o ativismo negro são muito diversificados, e as questões que nós tratamos são todas. E também, entre essa diversidade, há essa questão em que chamamos mais identitária. Vamos falar de justiça, vamos falar de ciência e vamos falar de política. **A nossa pasta na política não é somente a pasta da promoção da igualdade racial. Por mim, dê essa pasta da promoção da igualdade racial para o branco antirracista, para a branca antirracista, nós ficamos com a Presidência, com o Ministério da Fazenda, com tudo.** Já ficamos muito com a promoção da igualdade racial, passamos para o branco antirracista essa pasta em um próximo governo, porque nesse governo ela não existe. A tendência é que haja uma mudança de presidência branca da ultradireita nos Estados Unidos e isso é bom para o mundo, isso é muito bom para o Brasil, e pode ser que tenha um impacto nas próximas eleições no Brasil daqui a dois anos.

A questão da democracia, a Coalizão negra [por direitos] realmente tem questionado: “democracia sem os negros?”. Eu escrevi uma poesia há muito tempo em que eu dizia “democracia, no Brasil, é um governo do negro para o negro”. Brincar com aquela ideia de maioria, já que somos maioria, então deveríamos ser governados pela maioria negra. Mas como é poesia, tudo bem – as pessoas não ficaram tão assustadas.

Sobre democracia, eu penso no Boaventura de Sousa Santos⁸⁷, que usa o conceito de “democracia de baixa intensidade”⁸⁸. É evidente que no Brasil há uma democracia de baixa intensidade. Aí, eu vou lembrar de outro pensador

87 Boaventura de Sousa Santos (1940-) é um sociólogo, professor universitário e escritor português atuante no estudo dos movimentos sociais, dos direitos humanos, das relações pós-coloniais e da globalização.

88 Para Boaventura de Sousa, vivemos, atualmente, uma “democracia de baixa intensidade”, conceito que caracteriza sociedades que, de maneira formal, são democráticas, mas socialmente apresentam práticas totalitárias e de controle da população civil.

negro brasileiro, Helio Santos⁸⁹, importantíssimo. Ele escreveu o livro *A busca do caminho para o Brasil*⁹⁰ em que fala de dois Brasis: o Brasil do negro e o Brasil do branco; o Brasil da negra e o Brasil da branca; o Brasil do branco pobre, o Brasil da branca pobre. Tem essa estrutura, tem esse arcabouço, tem esse modelo democrático que é muito festejado com a prática da eleição. O que é a eleição para o branco pobre? A eleição para o branco pobre é eleger brancos pobres que vão se tornar classe média ou eleger brancos da classe média – brancos e brancas, mais homens brancos – ou eleger brancos ricos que vão ser o carrasco dos brancos pobres.

O sistema democrático para o branco pobre e para a branca pobre é uma estrutura muito festejada na época da eleição, um show de democracia. São muito bonitas essas palavras, eu fico muito comovido quando eles falam “um show de democracia”, “a maior democracia do mundo”, “Estados Unidos, a maior democracia do mundo” – grande democracia que inventou uma maneira de impedir o povo de escolher um presidente de maneira direta. A democracia do mundo nos Estados Unidos. Mas vou deixar os Estados Unidos para voltar a criticar o Brasil.

A democracia no Brasil para o branco pobre é você eleger aquele que vai ser o seu carrasco. Esse é o Brasil do branco pobre. Para o branco rico está tudo bem, está tudo ótimo; e para a classe média nem tanto. Para o branco rico, todos os governos, inclusive o de esquerda, aliás, principalmente o de esquerda, foram para eles. Eles são o foco. Agora, o que é a democracia para o negro e a negra pobres, para o negro de maneira geral, mesmo o negro da classe alta? Negro rico comparado ao branco rico é pobre, mas tudo bem, deixa o negro pensar que é rico...

Para o negro rico, a democracia é eleger alguém que vá usar o Estado para matá-lo, tendo como instrumento principal a polícia. Eu estou elegendo alguém que vai eleger um secretário de segurança que, para o negro e para a negra, é uma insegurança para matá-los. A Coalizão negra está questionando a democracia. Naquela poesia, eu também questiono a democracia.

Nessa questão dos dois Brasis, eu penso que, realmente, **no Brasil, temos uma democracia de baixa intensidade, e para o negro e a negra, praticamente, não há democracia.** O que é democracia para eleger alguém que vai

89 Hélio Santos (1945-) é um economista, escritor e professor universitário mineiro, que atua no campo das relações sociorraciais no Brasil, tem grande atuação no movimento negro.

90 SANTOS, Helio. *A busca do caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso*. São Paulo: Senac, 2001.

utilizar da polícia para nos matar? Nisso, entram todos os negros e as negras, mas, no caso, o alvo principal são os homens negros – seja ele intelectual ou da classe alta –, que podem ser mortos pela polícia. É a estrutura policial, é o sistema policial, a morte pode vir até pela mão de um negro.

A democracia no Brasil é de baixa intensidade e para o negro e a negra, eu ousaria dizer que não há democracia. Só que há esse modelo bonito que nós festejamos. Nele, na questão da política, o negro está disposto a votar no negro? O negro está disposto a votar na negra? O branco antirracista? Brancos antirracistas, votem no negro e na negra. As pessoas ficam perguntando “o que eu tenho que fazer?”, eu não estou gostando de dar resposta, mas hoje eu estou bonzinho, então vou dizer: “Brancos antirracistas, votem no negro e na negra para que a política possa interferir em um espaço que é a Justiça”.

O maior poder no Brasil é a Justiça. O poder da Justiça está maior que o poder da política. Não dá para dizer que maior do que o poder econômico, pois não é mesmo, mas a Justiça, em termos de equilíbrio de poder, é um poder maior do que o poder Legislativo. Dessa forma, temos que usar os negros na política para que possamos pressionar para termos mais juízes negros e negras, para que os juízes negros e negras, tendo como fonte a Constituição, possam fazer um debate diversificado de fato.

Constituição. É complicado fazer uma crítica à Constituição, até porque o branco da ultradireita também está querendo fazer sua crítica. Não vou fazer a crítica à Constituição de 1988 para não entrar no mesmo jogo, para não colaborar com o branco de ultradireita. Mas podemos dizer o seguinte: a Constituição de 1988 teve a contribuição negra que aparece no livro da Natália Neris⁹¹. A contribuição negra focou mais na questão negra, na questão dos direitos negros e era para ser mais aprofundada. Porém, a estrutura da política diminuiu e, mesmo assim, os negros conseguiram grandes avanços. No entanto, a Constituinte era feita pela maioria de brancos, homens brancos. Uma Constituição cidadã – porque dizem que essa Constituição é cidadã... Vamos continuar dizendo, porque a ultradireita também está querendo questionar a Constituição. A ultradireita é sempre contra nós, negros, e quer que a gente morra! E digo mais,

⁹¹ NERIS, Natália. *A voz e a palavra do movimento negro na Constituinte de 1988*. Belo Horizonte: Caso do Direito, 2018.

questiona por que ainda estamos vivos. Se você é negro e de ultradireita, você também está dizendo: “negro, por que você ainda está vivo?”. Só que o negro da ultradireita espera que não seja exatamente ele a ser morto. “Não, não sou eu, mas se for o do lado tudo bem”.

A Constituição teve a contribuição negra, mas se ela tivesse uma pluralidade de negros e de povos originais que representassem o Brasil, realmente seria uma verdadeira Constituição.

Os negros estão cada vez mais na academia – poucos comparado aos brancos –, e já estão criando uma tensão. No espaço da Justiça, no Supremo Tribunal Federal, nós praticamente não estamos. Na ciência, nós já estamos, e o pouco que nós estamos já se cria tensão. Na política, podemos votar no negro, e o branco antirracista também pode votar no negro. Que vote no negro de esquerda! Se tiver um negro de direita que é a favor da promoção da igualdade racial – eu não sei se o Deivison conhece algum branco de direita que seja a favor da promoção da igualdade racial. Eu tenho certeza que o de ultradireita não tem mesmo. Eu estou sendo muito generoso hoje. Então, vote em um negro de esquerda. Se houver um negro de direita que seja a favor da promoção da igualdade racial, pode votar nesse negro de direita. Assim, nós podemos entrar na política – isso na lógica burguesa, capitalista e liberal.

Há a questão das tensões que vivemos na academia e as questões da sociedade capitalista. Se o negro entrar na política, na Justiça, vai acontecer o que está acontecendo na academia. A disputa branco *versus* negro é uma disputa de igualdade de condições, o branco vai se unir, no que a Maria Aparecida Bento chama de pacto narcísico, contra nós. Nós estamos em uma sociedade em que não há emprego, cada vez há menos emprego, e em uma sociedade como essa, os brancos – até por questão de sobrevivência, e não por uma questão moral – vão usar da vantagem que têm por serem brancos na disputa do mercado. Uma das soluções que estão apontando, que é uma solução para gerar uma anestesia, é a renda mínima. Vou ficar por aqui. Muito obrigado pela pergunta.

ILUCIANA BRITO Eu que lhe agradeço. Para encaminhar as duas últimas perguntas, coloco essa para Deivison. Alguém diz assim: Makota uma vez falou “por que esses brancos não vão pesquisar as coisas deles? Porque não tem nada para mostrar”. Não sei se a pessoa que fez a pergunta é daqui da Bahia,

de Salvador, se for, está falando de Makota Valdina⁹², que era uma liderança religiosa e também defensora do meio ambiente. Deivison, o que é a cultura branca no Brasil?

E, para Lourenço: nos dias atuais, com o racismo exposto, muitas pessoas brancas buscam por um selo antirracista e isso gera um termo “*tokenização*”⁹³, abordado por Joice Berth⁹⁴. Poderia falar sobre isso?

IDEIVISON FAUSTINO Bom, a Makota Valdina foi uma grande mulher, grande professora, grande sacerdotisa, uma sábia... Ela tinha várias frases muito importantes, que nos ensinam muito.

Pensando sobre essa pergunta, “por que o branco não vai pesquisar as coisas dele?”, acho que uma resposta que poderíamos trazer para o debate tem a ver com a própria dimensão colonial da produção de conhecimento na nossa sociedade. O racismo e a racialização não são coisas que se restringem ao âmbito, por exemplo, policial, da violência explícita. Há uma dimensão do racismo que marca a própria produção de conhecimento e as suas disciplinas. De um lado, toda a academia ocidental na forma que ela é estruturada – e nós somos herdeiros, a depender do lugar onde nos formamos, de uma vertente mais francesa ou de uma vertente mais estadunidense ou de uma vertente alemã, mas **somos herdeiros de uma forma de pensar racista, que, em primeiro lugar, toma o próprio branco como expressão de humanidade** e, portanto, o branco opera como parâmetro de universal. A primeira questão é entender que **a própria ideia de universal já é racializada, ou seja, muitas vezes, não estamos falando de branco, mas é do branco que estamos falando**. Essa racialização do universal faz com que, por exemplo, no debate na área da saúde, um dos princípios do SUS seja a universalidade. Se o movimento negro não faz muita briga dentro do espaço da saúde, a própria ideia de universalidade acaba sendo algo que reflete a experiência dos brancos, mesmo que seja dos brancos pobres, ou, no mínimo, nós temos preocupa-

92 Makota Valdina (1943-2019), nome pelo qual ficou conhecida Valdina de Oliveira Pinto, foi uma educadora e ativista baiana bastante atuante na luta antirracista, na preservação das culturas de matriz africana e no combate da intolerância religiosa no Brasil.

93 *Tokenização* é um termo utilizado para descrever uma prática na qual uma pessoa acusada de racismo ou de machismo faz uso de suas relações sociais – com pessoas negras ou mulheres, respectivamente – para justificar atitudes opressoras e preconceituosas.

94 Joice Berth (1976-) é arquiteta e escritora paulistana que atua no campo do direito à cidade, com ênfase nas questões de raça e de gênero.

ções pseudouniversais que mantêm as desigualdades. As mulheres pretas morrem mais do que as brancas em todos os estados do Brasil. Se uma política de combate à morte materna não tem a dimensão racial em vista, ela acaba beneficiando na política as mulheres brancas, porque as nossas desigualdades sociais criam essa estrutura e fazem com que o branco, mesmo invisível, seja privilegiado naquele espaço. É o branco que está lá, ele só não é mencionado. Assim, o branco vira expressão da própria universalidade.

A segunda questão é que o negro só aparece enquanto objeto. Ele nunca aparece enquanto sujeito. Enquanto objeto de estudo, o negro sempre apareceu. As ciências sociais brasileiras foram criadas a partir do estudo do negro. O Fanon vai dizer isso: o problema não é o negro estar ou não na universidade. Ele aparece na produção de conhecimento, mas ele só aparece enquanto objeto, e é nesse sentido que também tem uma racialização, porque se ele é o objeto, o branco vira o sujeito. Isso tem a ver com a dimensão colonial das próprias ciências sociais.

Eu não lembro quem falou essa frase, mas alguém falou – algum pensador europeu: “a sociologia para nós e a antropologia para eles”. Portanto, a sociologia vai cuidar da sociedade urbana, europeia e da organização social da própria Europa; e a antropologia vai servir para estudar esse outro exótico, que não é considerado humano, mas que precisa ser entendido para ampliar as possibilidades de dominação. A antropologia surge do colonialismo, a partir de uma ideia desumanizada, em que esse outro não é igual. A própria ideia entre o eu *versus* o outro, entre quem é estranho e quem é familiar, tem uma dimensão colonial. Não é à toa que a maior parte dos estudos antropológicos são para esse outro: é a mulher negra, o indígena, o *hip hop*, mas temos pouquíssimos estudos antropológicos sobre o professor acadêmico, sobre o político. Aliás, essas pessoas teriam grandes resistências a abrir a possibilidade de pesquisa nos seus espaços. Há ainda uma racialização do outro e do eu. O branco ainda é visto como o eu ou o nós e o preto ainda é visto como o outro. Isso tem uma implicação.

Mas há uma terceira questão, para encerrar, que tem a ver com o narcisismo castrado da branquitude ocidental. Porque ao transferir para o negro as contradições, mas também o corpo, o branco passa a ter uma relação precária com a sua própria subjetividade, com a sua própria experiência de vida. Porque tanto as contradições, que também são suas, só serão vistas no outro, mas também a natureza que o compõe, que só é vista no negro, no indígena. Nós chegamos no século XX em um momento em que os próprios europeus começam a criticar a aposta que o ocidente vai

fazer na técnica. Temos uma inversão. Saímos do Descartes e vamos para o Nietzsche⁹⁵. Invertem-se os polos.

No Romantismo existe isso, mas no próprio Modernismo, enquanto vanguarda, há uma crítica à ideia de razão e uma busca pelo corpo. É nesse momento que se volta ao passado como crítica à técnica, à razão instrumental. E quem é o corpo por excelência na sociedade colonial? É o negro. É nesse momento que o negro será valorizado nas artes. Você vai ter cantor de jazz indo se apresentar na França, por exemplo. Você vai ter a classe média branca do Sudeste subindo o morro para ouvir samba, indo para o Nordeste... É no momento em que o branco acha que precisa voltar para o atraso, para o passado, que o negro aparece em destaque. Porém, o Fanon vai mostrar que o negro ainda é o passado e o branco ainda é o moderno. Com isso, mesmo que pareça uma valorização é, na verdade, uma expressão racista da racialização. É muito curioso como a cultura negra virou a cultura popular mundial. A cultura negra é o produto que mais vende hoje. Isso também tem a ver com uma certa racialização, e isso tem uma série de implicações para o próprio negro, mas também para o branco.

Essa pergunta é muito boa, porque permite pensar que **o branco ainda é o universal de humano, de desenvolvimento, de técnica; e o preto, o negro, a preta, a negra não são vistos, mas quando são vistos é apenas enquanto natureza, enquanto o outro, enquanto aquilo que o branco deixou de ver nele. Portanto, mesmo em um momento de valorização, nós ainda estamos operando uma lógica colonial. Esse é um grande desafio para ser rompido.**

Eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui. Agradeço as perguntas. Professora Luciana, professor Lourenço, agradeço ao Ibirapitanga e ao Thales pela abertura. Muito obrigado.

ILUCIANA BRITO Obrigada, Deivison. Lourenço você pode responder e, por favor, fazer suas considerações finais.

LOURENÇO CARDOSO Eu, particularmente, não conheço esse texto da Joice Berth, apesar de ser uma intelectual que eu acompanho. Tenho muita admi-

⁹⁵ Friedrich Nietzsche (1844–1900) foi um filósofo alemão de grande relevância para a filosofia contemporânea, que trabalhou em temas como moral, religião e ciência.

ração pela Joice Berth e pela Carla Akotirene⁹⁶, grandes intelectuais, jovens intelectuais dessa geração, como Natália Neris⁹⁷ que estuda o feminismo negro. Obviamente que a Joice Berth, quando trata disso, deve ter sido de uma maneira extraordinária. Então, é melhor que as pessoas procurem o que a Joice Berth escreveu.

O que dá a entender, para mim, é a questão da hipocrisia. Essa questão de selo antirracista me parece uma questão de hipocrisia. E, para o mercado, o selo antirracista faz com que eu ganhe mais, faz com que eu tenha lucro. Quem não pensa assim é essa branquitude acrílica que está no poder no Brasil e nos Estados Unidos. Ela é de um racismo da Ku Klux Klan⁹⁸, dos neonazistas, que não está preocupada com essa questão de selo antirracista. Mas, até a chegada do Trump⁹⁹ ao poder e dessa onda da branquitude acrílica, esse selo antirracista era algo que estava sendo propagado, que é uma imitação também dos estadunidenses. É uma verdade da sociedade capitalista: se você contratar os negros, se você contratar o maior número de pessoas diversificadas, você ganha mais lucro. Eu pareço um capitalista falando, mas é um fato.

Esse selo antirracista – que é uma perspectiva do negro de direita que vai defender isso também, ainda que não necessariamente – pode servir como hipocrisia, mas, em termos de prática, para uma empresa, serve como propaganda, como marketing.

Foi um prazer estar com vocês, uma oportunidade estar com a Luciana. Espero que tenhamos novas oportunidades. Foi uma oportunidade estar novamente com o Deivison, um amigo de longa data e, por ironia, é a segunda vez que participamos de uma mesa, colega. Gostaria de fazer menção ao nosso colega Weber. Uma das primeiras vezes que eu e o Deivison participamos em uma mesa foi para ouvir o Weber, que lançou um livro ano passado¹⁰⁰. O Weber é um grande intelectual negro revolucionário, assim como o Núcleo

96 Carla Akotirene é professora universitária, pesquisadora e autora que produz estudos e livros que tratam do campo da interseccionalidade, do racismo e do sexismo institucionais.

97 Natália Neris é doutoranda em direito e pesquisadora no campo de políticas públicas de inclusão social, de igualdade de gênero e de raça.

98 A Ku Klux Klan é uma organização criada nos Estados Unidos após a Guerra Civil Americana, que promove ideais do supremacismo branco, perseguindo a população negra e realizando atos de violência contra ela.

99 Donald Trump (1946-) é um empresário americano que se tornou presidente dos Estados Unidos entre 2016 e 2020. Seu mandato foi marcado por posicionamentos ligados à direita mais conservadora do país, com pautas contrárias ao aborto, à imigração, à igualdade racial e de gênero.

100 GÓES, Weber Lopes. *Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. São Paulo: Liber Ars, 2018.

Cultural Força Ativa, da zona leste [de São Paulo]. Há vinte anos, estávamos na casa do Deivison, na periferia de Santo André, ouvindo o Weber. Se eu não me engano, o Deivison escreve o prefácio do livro do Weber. O Deivison lançou um livro¹⁰¹ e eu também estou lançando um livro esse ano¹⁰².

Esse Instituto tem muitas pessoas ricas. É importante que as pessoas ricas desse Instituto comprem o livro e o distribua para a comunidade – o livro está caro. Obviamente que nós também distribuimos, mas como vocês têm mais dinheiro, vocês podem distribuir mais.

Muito obrigado, foi um prazer estar com vocês. O meu livro é esse daqui. O livro do Deivison eu não tenho, mas comprem também o novo livro do Deivison. Muito obrigado, foi uma honra estar aqui com vocês.

ILUCIANA BRITO Muito obrigada, professor Lourenço, professor Deivison, obrigada ao Instituto Ibirapitanga, Thales, Iara, Andre, Mohara. Obrigada a todas as pessoas que nos acompanharam essa noite. Obrigada, Olorum Modupé. Até amanhã!

¹⁰¹ FAUSTINO, Deivison. *A disputa em torno de Frantz Fanon: a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos*. São Paulo: Intermeios, 2020.

¹⁰² CARDOSO, Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional*. A branquitude acadêmica. v. 2. Curitiba: Appris, 2020.

O papel da comunicação no antirracismo

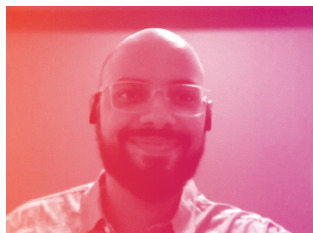
Liv
Sovik

Nic
Stone

Tiago Rogero
(MEDIADOR)

28.10.20

Os meios de comunicação têm um importante papel na produção, legitimação e perpetuação dos estereótipos raciais. Ao acessarmos as diferentes mídias, constatamos que, apesar de morarmos no país com a segunda maior população negra do mundo, os brancos estão em evidência desproporcional, confirmando os valores estéticos da branquitude. No entanto, se a comunicação tem um papel fundamental para reafirmar o racismo, ela também tem a potência para produzir outros significados raciais que contribuam para o antirracismo. A partir desta constatação, a ideia desta mesa é pensar sobre como indivíduos e instituições, pelas mídias sociais e veículos de comunicação, pela produção literária e audiovisual, podem utilizar a comunicação para o fortalecimento da luta antirracista.



TIAGO ROGERO Obrigado ao Instituto Ibirapitanga, ao Andre, à Lara, ao Thales, à Mohara. É um privilégio estar aqui hoje e poder mediar essa mesa. Obrigado também ao público, às nossas palestrantes, a Nic Stone e a Liv Sovik, e também à nossa tradutora, a Raquel de Souza.

Apresento as nossas duas palestrantes. Nic Stone nasceu e foi criada no subúrbio na cidade de Atlanta, nos Estados Unidos, e a única coisa que ela ama, mais do que uma aventura, é uma boa história sobre ela. Depois de se formar no Spelman College, ela teve uma larga experiência como mentora de adolescentes e morou em Israel por alguns anos antes de retornar aos Estados Unidos, para passar a escrever em tempo integral. Stone se esforça para trazer diversas vozes e histórias para o seu trabalho. Ela é autora do *best-seller Dear Martin*, seu romance de estreia, lançado em 2017 nos Estados Unidos, e recentemente publicado no Brasil como *Cartas para Martin*¹⁰³.

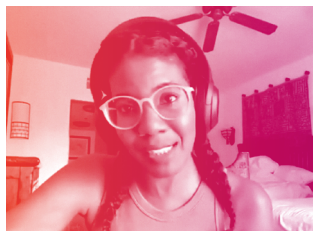
Liv Sovik é professora titular da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É formada em Letras, Língua Inglesa, em Yale, e é doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Foi pesquisadora visitante em Goldsmith, Universidade de Londres e na Universidade de Columbia, em Nova York. Organizou a coletânea de trabalhos de Stuart Hall¹⁰⁴:

¹⁰³ STONE, Nic. *Cartas para Martin*. São Paulo: Intrínseca, 2020.

¹⁰⁴ Stuart Hall (1932–2014) foi um sociólogo jamaicano, atuante no Reino Unido, responsável pela escola de pensamento conhecida como Estudos Culturais Britânicos, em conjunto com Richard Hoggart e Raymond Williams, especialmente nas questões ligadas à raça, ao multiculturalismo e à hegemonia cultural.

*Da diáspora: identidades e mediações culturais*¹⁰⁵. É autora de *Aqui ninguém é branco*¹⁰⁶ e de *Tropicália rex: música popular e cultura brasileira*¹⁰⁷.

Pensei em dividir as perguntas iniciais em duas partes: uma, de identificação dos problemas, e a outra, mais propositiva. A primeira pergunta que faço a vocês duas é a seguinte: de que forma os meios de comunicação contribuem para perpetuar e legitimar o racismo? Começando, então, por favor, pela Nic Stone.



INIC STONE Olá. Obrigada por me receberem. Estou empolgada para falar desse assunto hoje. Como o Tiago mencionou, eu sou a autora de um livro chamado *Dear Martin* ou *Cartas para Martin*, no Brasil.

Uma das coisas que abordei neste livro é a ideia da parcialidade na mídia. Obviamente, eu só posso falar sobre o que acontece nos Estados Unidos, mas houve uma sequência de anos, de 2012 até 2015, em que ocorreram vários incidentes com crianças negras – geralmente meninos –, assassinadas por cidadãos comuns ou por policiais. Essas crianças estavam sempre desarmadas, e tinham idade entre 15 e 18 anos. Toda vez que um incidente assim ocorria, o que víamos nas notícias era uma imagem dessa criança retratada, de alguma forma, com uma aparência ameaçadora: seja fazendo um gesto vulgar com o dedo para a câmera, seja usando um capuz, e sem que estivessem sorrindo. Essas eram as imagens divulgadas para o mundo dessas

105 SOVIK, Liv (org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília, DF: Unesco, 2003.

106 SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

107 SOVIK, Liv. *Tropicália rex: música popular e cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2018.

crianças que foram vítimas de violência armada. E é singular para as crianças negras serem representadas dessa forma.

O que ocorria após essas representações? Baseadas nessas imagens, as pessoas já pressupunham que essas crianças estivessem aprontando, que eram algum tipo de bandido, algum tipo de criminoso. Portanto, por anos, predominaram narrativas sobre essas crianças negras que perderam a vida, que as tornavam culpadas.

Acho que quando observamos a mídia dominante e como as pessoas negras são retratadas mundo afora – eu já morei no exterior, em Israel, e há um fenômeno semelhante lá. **Na mídia, as pessoas negras são, geralmente, os caras ruins, de alguma forma. E isso acontece desde que o entretenimento existe.** Penso em Shakespeare, em Otelo, nos livros que foram escritos em inglês e se tornaram populares pelo mundo todo, coisas que foram e ainda são ensinadas em inglês pelo mundo afora, e como, frequentemente, em muitos desses trabalhos, as pessoas negras são apresentadas como vilões, representadas como inferiores, menos inteligentes, tramando algo sujo.

Para mudarmos a maneira de pensar sobre pessoas de um determinado grupo demográfico, as imagens que vemos sobre elas precisam mudar. Por exemplo, penso em filmes como *Os donos da rua (Boyz n the Hood)*¹⁰⁸, que foi produzido nos anos 1990, e que é, supostamente, sobre vida negra em alguns bairros aqui nos Estados Unidos. São regiões geralmente empobrecidas e com altos índices de criminalidade, cuja população é geralmente composta por pessoas não brancas – negras ou latinas. São retratados muitos crimes, e tem sempre o cara durão que vemos com as crianças negras, e as meninas negras, geralmente, são retratadas como sendo precoces e excessivamente sexualizadas.

Eu acho, portanto, que o que as pessoas não conseguem compreender é que a mídia e os meios de comunicação de massa especificamente – estejamos ou não conscientes disso – são utilizados por nós para definir nossas expectativas em relação às outras pessoas. **O que nós vemos nos vídeos, no cinema, em filmes, o que vemos nesses espaços, é o que internalizamos e projetamos em outras pessoas. Por isso que considero tão importante apontar as formas como a mídia perpetua estereótipos.** Acho que existe

¹⁰⁸ OS DONOS da rua. Direção: John Singleton. Produção: Steve Nicolaidis. Intérpretes: Laurence Fishburne, Ice Cube, Cuba Gooding, Jr., Angela Basset *et al.* Roteiro: John Singleton. Los Angeles: Columbia Pictures, 1991. (112 min).

um componente da preguiça, uma má vontade de se dismantelar algumas dessas mentiras, e alguns desses clichês. Alguns clichês vendem bem, e por isso são utilizados pela mídia, que depende deles.

Mas até chegarmos ao ponto de estarmos dispostos a ser corajosos e não só reconhecer, mas retratar pessoas negras como seres humanos que vivem vidas normais, que se apaixonam, que resolvem mistérios, que saem em aventuras, que fazem coisas diferentes de lidar com a morte ou o crime, vai ser difícil tornar essas mudanças visíveis na sociedade.

[TIAGO ROGERO] Ótimo. Obrigado, Nic. Seguindo a proposta inicial, refaço a pergunta à professora Liv: de que forma os meios de comunicação contribuem para perpetuar e legitimar o racismo?



[LIV SOVIKI] Eu gostaria de olhar para um viés histórico sobre essa pergunta, porque os meios de comunicação, do jeito que nós os conhecemos, são posteriores ao racismo, mas os meios de comunicação potencializam certos conhecimentos sobre grupos racializados. A história da fotografia coincide com a história do racismo científico, por exemplo, e também do cartão postal. Isso é uma coisa que não se ensina nas escolas de comunicação.

Por motivos supostamente científicos, pessoas negras e indígenas foram apresentadas atrás de cercas, nos salões dos zoológicos humanos, montados para exposições universais, entre 1850 e 1930, mais ou menos. Essas exposições, realizadas na Europa, mostravam os avanços da modernidade e as novidades tecnológicas – tudo aquilo que trouxeram das colônias, incluindo seus habitantes, demonstrando a conquista da natureza. De maneira similar, existiam atrações circenses com indígenas e caubóis. Essas

exposições foram verdadeiros meios de comunicação de massa. A Exposição Universal de Paris¹⁰⁹, em 1900, exatamente na virada do século, teve 50 milhões de visitantes, milhões de cartões postais foram vendidos com imagens de povos das colônias. Nessa situação, elas estavam praticamente presas.

Esses espetáculos de conhecimento científico eurocêntrico arraigaram as identidades nacionais europeias e norte-americanas no racismo. Esse conhecimento científico justificou, nos Estados Unidos, o massacre de africanos e afrodescendentes na produção agrícola, o extermínio de indígenas e a ocupação de suas terras; acompanhou e deu apoio moral à colonização europeia de partes da África e da Ásia e à extensão dessas imagens e conhecimentos racistas para os países ibero-americanos. A coesão de sociedades brancas com enormes desigualdades de classe e social dependia dessa produção simbólica, desses discursos racistas. Elas estavam munidas pelo desprezo e pela exclusão das ditas “raças inferiores”. **Os meios de comunicação, os eventos, os discursos científicos relatados nos jornais, a fotografia, as artes gráficas e depois o cinema, foram fundamentais nesse processo.**

Outro antecedente da produção do racismo está na música popular. Wesley Morris¹¹⁰, que é crítico de música popular do *The New York Times*, relata em um *podcast* que a primeira música popular verdadeiramente estadunidense foi uma canção de negros, cantada em torno de 1830 por um branco pintado de preto, chamada “Jump Jim Crow”. O gênero de *blackface* que veio para substituir o gosto pelas óperas italianas e as operetas inglesas foi extremamente popular e continuou em cartaz, inclusive em filmes, até as primeiras décadas do século XX, nos Estados Unidos. O *blackface*, então, se tornou parte do repertório brasileiro. Lembremos de Jô Soares¹¹¹ e também da recente polêmica em torno de uma peça de teatro, em São Paulo¹¹².

109 Feira ocorrida em Paris, em 1900, entre 15 de abril e 12 de novembro, realizada como forma de celebração das conquistas europeias do século anterior, como suas ações de colonização na América, na Ásia e na África, e estímulo para o desenvolvimento do século que se iniciava.

110 Wesley Morris (1975-) é um escritor e crítico de cinema estadunidense, ganhador do prêmio Pulitzer de melhor crítica em 2012. O relato citado por Liv Sovik faz parte do terceiro episódio do *podcast 1619*, do *New York Times*, que trata do nascimento da música popular americana, disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/09/06/podcasts/1619-black-american-music-appropriation.html>. Acesso em: 15 jun. 2021.

111 Jô Soares (1938-) é um artista carioca que, entre outras atividades, atua como apresentador de TV, humorista, escritor, músico e diretor teatral.

112 Em 2015, o grupo teatral Os Fofos Encenam faria a reestrea da peça *A mulher do trem*, na qual há o uso de *blackface*, recurso utilizado por atores brancos para representarem de forma caricata personagens negros. Ao ser acusada de racismo, a companhia teatral e o Instituto Itaú Cultural, onde seria a apresentação, decidiram suspender a montagem da peça.

Aqui no Brasil houve uma tentativa de segregação racial na música popular. Em outubro de 1914, Nair de Tefé, a mulher do presidente Hermes da Fonseca, tocou ao violão o “Corta-jaca”, que é uma espécie de dança que imitava o corte de uma jaca, de Chiquinha Gonzaga, em uma recepção no Palácio Presidencial. No dia seguinte, Ruy Barbosa, o rival político de Hermes da Fonseca, discursou no Senado Federal. Eu vou ler essa parte:

Uma das folhas de ontem estampou em fac-símile o programa de recepção presidencial em que, diante do corpo diplomático, da mais fina sociedade do Rio de Janeiro, aqueles que deviam dar ao país o exemplo das maneiras mais distintas e dos costumes mais reservados elevaram o “Corta-jaca” à altura de uma instituição social. Mas o “Corta-jaca” de que eu ouvira falar há muito tempo, o que vem a ser ele, sr. Presidente? A mais baixa, a mais chula, a mais grosseira de todas as danças selvagens, a irmã gêmea do batuque, do cateretê e do samba. Mas nas recepções presidenciais o “Corta-jaca” é executado com todas as honras da música de Wagner, e não se quer que a consciência deste país se revolte, que as nossas faces se enrubescam e que a mocidade se ria!¹¹³

Assim, o racismo não é somente reproduzido pelos meios de comunicação, como a Nic comentou, ele é parte central de nossa cultura pública e de identidades nacionais eurocêntricas no mundo inteiro.

TIAGO ROGERO Muito obrigado, professora. Fazendo um lembrete que o *blackface* ainda está em voga no Brasil. Recentemente, no ano passado, nós tivemos em um *reality show* um quadro em que um participante fez *blackface*¹¹⁴. Ainda é algo que faz parte da nossa realidade, surpreendentemente.

Agora, nesse campo mais propositivo de pensar em mudanças de fato, vou fazer novamente a pergunta a vocês duas, repetindo a ordem. Nic, de

113 Anais da República, 1914, p. 51. Texto disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1914/1914%20Livro%207.pdf. Acesso em: 15 junho 2021.

114 No episódio de 15 de outubro de 2020 do *reality show A Fazenda*, o humorista Márvio Lúcio, conhecido como Carioca, fez uso de *blackface* ao realizar uma paródia de uma música do grupo Raça Negra, cujo vocalista é negro.

que forma os meios de comunicação podem, com ações reais, práticas e tangíveis, contribuir para o antirracismo?

INIC STONE Como uma pessoa que produz literatura como profissão, eu sei, não só a partir das minhas próprias experiências, mas interagindo com outras pessoas, que **a literatura, a narrativa, tem poder de mudar perspectivas. Eu considero que contar histórias é uma das melhores formas de mudarmos as narrativas para distanciá-las de ideias racistas e redirecioná-las para ideias antirracistas.**

A narrativa, que pode existir em várias formas, nos oferece um espaço para influência. No que diz respeito a entretenimento, a professora estava falando que existem vários tipos de entretenimento que têm sido muito populares ao longo do tempo e vemos essas tradições racistas serem perpetuadas.

Se você utiliza essas mesmas formas de entretenimento e muda as histórias nelas apresentadas, é uma forma de começar a mudar, sinceramente, a narrativa global sobre negritude como conceito. Por exemplo, quando fiquei sabendo que *Cartas para Martin* seria publicado no Brasil, eu fiquei muito surpresa. É uma história que escrevi sobre uma criança afro-americana, uma criança negra nos Estados Unidos, lidando com racismo nos Estados Unidos. Mas interagindo com pessoas no Instagram que estão no Brasil, percebi que muito da história fazia sentido em outros lugares. Descobri que há esse tipo de alcance amplo, ainda que não diria universal, para histórias como *Cartas para Martin*, em que temos crianças que fazem parte de um grupo demográfico, crianças negras que são parte dessa demografia, e que você as vê fazendo coisas diferentes daquelas que nos disseram que temos permissão para fazer.

Eu penso em histórias que falam sobre dois personagens negros que se apaixonam. São muito, muito poucas, infelizmente, mas eu acho que estamos em um lugar e em um tempo que há espaço para mais desses tipos de história, há mais espaço para histórias com pessoas negras tendo uma chance de simplesmente serem humanas, em filmes, em livros, em peças e até em músicas.

Acho que podemos usar arte, mídia, para contar tipos diferentes de história – claro que estamos sempre usando para contar histórias, mas, obviamente, o tipo de história que contamos faz uma grande diferença. E, assim, visibilizarmos que pessoas não brancas, pessoas negras, possuem o mesmo tipo de emoção que as pessoas brancas. Pessoas negras reagem de forma semelhante

às circunstâncias quando se sentem excluídas, quando são falsamente acusadas, também sentem seus corações partidos. Temos reações semelhantes às outras pessoas, porque somos todos humanos.

Portanto **acho que parte dessa mudança, assegurando que o antirracismo seja presente e visível na mídia, tem a ver com humanização, com garantir que estamos apresentando as pessoas negras em histórias que mostrem que elas são tão humanas quanto os brancos que temos lido e assistido ao longo de tantos anos.** E é preciso dedicar tempo para reconhecer: “Espere aí, essa representação para a qual estou olhando, tem algo errado”. Acho que também **temos a responsabilidade de apontar as maneiras como a mídia está perpetuando esses estereótipos, e sermos abertos para chamar a atenção para essas coisas, para que elas possam ser corrigidas.** Mas, para mim, definitivamente, muito desta correção se dá por meio de histórias e usando o entretenimento como uma forma de nos erguermos, em vez de perpetuar estereótipos que nos diminuem. E tem sido bem legal ver algumas dessas mudanças acontecendo.

Eu tive o privilégio de escrever duas histórias para a Marvel. Os quadrinhos da Marvel já são um fenômeno internacional. *Pantera negra (Black Panther)*¹¹⁵, filme lançado em 2018, foi um fenômeno global. Tenho certeza que vendeu muito bem no Brasil também. Foi um filme que nos propiciou uma nova narrativa, que nos deu um super-herói, me deu um super-herói que se parecia comigo. E também uma irmã mais nova do super-herói que se parece comigo, sobre a qual agora posso escrever livros.

Esses tipos de coisas não só dão uma perspectiva diferente sobre essas pessoas ao nosso redor, mas também nos dão algo que diz respeito às nossas identidades, que nós podemos olhar e pensar “Ei, eu posso fazer isso. Eu também posso ser isso”. O que é outro passo para mudar a narrativa em geral.

TIAGO ROGERO Obrigado, Nic.

Definitivamente, eu posso falar que a parte que mais me agradou em *Cartas para Martin* – que é delicioso e, ao mesmo tempo, muito dóido – é a questão da humanização das nuances de pessoas negras, da fuga dos este-

¹¹⁵ PANTERA negra. Direção: Ryan Coogler. Produção: Louis D’Esposito. Intérpretes: Chadwick Boseman, Michael B. Jordan, Lupita Nyong’o, Letitia Wright *et al.* Roteiro: Joe Robert Cole, Ryan Coogler. Los Angeles: Marvel Studios, 2018. (134 min).

reótipos. E é um tipo de observação, um tipo de construção narrativa que se você continuar em um quadro em que só pessoas brancas escrevem sobre as pessoas negras, você jamais vai alcançar. Nós alcançamos esse nível de excelência por se tratar de uma grande escritora negra, uma grande artista negra.

Agora, fazendo a mesma pergunta para a professora Liv: de que forma os meios de comunicação podem, na prática, com ações reais, ações práticas e tangíveis, contribuir para o antirracismo?

LLIV SOVIKI É muito interessante estar em um painel com a Nic Stone por causa dessa ênfase que ela dá às histórias. Eu assisti uma entrevista em que ela falou que todos os seres humanos têm a mesma gama de emoções – uma síntese do que ela acabou de falar também –, e que se ela chega ao coração emocional da narrativa, ela consegue alcançar um público amplo.

Uma coisa que eu venho pensando é como essas histórias podem ser contadas de tal maneira a tocar o produtor do estereótipo, o branco? Eu gostaria de tomar emprestado um traço da cultura negra para tentar chegar a uma definição dos traços de uma comunicação não racista que atinge o branco. Vou adotar um traço dessa cultura olhando para os ancestrais: quem são os ancestrais dos antirracistas brancos? Como podemos aprender com eles sobre imaginação, emoção e antirracismo?

Eu me lembro sempre da história de Charles Black Jr.¹¹⁶, que nasceu em 1915, no Texas. Ele foi um professor branco de Direito Constitucional e atuou no histórico processo na Suprema Corte Americana, em 1954, contra a segregação das escolas – *Brown vs Board of Education*. A parte que reivindicava a mudança era o National Association for the Advancement of Colored People (NAACP), a Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor, organização negra chefiada pelo grande jurista, que depois virou juiz da Corte Suprema, Thurgood Marshall¹¹⁷.

Black atribuiu a sua consciência antirracista ao que lhe aconteceu quando ele era calouro na Universidade do Texas: sem saber nada a respeito, ele foi

116 Charles Black Jr. (1915–2001) foi um estudioso estadunidense na área de Direito Constitucional que atuou no histórico caso contra o Conselho de Educação de Topeka, que estabeleceu a inconstitucionalidade da segregação racial nas escolas públicas no Estados Unidos.

117 Thurgood Marshall (1908–1993) foi um advogado estadunidense que atua no debate das questões raciais e dos direitos civis, que foi nomeado como juiz da Suprema Corte norte-americana em 1967, pelo então presidente Lyndon Johnson.

assistir Louis Armstrong¹¹⁸, que tocava em um hotel. Era 1931, quando a segregação estava há mais de 20 anos de ser declarada ilegal. Dizia Black, que cito aqui:

É impossível exagerar o significado para um menino do Sul de 16 anos de ver o gênio que, pela primeira vez, era um negro. Na época, não víamos nunca um negro na função que não fosse de serviçal. Mas um gênio? Nunca havia passado pela minha cabeça que veria isso pela primeira vez. Era um homem negro. Você nunca se recupera disso¹¹⁹.

Esse nosso ancestral branco antirracista, por ironia, chamado de Black, foi atingido em sua imaginação, sentiu admiração pelo gênio de Louis Armstrong – homem negro –, e se responsabilizou por agir para pôr fim à situação em que tal gênio era inimaginável e se beneficiou com isso. Trinta anos depois do processo na Corte Suprema, disse, cito novamente: “Quando você deixa claro que é contra o racismo, imediatamente, você começa a conhecer pessoas muito legais e o mesmo vale para a pena de morte”¹²⁰.

Acho interessante pensar nesse ancestral dos brancos e brancas antirracistas que a música o tocou e que ele esteve disposto a largar os privilégios de ser branco para apoiar um processo contra a segregação, no mínimo, controversa entre os seus, pois um dos privilégios brancos é de ter uma vida sem transtornos. A música foi a forma que lhe arrebatou.

Sobre a música negra teria muito o que pensar: seu som libertário, seu possível poder de cura, a maneira em que aponta para um outro estado do ser fora da rotina cotidiana, seu pressuposto de que seus artistas são admiráveis. Precisamos, nós brancos, tomar consciência de nossa relação com essa música hoje predominante até na Coreia.

Outro ancestral, Sueli Carneiro citou ontem¹²¹, Fábio Konder Comparato – outro jurista conhecedor de seu país. Vou repetir parte da citação que Sueli fez:

118 Louis Armstrong (1901–1971) foi um cantor e instrumentista estadunidense de jazz.

119 BLACK, Charles L. My World with Louis Armstrong. In: *The Yale Law Journal*. v. 95, n. 8, 1986, p. 1595–1600. Disponível em: https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/2532/. Acesso em: 12 jul. 2021.

120 GONZÁLEZ, Susan L. In Memoriam: Charles L. Black, Jr. In: *Yale Law Report*. v. 48, n. 2, verão 2001. Disponível em: <https://law.yale.edu/yls-today/news/memorial-service-prof-charles-black-sunday-january-27>. Acesso em: 12 jul. 2021.

121 CARNEIRO, Sueli. Alianças possíveis e impossíveis entre brancos e negros para equidade racial. In: Instituto Ibirapitanga. *Branquitude: racismo e antirracismo*, 2021, p. 42.

Eu sou descendente do maior proprietário de escravos do Império Brasileiro, o Conde Joaquim José de Souza Breves. Tive que entender, e só entendi isso muito tarde, que esta realidade, ou seja, a culpa por isso, se transmite aos descendentes, não é propriamente uma culpa penal, mas, é uma herança de um débito social¹²².

Ele, o Fábio Konder Comparato, assumiu esse débito, conforme contou, pois a alternativa era pior: encarar o desprestígio – essa palavra que ele usa, decorrente do que ele chama “a velha mentalidade escravista”.

A branquitude, no seu sentido mais corriqueiro de um sistema de pensamento e privilégio brancos, sacrifica o prestígio para ganhar vantagem. A comunicação pode acontecer em meio a uma conversa ou através de um livro ou de um filme. Tudo o que nos atinge em nossa imaginação emocional comunica algo. Se a perspectiva de perder os nossos privilégios desanima os brancos, é porque perdemos a noção do coração emocional das histórias que nos envolvem. Ou seja, nossa desumanização é evidente.

TIAGO ROGERO Obrigado, professora. Agora, mais uma pergunta para a Nic. Em diversos momentos do livro *Cartas para Martin*, você usa transcrições de reportagens de televisão ou de jornais para ajudar a contar a história – o que é muito interessante, porque, nesses e em outros momentos, você mostra como a cobertura da mídia pode e influencia na compreensão, e até mesmo na condução, de casos de violência policial contra a população negra. É importante lembrar que esses casos – como aconteceu recentemente nos Estados Unidos com George Floyd e com Breonna Taylor¹²³ – são praticamente diários no Brasil. Eu acho que isso responde também a uma dúvida que a Nic teve quando soube que o livro seria publicado aqui. A nossa realidade possui casos diários e, infelizmente, não há tanta projeção midiática como deveria. A nossa polícia mata jovens negros quase diariamente.

122 COMPARATO, Fábio Konder. Entrevista com Fábio Konder Comparato. *Portal Geledés*, 10 out. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/entrevista-com-fabio-konder-comparato/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

123 Em 13 de março de 2020, a jovem negra estadunidense Breonna Taylor, de 26 anos, foi morta com oito tiros em seu apartamento, na cidade de Louisville, quando policiais entraram em seu apartamento alegando haver venda de drogas no local, o que foi provado ser falso.

Eu queria que você nos contasse por que, narrativamente, você fez essa escolha de trazer a cobertura da mídia como parte da trama, em *Cartas para Martin*?

INIC STONE Há dois motivos para isso: um foi a estratégia narrativa, para que o leitor continue engajado. Quando estou escrevendo livros, meu objetivo é que as pessoas que acham que não gostam de ler, leiam e gostem. *Cartas para Martin* foi tecnicamente voltado para um público entre 12 e 18 anos de idade. O fato de crianças de 12 a 18 anos passarem muito tempo no Instagram, modificou a forma como processam informação. O tipo de inundação de estímulos visuais que recebemos interagindo em redes sociais, mudou a forma como nosso cérebro processa informação. Assim, parte dessas transcrições eram só o elemento visual, para ter certeza que estava criando uma história para alguém que não consegue ficar focado em algo que permanece com a mesma aparência por muito tempo, oferecendo algo diferente para olhar a cada página.

A outra razão é que eu não quero que ninguém possa vir me falar sobre o livro e dizer que nada disso é verdade, “você está inventando isso tudo”, “esse tipo de coisa não acontece”. Então, nesse livro, toda história que você lê sobre uma criança que foi morta pela polícia é baseada em algo que realmente aconteceu aqui nos Estados Unidos. Por exemplo, na cena da abertura, Justyce sofre discriminação por seu perfil racial. Nós descobrimos que um policial perdeu a vida, mas quando Justyce vai atrás do seu melhor amigo, depois desse incidente de racialização, eles estão falando sobre um jovem chamado Shemar Carson. O caso de Shemar Carson, mencionado no livro, é baseado no Michael Brown, um jovem de 18 anos assassinado em 2014. Até hoje ninguém realmente sabe o que aconteceu, fora o fato de que ele estava desarmado e foi morto por um policial e deixado na rua por muito tempo sem ser socorrido.

Essa história foi baseada nisso. Tem essa cena que acontece em um semáforo e tiros são dirigidos a um carro porque uma pessoa estava incomodada com o volume da música em outro carro. Essa é uma cena crucial no livro. Aquilo tudo foi baseado em uma história real. Havia esse rapaz chamado Jordan Davis que foi morto em novembro de 2012 no estacionamento de um posto de gasolina por conta da música alta. Ele deixou a música ligada alta e um homem que estacionou lá estava incomodado com o volume. Ele começou a discutir com esses jovens e atirou em Jordan Davis, que perdeu a vida.

Com essas notícias e transcrições, a textura é importante. Quando se trata de narrativa, quero que as pessoas sejam capazes de se engajar completamente com o que criei, porque acaba sendo mais crível. Quando você está completamente engajado em uma obra, você absorve mais da informação que está sendo comunicada. Portanto, trata-se de garantir que eu estava usando algo que nem eu ouvia nas notícias quando uma criança negra era morta.

Tem um artigo de jornal que foi incluído em *Cartas para Martin* – que foi particularmente difícil de se escrever, na época do julgamento – sobre Garrett Tison: “Foi assassinato ou foi defesa pessoal?”. O número de vezes que eu já ouvi essa mesma história nas notícias; todas as vezes que um garoto negro desarmado foi morto nesse país. Eu ouvi isso com Trayvon Martin¹²⁴, eu ouvi com Jordan Davis, eu ouvi com Tamir Rice¹²⁵, ouvi com Michael Brown, ouvi com Jordan Edwards¹²⁶, a lista continua e a pergunta é sempre: “Ah, mas, talvez, o policial estava agindo em autodefesa”.

Eu quero chamar a atenção para como a mídia lida com essas questões e como ela lida com esses incidentes, porque impacta em como nós pensamos sobre as coisas. Impacta não só a forma como pensamos o incidente, mas também o modo como pensamos nas pessoas envolvidas no incidente.

Na abertura falamos sobre a parcialidade na mídia. Quando existe uma notícia que distorce as coisas de tal forma, que parece que a criança estava fazendo algo errado, há muito menos compaixão direcionada àquela criança e ao fato de que sua vida foi tirada. Por isso, é importante para mim quando eu faço esse trabalho ter certeza de que estou incluindo elementos que vejo no meu dia a dia quando um incidente assim ocorre. Nesse caso, são as transcrições, as notícias de jornal.

Algumas seções no livro são escritas como uma conversa em uma sala de aula, onde temos essas crianças conversando e você só vê o nome, dois-

124 Trayvon Martin, um garoto negro de 17 anos, foi assassinado pelo segurança George Zimmerman, em 26 de fevereiro de 2012, em Sanford, nos Estados Unidos, quando estava indo para a casa do pai. Zimmermann alegou legítima defesa e foi inocentado em seu julgamento. A sentença gerou uma onda de manifestações antirracistas nos Estados Unidos.

125 Em 22 de novembro de 2014, Tamir Rice, uma criança negra de 16 anos, foi assassinada por um policial branco, Timothy Loehman, enquanto brincava com uma arma de brinquedo em um parque de Cleveland. O policial não foi condenado.

126 Em Balch Springs, no dia 29 de abril de 2017, o adolescente negro de 15 anos Jordan Edwards foi morto pelo policial Roy Oliver, que atirou no carro em que Jordan estava com amigos retornando de uma festa. O policial apenas foi afastado da polícia.

-pontos e o que a pessoa disse – parte disso diz respeito garantir que as pessoas pudessem se engajar nas questões sem comentários do narrador.

A razão de tudo que faço no meu trabalho é provocar pensamento. Quero que as pessoas pensem um pouco mais sobre o mundo a sua volta e o porquê ele funciona dessa forma. Incluir o máximo de aspectos desse mundo ao leitor é uma das melhores formas de garantir que as pessoas tenham muitas questões sobre as quais refletir. **Eu acho que essa é a única maneira de podermos mudar o mundo: passar pelo desconforto de reconhecer, “Ei, isso aqui nas notícias é meio perturbador e, talvez, eu deveria pensar sobre isso um pouco mais”.** Essa é uma das formas por meio das quais podemos refletir sobre como começar a promover mudanças.

TIAGO ROGERO Obrigado, Nic. Uma pergunta do público para a Liv agora: a branquitude acadêmica pode ser antirracista suficientemente para romper com os seus ancestrais teóricos racistas ou o antirracismo branco é simultâneo à produção de epistemicídio?

LIV SOVIKI Acho a academia um lugar opressor, sobretudo para a nova onda de alunos negros. É um lugar em que se começa a pensar sobre epistemologias não eurocêntricas. Os negros que ficam e resistem são heroicos, de fato. Acho que o consenso interno é racista ainda, mas acho que há uma certa abertura.

Quanto ao que o se ensina, a bibliografia me parece muito restrita, de mais de uma forma. É restrita pelo fato de ter sido produzida por homens, brancos e, em geral, do hemisfério norte. Mas, na minha área, há mais autores brasileiros do que existia décadas atrás.

Nessa luta, como será o avanço ou a vitória? Vitórias finais nunca existem, mas avanços me parece que estão acontecendo, sob pressão, sob reivindicação, sob também uma percepção de parte de professores – que nem estavam a favor das cotas necessariamente – da qualidade dos estudantes que estão entrando. Portanto, eu não desisto. Acho que é um dos lugares mais interessantes de estar no momento – que está ao meu alcance. Espero que isso responda: não estou jogando a toalha ainda. Por favor, não joguem.

TIAGO ROGERO Sobre isso, nesse fim de semana, eu estava participando de uma roda de conversa – e essa questão da pesquisa historiográfica de feitos de pessoas negras é algo que norteia o meu trabalho de uns anos para cá – e me perguntaram o quanto isso é dificultado pelo fato de que, por exemplo, há pouca documentação. Há muitos motivos para que haja pouca documentação e eu respondi que prefiro ver pelo lado positivo de que graças às políticas de ação afirmativa, nós temos, de 15 anos para cá, uma produção historiográfica de teses e dissertações muito rica sobre pessoas negras, sobre seus feitos. A academia brasileira, de forma geral, embora ainda seja muito branca, já está vendo um efeito grande da sua ocupação por pessoas negras, mas, obviamente, sempre pode melhorar.

Agora, uma pergunta do público para a Nic: essa semana nós tivemos mais um jovem morto com dez tiros, nos Estados Unidos¹²⁷. De que forma você acredita que isso vai influenciar as eleições norte-americanas? Estamos às vésperas do dia principal da eleição¹²⁸. De que forma você acha que essa morte, especificamente, e esse caminho que estamos percorrendo esse ano, de casos muito fortes e absurdos de violência policial contra pessoas negras, vão impactar no curso das eleições por aí?

INIC STONE Honestamente, esta não é uma pergunta que conseguiremos responder até vermos o resultado da eleição. O que posso dizer sobre essa eleição presidencial é que é a mais terrível e polarizadora eleição presidencial que eu já presenciei em meus 35 anos de vida. Passei por alguns presidentes, acho que por quatro ou cinco, e a atual presidência, em particular, não está sendo ótima. Acredito que a maioria das pessoas no mundo que são progressistas de alguma forma, ou que, de alguma maneira, se importam com outras pessoas, tendem a concordar comigo. Mas o que é interessante é que as questões que estamos continuamente discutindo em relação a

127 Em 26 de outubro de 2020, Walter Wallace Jr., um homem negro de 27 anos, foi morto na Filadélfia, em frente a mãe dele, que apelava para que os policiais não atirassem. Wallace, que tinha problemas de saúde mental, estava em crise no momento da abordagem. Apesar de portar uma faca, Wallace não oferecia riscos aos policiais no momento em que os tiros contra ele foram disparados.

128 O ano de 2020 foi marcado pela disputa eleitoral pela presidência dos Estados Unidos entre o candidato democrata Joe Biden e o então presidente do Partido Republicano Donald Trump. Joe Biden foi oficialmente declarado para o cargo de presidente em 14 de dezembro do mesmo ano.

essa presidência ainda geram dúvidas nas pessoas, que se sentem divididas, é honestamente impossível sequer pensar a respeito, é impossível saber como esses eventos atuais vão afetar as eleições.

Por exemplo, geralmente quando uma pessoa leva um tiro, levantam-se uma ou duas questões nos Estados Unidos: se é uma pessoa negra que atirou, vai suscitar questões sobre o funcionamento da polícia, a necessidade dela, se a polícia deveria receber um corte de recursos, e se esse dinheiro deveria ser investido em gerenciamento de crime centrado na comunidade. Se for uma pessoa branca atirando, falamos sobre controle de armas. Tiroteios em massa nos Estados Unidos são tipicamente feitos por pessoas brancas, homens brancos, na maior parte, e quando esses incidentes ocorrem o que aparece na mídia é essa ideia de controle de armas. Há pessoas que são bastante favoráveis ao controle de armas, se você tiver menos armas acessíveis, menos armas na rua, essas coisas não vão acontecer. E é claro, você tem o lado oposto, que é bastante contrário ao controle de armas, porque você tem um direito assegurado pela Segunda Emenda constitucional, o que as faz alegar: “Eu tenho o direito de portar armas baseado na Constituição dos Estados Unidos”.

A maior parte das pessoas vão votar baseadas nas coisas em que acreditam. **Por isso, infelizmente, por mais que eu acredite que seja possível que a morte de outro homem negro possa ter influência no voto de alguém, sejamos honestos, tantos homens negros já foram mortos, tantas pessoas negras já foram mortas pela polícia, tantas pessoas negras já foram mortas por civis – e muitas vezes elas estavam desarmadas – e até agora isso não afetou o cenário político como eu gostaria.** Mas vamos ver como essa eleição vai ocorrer, vamos ver assim que descobriremos quem será o nosso próximo presidente. Poderemos ver o que vai acontecer em seguida em termos de legislação sobre policiamento, sobre controle de armas, e como nosso país vai conseguir seguir em frente ou continuar parado ou, sinceramente, talvez até regredir.

Às vezes, quando ouço alguns debates, escuto as posições dos candidatos em algumas questões, eu fico pensando: “você quer retrocesso?”. Há algumas discussões que foram decididas pela Suprema Corte há décadas, e que agora estão, de repente, de volta à mesa. É um tempo fascinante para ser uma pessoa negra nos Estados Unidos, eu diria.

[TIAGO ROGERO] Professora, sobre o seu livro *Aqui ninguém é branco*, há um trecho em que você escreve: “Mesmo que o mito da democracia racial esteja desmascarado, sua tese central – da mistura genética da população como base de uma convivência nacional pacífica – não foi substituída por outra que leve em conta as hierarquias raciais”¹²⁹. E, depois, você escreve sobre como o ideal da mestiçagem acaba sendo uma forma de manutenção de todos os privilégios da branquitude. A minha pergunta para você é: de que forma esse discurso da mestiçagem esconde a existência de brancos no Brasil e naturaliza essas nossas relações sociais racistas?

[LIV SOVIKI] Desde que escrevi *Aqui ninguém é branco* me parece que há mais brancos se declarando como tais, fruto do processo de discussão das cotas nas universidades, mas ainda existe essa ideia de que o branco brasileiro não é exatamente branco, afinal, ele foi criado em meio à cultura negra, tem parentes que são negros. Isso faz com que o discurso da negritude meio que fique proibido.

Se todo mundo é misturado, inclusive, os brancos, que voz é essa que diz “nós somos negros?”. Afinal, não é todo mundo que é misturado? Isso é uma espécie de ponto intermediário. Eu vi que Joyce Lopes¹³⁰ fala que os mestiços têm opções de identificações, mas esse grande território intermediário é um território da dúvida, da forçosa inação; uma ideia de que é melhor mesmo todo mundo se misturar, pois vamos negar as diferenças e, com negar as diferenças, negar a hierarquização e o racismo. Eu acho que funciona assim. As coisas estão mudando, mas funcionam assim.

[TIAGO ROGERO] Antes de iniciarmos, houve um rápido bate-papo e a professora Liv disse que tinha umas perguntas à Nic sobre *Cartas para Martin*. Então, quero pedir à professora que faça a sua pergunta, pois eu acho que a resposta será de interesse de todo mundo.

129 SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009. p. 14.

130 Joyce Lopes é antropóloga, assistente social e pesquisadora na área de Ciências Sociais em temas relacionados à questão racial e à branquitude.

[LIV SOVIK] Eu fiquei muito interessada em entender como você imaginou esse Martin Luther King¹³¹ na cabeça do jovem, porque ele escreve pressupondo uma série de qualidades ou de atitudes, ele não descreve por que você entra na cabeça dele, ele não diz “assim você é, então, eu vou falar”. Como foi esse processo de imaginar o Martin Luther King nesse jovem, Justyce?

[NIC STONE] O que é interessante sobre esse livro é que, na verdade, eu o escrevi para os meus filhos. Eu tenho dois filhos negros, um de oito anos e outro de quatro. E quando o de oito anos tinha cinco, Jordan Davis foi morto. Ver algo horrível acontecer com uma criança foi o que me fez querer escrever uma história sobre um menino. Naquela época eu só tinha um filho, mas eu sabia que queria criar algo que meu garotinho poderia ler e ter uma compreensão melhor do mundo que ele está habitando.

Para que eu possa de fato entrar na mente de alguém que é bem diferente de mim – porque eu não sou um rapaz afro-americano de 17 anos de idade, evidentemente –, eu conversei muito com garotos desta idade, para poder entender sobre o que estavam pensando, o que estavam sentindo: “o que eles pensavam sobre a polícia?”, “eles tinham medo?”. Na versão do livro nos Estados Unidos, há um garoto na capa e eu o conheço pessoalmente. Eu me lembro de ter sentado com ele, que tinha 15 anos na época, e tivemos uma conversa sobre o que ele sente quando vê um policial. Conversamos sobre se tinha medo, medo de ser parado, medo de ser racializado, e ele me disse: “Não, eu não tenho medo, porque eu sei o que vai acontecer”. Tinha, portanto, uma expectativa por parte desse jovem de que ele seria racializado em algum momento. Assim, o que eu fiz para poder entrar na cabeça desse garoto? Eu usei algumas das minhas próprias experiências.

Há essa cena no livro em que acontece uma discussão sobre notas na faculdade e o protagonista, que é esse garoto negro, tira uma nota mais alta do que um dos personagens brancos, e esse personagem branco não acredita sequer que isso fosse possível. Eu criei essa cena inspirada no meu último ano de ensino médio. Esse incidente aconteceu comigo, com uma

¹³¹ Martin Luther King Jr. (1929–1968) foi um pastor e ativista estadunidense que lutou em prol dos direitos civis nos Estados Unidos. Ganhador do Prêmio Nobel da Paz, em 1964, acreditava na luta pelos direitos por meio da não violência. King foi assassinado em 4 de abril de 1968.

colega de sala, uma garota. Utilizando algumas de minhas próprias experiências e combinando-as, há um cerne emocional...

Eu acho que qualquer pessoa que estivesse em uma posição em que é chamada de mentirosa, porque não acreditam que ela seja tão capaz quanto outras de tirar uma certa nota, ficaria chateada. A maioria das pessoas ou ficariam confusas no começo, e diriam: “Espera, o quê?”, ou simplesmente sentiriam uma fúria imediatamente. Portanto, sabendo que esse era o cerne emocional daquele momento específico da história, eu consegui falar das minhas próprias experiências, junto com o que eu ouvia desses garotos e combinar tudo isso no personagem, com quem eu espero que a maioria das pessoas possam se identificar de alguma forma.

Porque, como disse antes, para mim, uma das coisas mais importantes, quando se trata de contar uma história, é garantir que eu esteja falando sobre questões que a maior parte das pessoas possa entender, situações com as quais a maioria das pessoas possa se identificar e compreender por que o personagem reagiu e respondeu de certa forma.

Eu também gosto muito de escrever personagens masculinos. Tem um livro escrito na sequência de *Cartas para Martin*, que acabou de ser publicado aqui nos Estados Unidos e que se chama *Dear Justyce*. Nesse livro tem um personagem que conhecemos em *Cartas para Martin* chamado LaQuan. LaQuan é o primo do melhor amigo de Justyce, Manny. Descobrimos, no segundo capítulo, que o policial que racializou Justyce no capítulo de abertura foi morto, e a pessoa que confessou esse assassinato foi um garoto chamado LaQuan, um menino que cresceu junto com Justyce na mesma vizinhança. Na segunda parte de *Cartas para Martin*, nós conhecemos LaQuan no centro de detenção, onde ele está preso, esperando para ser julgado por essas acusações de assassinato.

Eu decidi escrever um livro inteiro sobre LaQuan, pela perspectiva dele. Isso foi, em parte, por um pedido de alguns garotos que leram *Cartas para Martin* e amaram, mas queriam uma história que refletisse mais a vida deles. Com isso, quis garantir que eu pudesse me inserir na mente de uma criança que é muito diferente de mim e que teve experiências diferentes das minhas. Como eu nunca fui presa antes, ao escrever *Dear Justyce*, eu fui para centros de detenção juvenil em vários lugares nos Estados Unidos e conversei com as crianças detidas.

Existe algo muito poderoso em tomar seu tempo para se conectar com pessoas que são como as pessoas sobre as quais você vai escrever, e eu acho

que tomar esse tempo, ter essas interações, aprender o que puder sobre como esses jovens enxergam o mundo, enriquece a história. Eu acho que faz com que as pessoas, principalmente as que são como aquele personagem, consigam realmente se conectar com ele.

TIAGO ROGERO Ainda falando sobre Martin Luther King, que é uma figura central no livro, é uma figura central sobre tudo que estamos falando, central da história da humanidade, eu queria saber como que vocês veem, como percebem essa reutilização, resignificação – que não é só nos dias de hoje, ela já tem sido feita há um tempo – da imagem e dos discursos de Martin Luther King por setores da sociedade que não poderiam estar mais distantes do que o que pregava e ensinava o Dr. King. Por exemplo, no *Aqui ninguém é branco*, a professora Liv cita que, no momento em que o Brasil discutia a adoção de políticas de ação afirmativa – um momento em que o Brasil, finalmente, admite: “somos um país racista que não oferece oportunidades iguais aos nossos estudantes” –, um trecho do mais famoso discurso de Martin Luther King, o “I have a dream”¹³², foi usado por uma revista de grande circulação para dizer que o Brasil está indo, na verdade, na contramão daquilo¹³³, fazendo o oposto do que pregava o Dr. King.

Então, a minha pergunta para vocês é a seguinte: como vocês encaram essa reutilização, essa tentativa de resignificação, do que dizia o Dr. King por pessoas, por grupos, por instituições que estão exatamente na outra ponta do que ele pregava?

132 O discurso “I have a dream” foi proferido por Martin Luther King Jr. em 28 de agosto de 1963, após a Marcha de Washington por Empregos e Liberdade, que reuniu cerca de duzentas mil pessoas exigindo igualdade racial e que se tornou uma marco na luta do movimento por direitos civis. O discurso traduzido na íntegra está disponível em: <https://www.geledes.org.br/que-tenho-um-sonho/>. Acesso em: 16 jun. 2021.

133 Em seu livro *Aqui ninguém é branco*, Liv Sovik menciona que a imagem de Martin Luther King Jr., em seu discurso após a Marcha de Washington, é bastante usada na imprensa brasileira e que até foi utilizada no abaixo-assinado contra a Lei de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial. Esse abaixo-assinado, de 30 de maio de 2006, ficou conhecido como *Manifesto contra as cotas*, e foi entregue ao Congresso Nacional. O texto traz o seguinte trecho: “Nosso sonho é o de Martin Luther King, que lutou para viver numa nação onde as pessoas não seriam avaliadas pela cor de sua pele, mas pela força de seu caráter”. O texto está disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18773.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2021.

[LIV SOVIKI] Eu vou dizer que o Tiago mencionou que eu escrevi, é imediatamente o que eu pensei, citar o que eu escrevi. Esse já era o caso brasileiro, o sonho do Martin Luther King já tinha sido realizado. Agora, o Martin Luther King tem uma imagem muito filtrada aqui. Acho que há muita distância, pouca tradução. Por isso mesmo que eu fiquei muito interessada em entender qual Martin Luther King existe para um adolescente americano hoje. Acrescento isso como uma pergunta ainda ao que você perguntou.

[NIC STONE] Na minha opinião, a forma como o legado de Dr. King, sua filosofia e seus ensinamentos estão sendo mal utilizados é muito interessante e foi um catalisador para que eu escrevesse esse livro. Em 2014, como mencionei, Michael Brown, de 18 anos, foi morto por um policial aqui nos Estados Unidos, em Ferguson, no Missouri. E, em resposta à sua morte, foi a primeira vez que vimos o Black Lives Matter (Vidas negras importam) como um movimento, no qual havia pessoas se reunindo sob esse manto e marchando pelas ruas protestando. Ainda nesse momento, eu continuava vendo figuras políticas subindo em palcos públicos, aparecendo nas notícias, dizendo coisas como “Dr. King jamais apoiaria isso”. Para mim, foi um daqueles momentos que enfatizavam o quão distantes estávamos em relação à verdade sobre quem Dr. King era e o que ele ensinava.

Eu sou de Atlanta, Georgia, onde Dr. King também nasceu, onde foi criado, onde cursou a faculdade, onde se tornou pastor de uma igreja pela primeira vez e onde deu os primeiros passos no movimento de direitos civis. Havia uma marcha antirracista planejada em 2014, e eu me lembro que nosso prefeito na época (diferente do que temos hoje) apareceu nos noticiários e disse: “Tudo que eu peço é que vocês não tomem as rodovias. Dr. King nunca ocuparia uma rodovia”.

Essa é claramente uma inverdade. Dr. King ocupou várias rodovias. Eram coisas que eu sabia sobre ele, mas eu o vi sendo deturpado na mídia – o que me fez querer escrever *Cartas para Martin* para começo de conversa.

E para responder à pergunta que foi acrescentada, infelizmente eu descobri que muitas crianças não estão aprendendo nada sobre ele. Eu vou com frequência para escolas de ensino fundamental e de ensino médio aqui nos Estados Unidos, e uma das coisas que sempre pergunto primeiro aos jovens, aos estudantes, é: “O que vocês sabem sobre o reverendo Dr. Martin Luther King Jr.?”, e geralmente me respondem aquilo que costumo chamar de “lista

de melhores momentos”, com respostas como: “Ah, ele escreveu o discurso ‘Eu tenho um sonho’”, “Ele foi o líder do movimento dos direitos civis”, “Ele era um pastor”, “Ele era um homem pacífico”. O que eu nunca escuto são pessoas me dizendo coisas como: “A casa dele foi bombardeada”, “Ele foi assassinado, ou seja, alguém era tão avesso às ideias dele que o mataram, e esse não foi o primeiro atentado contra sua vida”, “Ele foi assassinado em 4 de abril de 1968, mas houve uma tentativa de tirar sua vida em 1965”. Eu não escuto pessoas me dizendo que ele foi o número um da lista dos mais vigiados pelo FBI, que o telefone da casa dele e do escritório foram grampeados para que as pessoas pudessem ouvir suas conversas, que ele foi comparado a um terrorista enquanto atuou aqui nos Estados Unidos.

Essa desconexão da percepção pública de Dr. King enquanto ele atuava, e a forma como estamos suavizando algumas das arestas e eliminando algumas questões que ele pregava e que podem ser menos palatáveis.

Eu me lembro a primeira vez em que li a citação mais popular de Dr. King em relação a protestos com tumultos e saques, ele disse: “Os tumultos são a linguagem daqueles que não são ouvidos”. E ele avisou às pessoas que o ouviam, que, se eles não respondessem às mensagens não violentas que estavam sendo dadas para trazer mudanças, as pessoas se tornariam violentas.

Eu realmente queria enfatizar para os jovens que Dr. King não é esse homem “água com açúcar”, “eu não vou fazer nada, eu não vou lutar” que eles estão sendo ensinados na escola hoje em dia. Embora ele tenha pregado a não violência, seu pacifismo é uma forma de resistência que traz bastante desconforto para as pessoas. Eu falo bastante das diferenças entre Dr. King e Malcolm X¹³⁴, que basicamente são: se você bater no Dr. King ele não vai revidar, mas se você bater no Malcolm X, ele revidará. E essa é a principal diferença entre a filosofia dos dois. Mas a ideia de Dr. King como uma pessoa que não causava conflitos, de que ele era um homem pacífico, isso não é verdade. **E essas são questões que eu queria que crianças negras vissem, reconhecessem e compreendessem, principalmente porque quero que as crianças negras vejam, entendam e reconheçam que, às vezes, você precisa criar tumulto. Você não precisa ser violento,**

¹³⁴ Malcolm X (1925–1965) foi um ativista estadunidense, defensor dos direitos para a população afro-americana. Defensor do Nacionalismo Negro, Malcolm X tinha um alinhamento ideológico com o socialismo e diferentemente de Martin Luther King Jr., via a violência como uma forma de autodefesa – perspectivas que influenciaram o movimento negro dos anos 1960 e também a criação dos Panteras Negras. Malcolm X foi assassinado no dia 21 de fevereiro de 1965.

mas você tem que provocar tumulto. Você tem de estar disposto a fazer pessoas se sentirem desconfortáveis para alcançar o bem maior.

ITIANO ROGERO Ótimo. Agora, voltando a falar sobre o papel da comunicação, dentro dessa gama enorme que é a comunicação, da imprensa e veículos de mídia: há um problema crônico e clássico da imprensa e veículos de mídia para lidar com raça, no Brasil. Um problema motivado, por exemplo, pela ausência de profissionais negros nas redações, especialmente em cargos de chefia – quase não há. No fim do ano passado, eu pude passar quase dois meses em diferentes redações nos Estados Unidos, quando estava fazendo uma *fellowship*. O meu foco era procurar uma figura que eu descobri que existia nos Estados Unidos, mas que no Brasil praticamente não há, que é a do repórter especializado em cobrir gênero e raça. Aqui no Brasil, temos veículos especializados nisso, mas dentro das grandes redações não temos profissionais especializados.

Isso acabou gerando uma dúvida, pois algumas dificuldades que alguns desses repórteres comentaram comigo é que eles acabam sendo as únicas pessoas dentro dessas redações a terem que se preocupar com isso, quando, na verdade, essa deveria ser uma preocupação na redação como um todo por que senão todo mundo diz: “lavo as minhas mãos”, “não preciso me preocupar”, “sou um repórter branco de economia, não preciso me preocupar com isso, vou passar para o repórter que cobre raça e gênero”.

Conversando com vocês sobre imprensa, queria saber se vocês têm uma ideia sobre o que seria um modelo interessante, qual modelo que poderia ser mais bem aplicado? Para além dessa evidente necessidade que a imprensa brasileira tem de contratação de mais profissionais negros, qual seria o melhor modelo para que um veículo de mídia possa de fato ser antirracista?

LIV SOVIK Pergunta difícil, hein? É difícil também porque nenhuma de nós trabalha em redações, mas acho que um dos motivos do aumento dos discursos racistas, que observamos nos últimos anos aqui e nos Estados Unidos também, tem a ver com uma espécie de delegação a todo mundo da notícia que quer dar.

Somos todos minirrepórteres, miniexclamadores sobre as notícias, e isso permitiu e destampou o racismo sobre o qual a grande mídia era mais ambivalente no seu controle. Eu acrescentaria outro problema ainda: essas redações não são o gargalo pelo qual as notícias passam. As notícias passam de outra

maneira agora. E essa passagem nas redes sociais é uma passagem de portas abertas para discursos muito violentos das autoridades e dos cidadãos comuns.

[INIC STONE] Se eu falar sobre o que tem ocorrido nos Estados Unidos, a parte triste é que as maiores mudanças vieram às custas das maiores tragédias. Por exemplo, a morte de George Floyd aqui na primavera, ocasionou agora todas essas amplas mudanças que vêm ocorrendo nas corporações do país, estão tentando colocar mais pessoas negras em posições de liderança. Agora é um homem negro quem está chefiando um grande setor da Disney. Porém, sem essa tragédia, eu não sei se essas mudanças teriam ocorrido. Por isso, acho que as pessoas realmente devem decidir se elas estão dispostas a fazer mudanças sem que outras pessoas precisem morrer.

Mudanças em posições de liderança em Hollywood, mudanças dos editores que controlam o fluxo de informação, das equipes de produção... Muito disso, infelizmente, posso estar errada, mas sei que nos Estados Unidos sempre tem muito a ver com dinheiro e com lucro. Se não há lucro em certas coisas, as pessoas deixam de fazê-las. **Mas até que as pessoas – pessoas brancas, pessoas em posições de liderança que não são negras – decidam que querem que o mundo seja um lugar mais igualitário, vai ser difícil vermos mudanças, porque o problema é que as pessoas no poder precisam estar dispostas a dividir esse poder.** É difícil arrancar esse poder das mãos de outra pessoa, então tem que existir essa disposição das pessoas que já estão no poder fazerem a representatividade ser algo realmente importante na mídia. E eu acho que muito disso ocorrerá ao perceberem o quão lucrativo pode ser garantir que pessoas negras estejam em posições de liderança nesses espaços.

[TIAGO ROGERO] Obrigado. Professora Liv, o internauta ou a internauta está perguntando por que você fez a escolha do título do livro *Aqui ninguém é branco*?

[LIV SOVIKI] É um pouco irônico, não é? Porque eu percebia que não estava desacompanhada. Era isso. Eu morava na Bahia quando ouvi essa frase de uma pós-graduanda em uma sala de aula onde eu abri uma discussão sobre todo mundo estar se filiando à cultura afro-baiana, que é dominante. Então, eu perguntei: como é ser branco baiano? A pessoa virou para mim e falou “mas aqui ninguém é branco”, como quem diz: “só você”. Eu achei que, nessa época – eu escrevi durante a primeira década, de 2000 a 2008 – era uma constatação.

As pessoas se negavam a ser brancas, elas diziam: “Ah, não, minha avó era negra”. Tinha muito essa história e não é tão longe do passado. Como isso se dá? Era essa pergunta que eu queria responder.

TIAGO ROGERO Agora uma pergunta para vocês duas. Nós já falamos sobre alguns exemplos de formas efetivas de antirracismo na comunicação. A própria Nic Stone é um exemplo muito evidente disso, por meio da literatura e de sua obra. Eu queria que vocês relacionassem, por favor, outros exemplos, como recomendação para quem, porventura, não os conheça, vá buscar. Exemplos de formas efetivas de antirracismo na comunicação.

ILIV SOVIKI Eu acho que a literatura, como a Nic fala, é uma fonte incrível de discussões antirracistas. Acho que tem muitos *blogs*. Estou sempre pensando, a partir do lugar de ser branca – não é meu lugar pensar o que é a necessidade de consumo cultural da população negra. A partir da branquitude, eu diria que tem muito material na internet, tem muita informação. Se você começa a ter vontade de conhecer, tem muita informação, muitos relatos, muitos filmes, muitas coisas que vão mostrar de um lado a realidade dura da violência e, de outro, a capacidade incrível que a população negra brasileira tem de produzir beleza. Essas duas coisas não sou só eu quem vai dizer que vão juntos. Qualquer análise dessa situação de subordinação de uma população inteira... Eu acho essas são as nossas fontes de pensamento. **Acho mesmo que antirracismo não seja uma nova ideologia na qual você se coloca, o antirracismo é um novo acesso à realidade.**

Se você não veste essa camisa – estou voltando a uma linguagem de ideologia –, se você não começa a se desfazer com força das amarras da canalização do olhar brancocêntrico, você realmente não tem acesso ao mundo que estamos vivendo. Não faltam recursos, falta, às vezes, curiosidade.

NIC STONE Eu vou acrescentar dizendo que a **representação visual é muito poderosa também. Eu mencionei o filme Pantera negra, por exemplo. Ter a oportunidade de ver um reflexo positivo de pessoas negras é algo poderoso não apenas para pessoas negras. Acho que filmes como esse nos dão permissão para usar nossa imaginação de formas diferentes e eu estou**

falando de maneira global, não só para pessoas negras, é uma permissão para todas as pessoas usarem sua imaginação em formas diferentes quando se trata de pessoas negras, e quando se trata do que percebem como possível para si mesmos.

A ideia de uma Wakanda, de um lugar utópico, onde pessoas negras vivem de forma vibrante, e têm tudo que elas necessitam, e onde estão sobre um dos recursos mais valiosos da Terra, que atingiu esse continente do espaço, é muito valioso. Isso oferece uma perspectiva diferente do que estamos acostumados e eu acho que isso é realmente a chave para desfazer um pouco dos danos que foram causados por anos no que diz respeito à comunicação e à representação na mídia.

Pensando em filmes, eu também penso em figuras que fizeram coisas extraordinárias, e nas biografias dessas pessoas. Por exemplo, há essa mulher chamada Mae Jemison¹³⁵. A dra. Mae Jemison foi a primeira mulher afro-americana a ir ao espaço e há algo sobre a sua história que eu acho bem arrebatador, que considero bastante inspirador e eu sei que não sou a única. Portanto, **usar o cinema, a televisão e recursos como biografias são maneiras bem poderosas e exemplos de situações que já existem, que fazem o trabalho de ajudar a dismantelar o racismo e promover o antirracismo.**

TIAGO ROGERO Ótimo. Atualmente, quais, vocês acreditam, que sejam os principais escudeiros da branquitude, que previnem e protegem pessoas brancas de despertarem para o racismo e para o antirracismo? Por que ainda há pessoas que insistem em não despertar para o racismo e o antirracismo? Em que elas se apoiam? O que dá base para isso?

INIC STONE Eu acho que começa com a estrutura de poder, com as pessoas em posições que são mais poderosas. Por exemplo, o atual presidente dos Estados Unidos¹³⁶. Ele é um escudo enorme, até abertamente, para pessoas que têm ideias de supremacia branca, ideias de que as pessoas brancas são superiores e todo o resto é inferior de alguma forma. Eu também acho que

¹³⁵ Mae Jemison (1956) é médica, engenheira e ex-astronauta estadunidense. Primeira mulher negra a viajar para o espaço, Jemison foi a especialista de missão no ônibus espacial Endeavor, em setembro de 1992.

¹³⁶ A mesa aconteceu ainda sob a presidência de Donald Trump nos Estados Unidos.

sistemas econômicos podem servir como escudo para que a branquitude e o privilégio permaneçam como são.

O capitalismo como um todo é um sistema econômico interessante, mas o que ele faz é estabelecer, basicamente, a ideia de que as pessoas com mais dinheiro são as que fazem as regras e, com isso, é difícil fazer mudanças se você não tem acesso aos recursos.

Então, eu definitivamente diria que Donald Trump serve como um escudo para racistas e racismo. Eu acho que o capitalismo nos Estados Unidos serve como escudo para racismo. Acho que sistemas policiais são outro escudo. A maneira como a polícia opera nesse país, a disparidade nos números de prisões. Estou pensando no encarceramento em massa, que possui proporções estranhas. Em termos de porcentagem, há mais pessoas negras e pardas presas do que há pessoas negras e pardas nos Estados Unidos. Há essa desproporcionalidade que precisa ser corrigida, mas que está muito relacionada ao policiamento e aos sistemas de Justiça criminal. **Há vários sistemas e instituições que eu acho que protegem e agem como escudo para pessoas brancas não terem de lidar com raça, para que essas pessoas brancas não lidem com essa noção de racismo. Porque, no final das contas, se não te afeta, é fácil fingir que não existe.**

TIAGO ROGERO Ótimo. Professora, Liv, por favor.

LLIV SOVIKI Eu quase digo: concordo. Mas o que eu posso dizer mais?

O Júlio Tavares, que é professor na Universidade Federal Fluminense (UFF), fala da blindagem cognitiva¹³⁷, de como tem uma lógica que é praticamente automática, tem todo um raciocínio racista, que não é questionado.

Eu acho que tem um trabalho a ser feito, não com argumentos, mas de ampliação da ideia, de formas de pensar. Nós precisamos multiplicar as formas de pensar sobre o que existe, como as pessoas são. Enfim, acho que a melhor resposta foi a da Nic, tem a ver com o poder e a falta de vontade em mudar.

¹³⁷ TAVARES, Júlio. Colonialidade do poder, cooperação internacional e racismo cognitivo: desafios ao desenvolvimento internacional compartilhado. In: D'ADESKY, Jacques; SOUZA, Marcos Teixeira de. *Afro-Brasil: debates e pensamentos*. Rio de Janeiro: Cassará, 2015. p. 312-339.

[TIAGO ROGERO] Peço para vocês fazerem as considerações finais. Podemos fazer como no começo: a Nic fazendo primeiro as suas considerações e depois a professora Liv.

[NIC STONE] Eu estou muito agradecida pela oportunidade de fazer parte dessa discussão e é um lembrete para mim de que o racismo não é um problema que está restrito aos Estados Unidos, que a antinegitude é um problema global, um fenômeno em termos amplos. Estou grata em ver que o trabalho antirracista está acontecendo em outras partes do mundo e que pessoas que se parecem comigo estão começando a se posicionar e falar: “Não, essas coisas que você acredita sobre mim não são verdade”. Eu acho que quanto mais trabalharmos para empoderar um ao outro, nos alimentarmos a partir de trocas sobre nossos sucessos e triunfos e testemunharmos um ao outro trabalhando em diferentes países, melhor estaremos, e nos sentiremos mais empoderados nesse trabalho sistêmico.

Então, muito obrigada por me receber e me permitir fazer parte dessa discussão. Obrigada também, professora Liv, pois eu aprendi muito ouvindo você hoje, falando sobre história, falando sobre Brasil. Foi uma honra e um prazer.

[LIV SOVIK] Muito obrigada. Vou só dizer algumas palavras também de agradecimento, pois é um privilégio estar aqui em diálogo com a Nic e estar nesse evento de altíssima qualidade, que eu venho assistindo desde o início.

Eu tenho um pensamento, o último, o derradeiro, que é sobre o estereótipo – que foi como vocês abriram essa discussão. **Eu acho que o estereótipo se prolifera, se fortalece. Acho que vale a pena lembrar uma definição do estereótipo como repetição ansiosa do que se deseja que seja verdade. Essa definição é de Homi Bhabha. Ela ajuda a entender o espaço no qual entram histórias, narrativas, que valorizam pessoas, que não desumanizam, que não categorizam, que preenchem um vazio na imaginação. Temos que entender que o estereótipo não é um desvio de imaginação, é um vazio de possibilidade, um encobrimento da possibilidade de imaginar o outro, de entender, de ouvir, de ver.**

Então, é isso o que gostaria de dizer por último e que eu não tinha dito antes. Mas eu gostaria de agradecer muito e cumprimentar a Nic pelo livro,

que eu li, e pela enorme produção que ela está fazendo de mais livros, e mais livros com essa motivação, que é uma motivação muito forte e muito evidente e que causa admiração. Muito obrigada.

TIAGO ROGERO Maravilha. Queria mais uma vez agradecer ao pessoal do Ibirapitanga, à nossa tradutora, a todos vocês que estão assistindo e às nossas duas palestrantes, professora Liv e Nic Stone. Muito obrigado.

O que podem os indivíduos diante da estrutura?

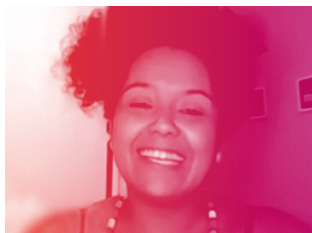
**Jurema
Werneck**

**Thula
Pires**

**Bianca Santana
(MEDIADORA)**

28.10.20

É possível afirmar, no Brasil, que temos as desigualdades raciais como o maior legado dos regimes escravocratas. A população negra tem menos oportunidades que a população branca na educação, no mercado de trabalho, na política e em outras importantes esferas da sociedade. Assim, podemos caracterizar este fato como estrutural e estruturante dessas sociedades. Diante deste cenário, a pergunta que fica é: o que podem os indivíduos diante da máquina de gerar desigualdade que é o racismo sistêmico? De que forma cada um de nós pode agir para desmantelá-lo? Quais os limites e possibilidades diante dessa estrutura social?



BIANCA SANTANA Eu começo por parabenizar e agradecer ao Instituto Ibirapitanga por este encontro tão importante, pelo qual tantas pessoas ansiavam. Agradeço também pelo convite e pelo cuidado de vocês nessa produção. Manu, Mohara, Thales, Iara, Andre, Lia. É sempre muito bom testemunhar o compromisso e a seriedade com que vocês se posicionam na busca por equidade racial.

Vamos ao tema dessa conversa, *live*, aula, gira, como disse ontem a Ana Paula Lisboa. “O que podem os indivíduos diante da estrutura?”.

Apresentarão suas reflexões duas das nossas maiores referências, as brilhantes e generosas Jurema Werneck e Thula Pires. Jurema Werneck é médica, autora e doutora em comunicação e cultura pela UFRJ. Feminista negra e ativista do movimento de mulheres negras brasileiras e dos direitos humanos, é a diretora executiva da Anistia Internacional Brasil desde 2017. Em 2006, publicou *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*¹³⁸. Quem não conhece a tese¹³⁹ da Jurema e esse livro, por favor, façam isso agora por vocês!

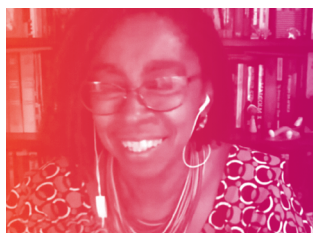
Thula Pires é mulher preta de axé. Mãe da Dandara e bailarina. Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde atua como professora adjunta de Direito Constitucional e coordena o NIREMA – Núcleo Interdisciplinar

138 WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa, WHITE, Evelyn. *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

139 WERNECK, Jurema. *O samba segundo as lalodês: mulheres negras e cultura midiática*. 2007. 318f. Tese (Doutorado) Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

de Reflexão e Memória Afrodescendente. É professora visitante do African Gender Institute, da Universidade de Cape Town. É integrante do Conselho do Instituto Crime e Sociedade, da Assembleia Geral da Anistia Internacional no Brasil e é associada de Criola.

Jurema e Thula, as desigualdades raciais no Brasil, legado dos regimes escravocratas, se explicitam no fato de a população negra ter menos oportunidades que a população branca, na educação, no mundo do trabalho, na política, em toda parte. O racismo, portanto, é estrutural e estruturante dessa sociedade. Diante desse racismo sistêmico, dessa máquina de gerar desigualdades, o que podem os indivíduos? De que forma cada uma e cada um de nós pode agir para desmantelá-lo? Quais os limites e as possibilidades diante dessa estrutura social? Jurema Werneck, por favor, faça sua fala inicial.



[JUREMA WERNECK] Primeiro, eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui com cada uma de vocês. Thula, Bianca, Iara. Estar com todos, todas e todes que estão nos acompanhando nesse debate é um privilégio. Acho também um privilégio nós estarmos nesse debate sob uma outra chave, sob a chave do questionamento da branquitude. Essa é a reflexão aqui todo tempo. Lembrando que **branquitude é um sistema que dá corpo e que movimenta o mecanismo que é esse outro sistema chamado racismo, essa outra estrutura chamada racismo.**

Branquitude e racismo estrutural são pedaços da mesma engrenagem. Branquitude não é ter pele clara. Branquitude é se beneficiar do conjunto de violências, exclusões e aniquilamentos que produzem privilégio. Branquitude é também uma outra face, o outro nome da branquitude é privilégio, e um privilégio cruel, violento e que aniquila. Dessa forma, discutir sob essa chave no século XXI? Demorou, mas chegou! Porque a

negritude vem sendo discutida há muito tempo e, quando falamos de negritude, nós inauguramos branquitude e o que de pior tem esse termo. Finalmente. E eu quero aproveitar para parabenizar o Ibirapitanga por nos reunir nesse momento.

Bianca, você me fez várias perguntas, mas o principal dessas perguntas está centrado no: “o que faz o indivíduo diante da estrutura? O que pode o indivíduo diante da estrutura? O que deve o indivíduo diante da estrutura?”. Primeiro, denunciar a estrutura, romper com ela, se insurgir contra ela. E que estrutura é essa? **Quando falamos de racismo estrutural do que estamos falando? Estamos falando de processos, culturas, imaginários, instituições – Estado, família, formas de agir, e pensar e conduzir o destino de si e dos outros ou de expropriar o destino de si e dos outros.** É isso que estamos chamando de estrutura. É complexo, mas não é. É uma máquina de moer gente. O que pode o indivíduo em relação a essa máquina de moer gente? Pular fora dela, largar a mão da manivela. Estamos falando do indivíduo que está movendo a manivela de aniquilamento, exclusão e destruição chamada racismo. Tem que pular fora. Pular fora parece “falei, bacana, resolvi”. É mais ou menos isso.

Na perspectiva do ativismo, “mais ou menos isso” quer dizer o quê? Primeiro, tirar a lente polarizada de claros e escuros, em que o escuro carrega tudo de ruim – inclusive aqueles enunciados biográficos que todo mundo traz: “nasceu na favela”, “é pobre”. Os enunciados dos negros são sempre aqueles das desgraças. Ninguém vai falar “é bailarina”. Aqui falou, não é? “Thula é bailarina e dança muito bem” – já vi –, é inteligente... Essas coisas quase não aparecem. Os negros são carregados por esses enunciados ruins e os brancos pelos bons. O branco é o que é artista, dono da empresa... Temos que romper, tirar essa lente e sair desse lugar.

Da mesma forma que fazemos o movimento doloroso – que é doloroso – de sair dessas identidades das desgraças, nós saímos das identidades da desgraça carregando as desgraças, porque elas não desaparecem.

Nós carregamos essas desgraças e, a partir delas, dizemos: “eu não sou só isso. Eu não sou só ferida. Eu não sou só cicatriz”. Mas as feridas são reais. Nós carregamos isso na direção de humanidade mais completa e complexa. Somos humanas, somos humanos, e temos de ser definidos por mais.

Somos aqueles que estão feridos, mas somos aqueles que também lutam, que estão driblando as forças da morte. Estamos sendo pegos por elas muitas vezes, de todas as formas – não só morrendo, mas também perdendo; quem não morre, perde. Nós estamos lidando com ela, mas

estamos junto com essa carga pesada – para usar um termo de uma conversa que eu estava com Sueli Carneiro – desse “carrego” todo. **Nós construímos e tentamos construir outras coisas, humanidade, ou seja, construir alegria, construir festa, construir felicidade, construir luta, construir outros cenários, outros horizontes. É isso que nós fazemos.**

Portanto, o que o indivíduo do lado da branquitude pode fazer? A mesma coisa. Primeiro, mergulhar nessa cicatriz, porque ser branco não é bom. **Ser branco, dentro da chave da branquitude, não é bom. É ter atribuído sobre si, como indivíduo, a carga de ser portador e portadora de privilégios de aniquilamento.** Isso não é bom. Não é para celebrar. É para mergulhar nessa dor da mesma forma e carregar essa marca, essa dor, essa cicatriz. Levar mais adiante e sabendo: se dói em você, dói muito mais em nós, porque estamos carregando a força da morte.

É preciso se insurgir em relação à estrutura, e se insurgir em relação a ela é isso: ver racismo em tudo. Olhar para essa estrutura que é ideologia, que é processo, que é cultura, que é imaginário, que é morte diante dos seus olhos e enxergar o que está ali: racismo. O racismo é isso. A estrutura é racista. Tem que olhar para isso, enxergar racismo em tudo e se insurgir contra ele. Se insurgir mesmo. Se perguntar, se questionar e enxergar o que de ruim existe nesse mundo. Porque o racismo é tão ruim como o estudo que saiu mês passado em uma revista médica norte-americana mostrando a condição de vida e de morte de bebês negros¹⁴⁰. O que se viu, nos Estados Unidos, foi que bebês negros tratados por médicas e médicos negros têm mais chance de viver. Do mesmo jeito que tratados por médicas e médicos brancos têm altas taxas de morte.

O indivíduo tem que mergulhar nessa lama, nessa dor de ficar em qualquer um dos pólos sentindo a dor do que é, e superar a partir daí. E como é que supera a partir daí? Tem gente que faz terapia. Eu recomendo, pode ajudar, mas não é suficiente. Tem que fazer mais, tem de fazer luta, tem de fazer movimento, tem que fazer com que a insurgência se realize e rompendo com a regra da morte a cada segundo de cada minuto. O nome disso é luta. É olhar para essa cultura, para esse imaginário e ver o que tem nela de errado, e destituí-la, mover, tirar cada peça dela e

140 GREENWOOD, Brad *et al.* Physician–patient racial concordance and disparities in birthing mortality for newborns. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, Washington, DC, v. 117, n. 35, p. 21194–21200, 2020.

dizer: “eu não quero isso”. Tem de olhar para as instituições que estão aí e ver como elas contribuem para operacionalizar essa injustiça. Qual é o lugar do Estado? Qual é o lugar da religião? Qual é o lugar da família? O seu Estado, a sua religião e a sua família, porque é do indivíduo que eu estou falando. Estou falando em indivíduo, pessoa, único, mas eu estou falando também do coletivo, porque **qualquer ativista – e eu sou ativista, velha, desde os meus 8 anos de idade – sabe que não se faz luta sozinho. Ninguém luta sozinho, ninguém transforma sozinho, ninguém altera cultura sozinho, ninguém inova a vida sozinho, ninguém faz diferente sozinho. É preciso entrar na luta, encontrar seu coletivo – seus coletivos, porque são muitos – e se engajar nele. Sempre com essa metodologia: enxergar racismo em tudo, enxergar onde esse coletivo e essa luta podem colocar uma cunha para fazer aquele pedaço desmoronar e, se aquele pedaço se refaz, você reposiciona para fazer outra coisa. Mas é luta, não tem saída.**

Dizia o samba da escola de samba: “na luta é que a gente se encontra”. Aí é que a branquitude encontra a negritude construindo outros sentidos para negros e para brancos. Porque fora da luta é morte e aniquilamento, mas na luta a gente se encontra.

Mas é preciso lembrar que essa luta tem protagonismo. Nossos passos vêm de longe, portanto, a branquitude tem de pisar devagarinho. Nós, particularmente Thula, que vive a tradição com muita intensidade, sabe que tem de pisar devagarinho, porque senão a coisa desanda, dá errado. É preciso olhar para essa dimensão negritude de outro jeito, inclusive, na dimensão do protagonismo. **É preciso reconhecer o nosso protagonismo. Nós só estamos aqui nesse momento discutindo branquitude, porque nós falamos do racismo e de negritude antes. Nossos passos vêm de longe, não vêm de longe do século XX, nem do XIX, nem do XVIII, vêm de lá do continente africano, em que nós confrontamos aquelas invasões, aquelas guerras sem sentido e aquele sequestro de corpos, de culturas, de vidas e de almas.** Tivemos que encarar aquilo tudo e confrontar.

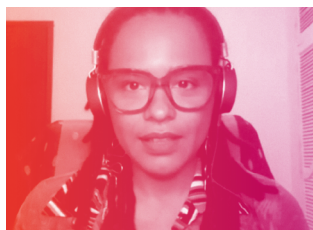
Nós temos uma longa trajetória de luta. Tem sido bem-sucedida? Sim e não. Porque a morte continua vencendo, mas a luta permanece. Sendo assim, esse é o sim do não ou o não do sim, mas a gente continua.

Bianca, quando você fala **“o que pode o indivíduo?”**, o indivíduo precisa se responsabilizar, não tem saída. Na Anistia [Internacional] nós dizemos que levamos a injustiça pelo lado pessoal. O racismo tem que ser pessoal, um problema pessoal que arrasta outras pessoas, criando coletivos afetados pelo

racismo e de gente que diz “eu não me junto a isso, eu não aceito mais, eu – como diz Sueli Carneiro – não aceito, eu não assino esse contrato, eu rasgo esse contrato, eu rompo com ele e vou fazer outra coisa, vou fazer com os irmãos e as irmãs que já estão lutando”. É preciso fazer isso. Vai ser bom? Vai ser ruim? Vai ser ruim também. Porque mexer nessa coisa chamada racismo é horrível.

Eu volto às mortes de bebês por médicos e médicas que juraram salvar vidas. Há um juramento para médicos e médicas. Todo mundo procura a Medicina para resolver a dor, para resolver o sofrimento e para tentar disputar, inclusive, com a morte. Mas o racismo é tão forte, que aquele pressuposto que move a Medicina é rompido no caso de bebês negros. Bebês! Isso contraria até o instinto humano, do animal humano que somos, de salvar bebês “*no matter what* [de qualquer maneira]”, porque salvar bebês é salvar a humanidade que precisa existir. Rompe com tudo isso. Esse é o tamanho do racismo. Como contribuição inicial, para mim é isso: ativismo, luta agora e sempre.

BIANCA SANTANA Contribuição inicial maravilhosa. Muito obrigada, Jurema. E, agora, Thula Pires: o que podem os indivíduos diante da estrutura?



THULA PIRES Ah, Bianca, eu acho que não tem muito mais o que dizer a partir do que Jurema trouxe, do ponto de vista dos agradecimentos e dos motivos dos agradecimentos. Vou colocar em Thales e Mohara toda a equipe do Ibirapitanga porque acho que eles refletem uma outra dimensão desse compromisso que o Ibirapitanga assume ao fazer também esse evento e, por isso, coloco nos nomes deles o agradecimento por estarmos aqui, por isso ser possibilidade, por nós nos sentirmos confortáveis de estar aqui discutindo isso. Efetivamente há uma série de ações que demonstram que é uma conversa respeitosa. Algo que a gente está pouco acostumado, infelizmente.

Além disso, não teria absolutamente nada a mais a comentar. Nós brincávamos, nos bastidores, que é muita ousadia, de minha parte, ter o que dizer junto com Jurema. Por tudo que ela falou. Porque não só os nossos passos vêm de longe, mas quando você fica com a atenção voltada a ter responsabilidade política com essa trajetória, isso te reposiciona. Não como interdito, mas com essa ideia do pisar manso nessa dança, nas danças que precisam ser feitas e, ao mesmo tempo, entender que há o que ser feito. Se você está podendo pisar manso agora, é porque você deve alguma coisa nesse movimento. Elas não fizeram o que fizeram, para eu e Bianca chegarmos aqui para gente fazer o que: “não tenho nada para dizer”. Senão daqui a pouco quem leva pito sou eu.

Eu vou tentar um pouco, Bianca, levar isso para o meu campo profissional de atuação no Direito, e tentar pensar um pouco nessas responsabilidades: o que podem os operadores do Direito ou as pessoas que estão diretamente implicadas na movimentação do sistema de injustiça no Brasil, com lugares muito privilegiados nesse acionamento da máquina de moer gente? E que também costumam ser muito pouco lembradas nas nossas críticas, nas nossas denúncias sobre esse Estado de distribuição de poder, que é não só desproporcional e absolutamente desigual, mas também produtor de privilégios e de morte, de distribuição de morte de maneira desproporcional, como Jurema falava.

Isso porque parece que o Judiciário é menos político do que o Executivo e o Legislativo, então costumamos apontar o dedo com um pouco mais de tranquilidade e conforto para eles pelo que respondem pelas nossas mortes, mas o Judiciário ainda tem uma espécie de aura de neutralidade, de imparcialidade, de tecnicismo, que escuda muito esses operadores do Direito da responsabilidade política que têm. Isso de um lado. E de outro, **essa incapacidade que o racismo produz de as pessoas assumirem as suas responsabilidades, junto com o privilégio. São pessoas mimadas. As pessoas são incapazes de assumir a responsabilidade política daquilo que produzem e reproduzem através das suas canetas Montblanc** – eu estou usando Montblanc de propósito, não só porque ela é cara, mas porque acho que o nome dela é interessante para nós.

Não acredito que as denúncias que fazemos sobre a incidência desse sistema de Justiça na produção de morte – não vou falar de sistema de Justiça criminal, porque nele nós falamos mais abertamente sobre a atuação dos órgãos, da magistratura, do Ministério Público, inclusive, das defensorias públicas e advocacias públicas e privadas nessa engrenagem de produção de morte –, mas falo do sistema de Justiça de forma mais ampla.

Se de um lado, na área de política criminal, nós podemos sustentar que o gatilho só tenha possibilidade de ser acionado por um policial, porque há canetas Montblanc que pavimentam e chancelam publicamente a possibilidade disso acontecer, há também canetas Montblanc chancelando essa atuação que Jurema trouxe, que é a do sucateamento, da inviabilidade do próprio sistema de saúde pública que vemos ser também orquestrado, operado e reproduzido pelos órgãos do sistema de Justiça e pelos operadores do Direito. Estou falando de operadores no masculino mesmo, e às claras, porque é essa representação que esse sistema de Justiça tem e é a partir desse lugar que é possível imaginar, chancelar como qualquer tipo de conduta de menor gravidade ou desqualificar condutas que são passíveis de serem responsabilizadas juridicamente que são feitas todos os dias.

A capacidade de mobilizar todo o sistema jurídico de forma com que ele sempre se acumplicie com a nossa morte é sem limites. **Independente-mente da nossa atuação política no campo da produção dessa tradução da demanda política em norma jurídica, independentemente do quanto nós sejamos capazes de incidir nesse momento, nesse processo, a capacidade que esses operadores terão de mobilizar todo esse repertório, no sentido da produção de privilégios para brancos e de violência para negros, é sem limite, é desavergonhada.** Dessa forma, o que podem os indivíduos? Exatamente o que Jurema falou: rasgar esse contrato. E isso significa fazer algo que nós aprendemos com Lélia Gonzalez lá atrás também. Dona Lélia nos diz que “o lixo vai falar, e numa boa”¹⁴¹. Tem uma segunda parte: não é só o lixo vai falar, e numa boa, fala aí, é o lixo vai falar, e numa boa, assumindo todos os riscos e implicações que isso gera.

O que esses operadores precisam fazer é assumir os riscos e implicações que advêm do tipo de atuação que eles têm. Isso serve tanto para a dinâmica no sentido da reprodução desse estado de coisas, que está ancorada nessa atuação que reproduz hierarquizações de humanidades entre nós, quanto se eles quiserem atuar em sentido contrário. Mas, se o Direito está todo inscrito nesse sistema que é arraigado, é construído, é pensado, em que toda a racionalidade jurídica é pensada como mecanismo

141 GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS, 4., 1980, Rio de Janeiro. Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e problemas da população negra no Brasil”. Disponível em: <https://circuito.ubueditora.com.br/racismo-e-sexismo/>. Acesso em: 26 fev. 2021.

de reprodução dessas hierarquizações de humanidades entre nós – isso é o que eu mais tenho falado nos últimos tempos –, o que a gente pode fazer?

Aqui eu acho que temos um ponto central que mais caracteriza a tal da incomensurabilidade ou o princípio da exclusão recíproca entre zona do ser e zona do não ser¹⁴²– porque agora eu resolvi o que? Usar Fanon e falar difícil. Por quê? Porque essa pergunta sequer faz sentido do ponto de vista de projetar imobilismo para quem está na zona do não ser. Não faz nenhum sentido. Quando eu me deparo com o fato de que, independentemente do quanto a gente possa produzir essas normas, haverá essa mobilização de sentido de que esses enunciados sejam tratados do ponto de vista exclusivamente formal – as liberdades, as igualdades são tratadas desse ponto de vista exclusivamente formal. E no mesmo tempo em que são mobilizadas para a produção de morte, a partir do momento que eu sou confrontada com esse cenário e alguém me diz “o que você faz diante disso?”, assumindo que eu não sou só o que essa gente vê de mim, eu não tenho outra coisa a não ser sair do imobilismo. **Até porque nós não estamos lutando por nada diferente do que vida e liberdade. Não tem nada mais humano nisso. Não há nada mais genuíno do que isso. Não há nada que oponha limites a esse tipo de luta.**

Porque quando você entende que se trata de luta por sobrevivência, o imobilismo, a paralisia, a sensação de impotência são inviáveis. Não se sente impotente diante da defesa da sua própria sobrevivência. Você pode não saber a melhor maneira de garantir a sua sobrevivência, você pode não saber qual seria o caminho mais estratégico do ponto de vista crítico, você pode se aperceber com insuficiências materiais diante da preservação da própria sobrevivência, mas você se sentir impotente, paralisado, diante de uma ameaça à sua sobrevivência, isso é inviável. Isso é incompatível com qualquer possibilidade de atribuir esse tipo de conotação quando essa pergunta é feita para a zona do não ser. Porque o que essa denúncia nos oferece é a possibilidade de entrar nesse lugar e, a partir daí, olhar o Direito ou qualquer outra área e se botar para jogo.

Por que isso gera impotência, imobilismo, incapacidade para o branco? Porque o branco não está botando na roda de negociação a possibilidade da sua própria sobrevivência. O que ele está botando para jogo é perder a capacidade de ser exclusivo no clubinho da humanidade. Aí ele pode se dar ao luxo de dizer: “isso me paralisa”. “Como que eu lido com isso?” “Como eu

¹⁴² FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

lido com a realidade, em que o clube da humanidade não é mais um atributo exclusivo?”. “Será que, em não sendo exclusivo, essas pessoas – que hoje sustentam, na base da violência, esse meu acesso à liberdade e à vida – vão se voltar contra mim?”. Meu amor, aí é um problema que vocês vão ter de resolver.

O que nós estamos dizendo é: **nós estamos lutando por vida e por liberdade. Nós estamos lutando por um modelo de organização do mundo, onde não haja mais escravos. No mundo onde não há escravos, não há senhores.** É preciso sair do solipsismo que a branquitude encapsula vocês, exatamente para que percebam que há diferenças significativas nos pressupostos que nos põem em luta, sob pena de continuarmos não falando a mesma coisa. É por isso que são incapazes de ver racismo em tudo. Porque há sempre aquela tentativa: “mas veja bem, não é bem assim, não generaliza”; “A gente não faz isso porque a gente quer”. E eu estou adorando? Eu estou fazendo porque eu quero? O que eu tenho que lidar com a realidade das mulheres negras no Brasil é porque eu quero. Imagina...

De que serve a intencionalidade para nós? Qual é o valor que a intencionalidade tem para o estado de coisas que nós temos de lutar, debater, responder? Porque, no nosso ponto de vista, não dá tempo de dizer “veja bem...”. Não dá. Nós estamos falando de vida, de liberdade, é disso que estamos falando. De emergências, de urgências. Não dá tempo dessa gracinha não! **E aí a intencionalidade pouco importa, porque estamos lidando com um resultado muito concreto. Nós precisamos dar respostas. São famílias descontinuadas, são desterritorializações permanentes e seculares, são interrupções, são inviabilidades que nós precisamos responder. Não tem esse lugar do “veja bem, eu não tive a intenção”.** Eu sinto muito, se não teve. Agora, se você não vai fazer nada com isso, está operando no mesmo sentido. E aí, desculpa, isso me atrapalha...

Portanto, é importante ampliarmos esse tipo de discussão para que possamos produzir respostas cada um e cada uma do seu lugar mesmo. Eu sou capaz de entender que esse tipo de denúncia ou de retrato produza essa sensação de imobilismo, essa sensação de impotência, para corpos que estão acostumados a viver a sua liberdade, o exercício da vida, como atributo exclusivo que se sustenta na violência do outro? Claro que eu sou, porque o desenho me faz ter essa percepção. Agora, não dá para inverter para nós a responsabilidade de dizer como é que vocês saem do imobilismo, simplesmente porque eu não consigo raciocinar, eu não estou nesse lugar, eu não consigo me projetar nesse lugar. Sabe aquelas coisas que vocês vivem nos

dizendo, quando entendem que o racismo é estrutural? “Eu nunca vou ser capaz de entender”, “É mesmo, né, gente?”, “Eu nunca vou ser capaz de entender, de sentir o que sente o negro no Brasil”. Sabe isso? Gente, é a mesma coisa! Por mais que nós tenhamos sido letrados em uma racionalidade branca – porque as nossas instituições de letramento, todas elas, de alguma forma, só reproduzem esse modo de percepção acerca da realidade, nós somos incapazes. Mesmo tendo acesso a esse repertório conceitual que vocês têm, nós somos incapazes de entender o mundo desse lugar, porque nós não vivemos o mundo desse lugar. **Nós, efetivamente, não sabemos como vocês saem da imobilidade.** O que nós sabemos é o que nós não vamos mais fazer, e que o fato de nós hoje termos conseguido estar em um número um pouquinho maior de espaços vai fazer com que esse constrangimento passe a ser o ponto de partida das nossas relações. **Não vai dar para reproduzir esse lugar do imobilismo com o conforto que vocês fizeram até hoje, exatamente porque nós já chegamos até aqui e exigem de nós que, se chegamos até aqui, é preciso ter um negócio para deixar.** Tem uma Dandara me cobrando um mundo – daqui a pouco ela me cobra. Aquela ali é danada. Ela já entendeu várias coisas. Eu tenho um compromisso. Eu não posso chegar para a minha filha e dizer: “filha, calma! É difícil para eles. Eles estão tentando. Filha, calma”. Ela já é fruto de uma outra produção, de um outro momento. E ela já me exige uma postura distinta. Do mesmo jeito que ser fruto da geração de Jurema Werneck, de Sueli Carneiro, de Lúcia Xavier¹⁴³ faz com que a gente exija delas coisas que elas também passam a nos responder de outra forma. Porque nós só podemos exigir diferente, porque elas produziram possibilidades materiais e concretas para nós, distintas das que elas tiveram que assumir. E nós vamos seguindo. E é assim que vai ser. Pelo menos do ponto de vista do constrangimento, vamos seguir, vamos avançar.

E a pergunta não é mais “o que pode?”, a pergunta é “naquilo que é possível, o que pode gerar um efeito que se consolide no tempo, um efeito de longo prazo, um efeito de transformações que sejam estruturais?”. “Naquilo que pode ser feito, o que é capaz de deixar menos gente para trás?”. Acho que a pergunta não é mais “o que podem fazer os indivíduos?”, mas naquilo que os indivíduos são obrigados a fazer, se tem algum compromisso com a

143 Lúcia Xavier (1959-) é assistente social, ativista de direitos humanos e coordenadora geral da ONG Criola, uma das principais organizações antirracistas brasileiras, que luta na defesa e na promoção do direito das mulheres negras e de uma sociedade equitativa.

afirmação plena de humanidade para qualquer ser humano: “quais ações, quais práticas, quais incidências podem transformar esse mundo, transformar sem gradação, transformar radicalmente, produzir uma outra realidade?”

IBIANCA SANTANA Só agradeço a vocês duas. Muito. E agradeço também a uma pessoa maravilhosa que já mandou uma pergunta porque ela vai me dar um tempo para me reestruturar, senão eu não saberia o que fazer com esse microfone aberto. Essa primeira é para você, Jurema: a branquitude pode sair do transe colonial sem produzir extrativismo epistêmico e epistemicídio contra povos pretos e indígenas?

JUREMA WERNECK Obrigada pela pergunta. Obrigada, Thula, por tudo que você falou, tão bonito, tão profundo e tão pertinente. Como eu disse, é um privilégio estar aqui.

A pergunta se a branquitude pode sair do seu lugar, pode deixar de ser, deixando para trás o carregamento todo que traz? Não tem como. Não faz sentido, porque é próprio da definição da branquitude todo esse carregamento que foi colocado: epistemicídio e todo o resto, tudo faz parte. O conceito de branquitude é tudo isso dentro e mais um pouquinho. **Romper com o racismo, com o colonialismo, com o epistemicídio e com todas as desgraças que o racismo produz é romper com tudo. Não dá para fazer um antirracismo meia-boca. Como disse Thula, é radical, é profundo, é inescapável, é um chamamento ético. A ética é isso, a ética é imperativo.** Ou você segue esse chamado ou não tem como. A transformação que nós falamos, a ruptura ideológica, a ruptura estrutural, sistêmica ou qualquer que seja o nome que nós queremos dar, é radical nesse tamanho. **É preciso fazer outra coisa, é preciso ser de outro jeito, é preciso estar no mundo de outro jeito, e é preciso que seja outro mundo de certa forma, porque esse mundo tem que acabar. Esse mundo que destrói tanta gente, destrói a maioria, produz morte toda hora, todo dia.**

A operação policial na Maré ontem¹⁴⁴: tiro na barriga de uma grávida de vinte anos, o bebê morreu. E é dito assim. Nós vemos isso no jornal da hora do

¹⁴⁴ Em 27 de outubro de 2020, a Polícia Civil realizou uma operação na região do Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro, na qual uma jovem de 20 anos, grávida de 5 meses, foi baleada. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/10/28/gravida-e-baleada-em-operacao-no-complexo-da-mare-e-esta-em-estado-grave.htm>. Acesso em: 5 jun. 2021.

almoço. E antes dessa jovem, outra pessoa foi morta, outra foi morta, outra foi morta... É muita gente. É muita morte. É muita desgraça. Não tenho outras palavras para falar. Nós podemos falar epistemicídio, colonialismo ou podemos falar desgraça. Ou podemos falar indignação moral e ética. Nós podemos falar muitos termos, mas é tudo muito ruim, e é preciso romper com tudo, é preciso criar outro mundo.

A boa notícia é que é preciso, mas é factível. A experiência negra e a experiência negra na diáspora mostram que outros mundos são criados. O mundo de onde a gente foi arrancado foi destruído, mas nós construímos outros mundos. Construímos. Cercados das tragédias, das desgraças todas, mas construímos outros mundos que derrubaram o regime da escravidão. Viver mais do que sete anos. Inventar para nós o nosso próprio nome, porque eu continuo tendo o sobrenome Werneck, mas certamente eu não sou Werneck. Eu não sou Werneck. Eu sei que eu tenho outro nome. Eu sei que eu sou outra coisa. **Construir em mim um outro sujeito fora do olhar da branquitude, o sujeito que eu sou à vera, o sujeito que eu sou real, o sujeito que eu sou criado pelo espelho de quem veio antes de mim e de quem está junto comigo nesse mundo imaginando aquelas e aqueles que virão depois de mim. É esse o sujeito que eu sou. Isso é criar outro mundo.**

As jovens, principalmente, artistas, têm construído um conceito chamado “Afrofuturismo”¹⁴⁵, que é essa possibilidade, mais do que uma possibilidade, é um reconhecimento que outros mundos serão criados, estão sendo criados e podem ser criados. É isso! Você pode chamar de Afrofuturismo, você pode chamar de ruptura ideológica, pode chamar do que quer que seja, mas é preciso que esse mundo acabe e acabe a todo momento a partir de sempre... De agora, de agora, de agora e agora.

IBIANCA SANTANA Jurema, muito obrigada. Ouvir vocês, de fato, é algo que mobiliza muitas camadas da existência. Além de uma provocação racional vibrante, tem algo que mexe no corpo, que mexe em outros corpos. É algo fortíssimo. É roda, gira mesmo, xirê. Agradeço muito a vocês por isso.

¹⁴⁵ Afrofuturismo movimento estético, social e cultural que vislumbra um futuro que alia ancestralidade africana e tecnologia a partir das perspectivas e das vivências das pessoas negras. Essa estética está presente na obra de diversos artistas e obras, como, por exemplo, em obras de ficção científica da escritora Octavia Butler, nos quadrinhos e no filme *Pantera negra* e nas obras visuais da cantora Beyoncé.

Thula, você, de forma brilhante, no início, nos falou como os operadores do Direito, que têm essa Montblanc na mão, têm papel e precisam se responsabilizar por aquilo que é possível fazer com essa caneta. Mas há também limite para essa atuação? Porque essas categorias jurídicas, essas categorias do Direito – você escreve e fala bastante sobre isso – foram criadas para os brancos pelos brancos. Existe a possibilidade de mudarmos as próprias categorias?

ITHULA PIRESI Eu acho que é importante separar a pergunta sobre os limites da pergunta sobre possibilidades, porque a pergunta sobre possibilidades significa uma coisa, para nós, muito direta. Do mesmo jeito que, por exemplo, qualquer discussão sobre mestiçagem, no Brasil, já comunica coisas, discutir as possibilidades do Direito, possibilidades de uso do Direito para emancipação, já está muito pautada por algumas questões, como a necessidade de blindar o próprio colonialismo jurídico da possibilidade de esgarçarmos tudo que ele é capaz de fazer. Ou seja, toda vez que fazemos alguma crítica mais estrutural acerca do Direito, imediatamente não conseguimos nem avançar na crítica, nós não conseguimos nem nos habituarmos à possibilidade de colocar a cabeça para pensar a partir dessas limitações. Não dá tempo. Imediatamente vem um negócio “veja bem, pode ficar pior. Veja bem, o retrocesso...”. É uma defesa do retrocesso de algo que sequer foi acessado. Eu fico com dificuldade. É uma tentativa de dizer “mas veja bem, não serve só para isso”. Ok, mas me deixe pensar primeiro para o que está servindo, do ponto de vista dessa desgraça toda, como Jurema estava falando. Deixe que eu mergulhe nisso aqui, entenda todas as dimensões em que esse Direito pode atuar na produção dessa desgraça, inclusive para que se eu tiver que optar por algum tipo de incidência, de pensar as possibilidades desse Direito, eu também possa pensar de outro lugar, porque eu vou pensar sobre as possibilidades a partir das limitações. Agora, pensar as possibilidades a partir de mito, de uma promessa, de um Direito moderno ocidental que nunca se constituiu? E não se constituiu não é porque não conhecia outras possibilidades não! Não é porque... “Mas veja bem, esse Direito ocidental moderno” – que é um pouco uma blindagem para quem quer falar sobre direitos humanos – “você tem que ver que não dá para jogar isso fora”. Pera aí. Do que estamos falando mesmo? Porque esse imaginário é um imaginário que foi escolhido em rejeição a outros e não por ignorância da sua existência. Esse Direito moderno que está aqui hoje, que organiza o nosso modelo constitucional e o nosso modelo de prote-

ção, inclusive no campo dos direitos humanos, é signatário da Revolução Francesa e da Independência dos Estados Unidos, é uma adesão a esses projetos. Antes que alguém me chame para defender esse legado ou que projeto é esse, vocês vão me desculpar, mas eu quero entender por que rejeitamos o haitiano. Porque houve uma rejeição explícita.

O Marcos Queiroz tem um trabalho belíssimo¹⁴⁶, no qual resgata os anais da Constituinte de 1823 – que é quando o Brasil estava se inventando enquanto nação –, em que boa parte das discussões da Constituinte era exatamente para não permitir que o Brasil virasse o Haiti pós-revolução escrava. E como é que se fez isso? Mobilizando essas promessas da Revolução Francesa. Exatamente porque as promessas da Revolução Francesa são diretamente articuladas com a inviabilidade de um projeto de nação como o construído no Haiti. A Revolução Escrava Haitiana é fruto dessa impossibilidade, desse descumprimento que está no pressuposto desse projeto.

Então, não venha querer que eu use minha energia, que eu pegue o meu alguidar para ofertar alguma coisa para quem está de barriga cheia! Porque esse tipo de repertório é um repertório que o que mais tem é oferta para dizer que ele é bom. Para defender que o mundo não seria esse, para dizer que o problema do 5G da China, que eles não aderem a isso... E daí para pior. Não vou nem entrar nessa baixaria! Por quê? Porque me interessa alimentar outra coisa.

Quando nós fizermos a discussão das possibilidades desse campo, me parece que é preciso fazer a partir daquilo que interessa. Porque aí é diferente. Se eu faço uma oferta para o projeto que foi rejeitado, aí eu me dedico a botar minha cabeça para funcionar para ver que projeto era esse, o que deu certo ou o que não deu, que tipo de adesão ele pode vir a ter ou não com a realidade brasileira... Aí não tem nem comparação, chega a ser uma briga estranha. Abrir mão de um projeto que tinha uma articulação muito mais direta e profunda com o tipo de problema que nós tínhamos no contexto brasileiro, e a pessoa pega o quê: a ruptura com o Antigo Regime como um grande problema que nós tínhamos que resolver enquanto nação? O Antigo Regime não foi um problema nosso. E aí eu vou ficar vendo a potencialidade do que a ruptura com o Antigo Regime pode produzir do ponto de vista da minha irmã que perdeu o filho ontem, na Maré? Vocês estão de sacanagem.

Primeiro, acho que é importante que comecemos a separar essas per-

146 QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. *Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico negro: a experiência constituinte de 1823 diante da Revolução Haitiana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

guntas, nos permitir ampliar a imaginação política, a ponto de sermos capazes de perceber a complexidade desses limites. Não é trivial esse modelo de organização do mundo. Essas limitações não são triviais. Não é simples, não tem um modelo fácil que se organiza, que uma mudança de uma categoria ou de uma orientação processual ou jurisprudencial pode ser capaz de transformar... Não, o negócio é sofisticado, é bem-feito e se reatualizou a partir de contextos específicos.

Acho que precisamos nos permitir mergulhar nas limitações e entender essas limitações exatamente porque nós estamos aqui a despeito de tudo isso. Para mim interessa mergulhar na limitação – não porque eu vá construir a grande narrativa das oprimidas do acerca do Direito, direito pelo olhar das oprimidas. Não é isso não. É porque me interessa mais, na verdade, mergulhar nos limites. Quando você se dá conta do tamanho do limite e do tamanho da impossibilidade, você vai olhar para o lado e perguntar: “como é que esse pessoal estava agindo politicamente e sobrevivendo a despeito de tudo isso?”.

Quando você se dá conta do tamanho da limitação que é imposta, você se dá conta também do tamanho da potência que a nossa gente tem. Eu não olho para isso porque eu quero construir a grande narrativa das oprimidas acerca do Direito. Ao contrário, eu quero aprender, com meu pessoal, como é que elas conseguiram fazer nos tornar possibilidade diante de tamanha limitação. E, com isso, botar minha viola no saco, olhar para o tipo de limitação que me é apresentada hoje e ver qual é o tamanho real disso. Porque, a partir do momento em que eu boto as limitações em contexto, eu consigo ver também se eu não estou fazendo a encostada, porque pode ser que elas tenham lidado com limitações piores que a minha. Se eu não estou conseguindo produzir nada em resposta, a responsabilidade do dedo vira para o outro lado – a gente bota o dedo para lá, mas o dedo volta para cá também. Minha mãe me ensinou isso. A mãe preta é fundamental, “você não faz mais que sua obrigação”, ela vira logo, ela te ensina rapidinho a virar o negócio. Qual é a parte que eu não estou fazendo? Qual o tamanho que eu estou dando a essas limitações e o tamanho que eu estou dando a essas limitações serve a quem?

Eu tenho tentado fazer esse exercício de separar as perguntas, não para deixar de atentar às possibilidades, porque há um imperativo da vida que vai me obrigar a dar a resposta. Jurema vai virar e falar: “tudo bem, mas você é do campo do Direito, eu entro ou não entro com uma ação?”. “Com qual ação eu entro?”. “O que eu faço?”. Fica aí, teorizando bonita. Tá ótimo. Agora,

tem um problema concreto. Como nós resolvemos?”. “Essa pessoa está presa”. “Essa mulher perdeu o filho”. “Qual é a resposta que você me dá?”

Eu preciso pensar em alguma forma de atuação e incidência a partir desse lugar e que não reproduza aquilo que eu critico, óbvio. Para mim, a separação dessas duas dimensões tem sido informadora, inclusive desse percurso, desse caminho, dessa forma de responder.

[BIANCA SANTANA] Thula, obrigada de novo. Obrigada também à pessoa que mandou uma pergunta para vocês duas. Pesquisas acadêmicas, atuações nas escolas com práticas pedagógicas que colocam em pauta a branquitude, reforçando a presença dos privilégios podem ser uma contribuição de professoras e professores brancos?

[JUREMA WERNECK] Eu acho que cada um luta com o que tem. Se é lá que você pode lutar, faça. Acho que não tem fórmula. A escola deve ser o lugar de se fazer diferente, bem como fora dela. As pesquisas e as condutas acadêmicas, o que se ensina e se aprende fora da escola, tudo isso faz parte das dimensões de luta. Mas, para responder à pergunta, se isso é uma possível contribuição de branco, sim, como todas as outras. Voltando à primeira pergunta, **é preciso que cada um descubra quais ferramentas tem para lutar, e a use. Se tem a pesquisa, faça. Se tem o ensino, faça. Só não pode é não fazer.**

[THULA PIRES] Acho que é isso! **Além do não pode não fazer, não pode fazer só ali.** Por exemplo, enquanto investido dessa condição de educadora, eu faço isso, mas eu faço isso às custas da exploração de uma mulher negra na minha casa para que eu possa fazer isso. Aí já temos um problema. Aí já deixou de fazer. Assim você perdeu até a possibilidade do que aquela sua atuação na sala de aula, no espaço da escola, poderia ter produzido. Porque nós formamos uns aos outros de várias maneiras. **Pensar nesse processo formativo demanda de nós essa transformação radical, completa, ampla, sem graduação e sem local confortável para fazer.** É importante fazer isso nas escolas que têm uma coordenação que banca esse projeto político pedagógico, mas eu quero saber se vão fazer nas escolas em que a direção vai criar uma série de problemas, entraves e perseguições para que esse trabalho seja feito. E

que tipo de articulação você vai fazer a partir disso? Eu, obviamente, não estou defendendo que se engula sozinha esses assédios, mas que diante de um ambiente não tão confortável para a produção desse tipo de incidência, como nos articulamos, nos reorganizamos, nos retroalimentamos, nos fortalecemos para viabilizar que isso seja feito na vida, nos mais diversos espaços.

É o que a Jurema falou: isso só é possível quando você entende que não dá para não fazer. A partir do momento que isso entra no lugar do “o que não pode é não fazer”, aí a coisa já começa a se abrir para ir para esse lugar.

[BIANCA SANTANA] Maravilha. Vou aproveitar que não recebemos mais perguntas por enquanto e retomar, Thula, a forma como você encerrou a sua resposta anterior, quando lembrou da mãe preta que falou “não faz mais do que a sua obrigação”, e que nós estamos aqui em um contexto muito mais confortável do que aquele que as mulheres que vieram antes de nós e têm preparado os caminhos. As nossas condições foram criadas, como você disse, pela Jurema Werneck, pela Lúcia Xavier, pela Sueli Carneiro. E aproveito para compartilhar que não só essa conversa, mas o *chat*, aparentemente, também está maravilhoso porque lá, nos assistindo, estão Sueli Carneiro, Vilma Reis, Márcia Lima... Então, a responsabilidade vai aumentando e a coisa fica ainda mais complicada. Daí, aproveito para saudar e honrar essas mulheres maravilhosas que nos ensinam tanto e que, de forma generosa, nos dão bronca e abrem o caminho, nos colocando no lugar. Nós precisamos sempre agradecer e bater cabeça, sim.

Thula, pegando esse seu gancho de que, em condições muito mais difíceis, as nossas já fizeram, provavelmente, mais e melhor do que a gente está fazendo agora, eu tomo a liberdade, Jurema, de te pedir para falar um pouco de Tia Ciata, da imagem da lalodê. Eu sei que a sua tese de doutorado é lá de 2007, se não me engano, mas ela é tão atual na nossa leitura de mundo, que eu acho que pode ser muito interessante para as pessoas compreenderem melhor isso que a Thula traz.

[JUREMA WERNECK] É uma tese lá de 2007 mesmo, e eu sempre gosto de lembrar dela. Primeiro, você falou “figura da lalodê”. O que é a lalodê? lalodê é um título, uma definição, uma condição, que foi trazida do século IV a.C., atravessou o século da experiência africana, atravessou a invasão colonial no continente, atravessou o navio negreiro, atravessou a senzala e está presente

no século XXI, em 2020, no Brasil e no mundo. Quem é a Ialodê? Ialodê é o título da representante das mulheres africanas de origem iorubá, das mulheres negras na esfera pública. Ela é a porta-voz das mulheres. É aquela que fala pelas mulheres do conselho. Ialodê é também, na tradição do candomblé, um título que Oxum e Nanã recebem nessa potência. Esse título, essa definição, percorreu do século IV a.C. toda a história da diáspora africana até aqui, porque faz sentido.

Ialodê poderia ter morrido, como nós morremos, poderia ter desaparecido, como nós desaparecemos, mas isso foi guardado como um tesouro nosso, porque isso fala, nessa trajetória de potência da voz da mulher na participação e na presença. Eu digo isso chamando a atenção que mulher negra nessa experiência diaspórica é menos que nada. O discurso hegemônico coloca a posição da mulher negra como menos que nada. Mas nós sabíamos, e trouxemos essa potência atacada, vilipendiada, e preservamos essa potência até aqui.

Tia Ciata era uma mulher baiana que chegou ao Rio de Janeiro no início do século XX. Viveu nessa cidade, em uma região que um membro daquela comunidade chamou de “África em miniatura” – foi Heitor dos Prazeres¹⁴⁷ que chamou de África em miniatura, porque era um conjunto, uma diáspora negra baiana, no centro da cidade do Rio de Janeiro, na região onde é o Porto. Depois, alguém chamou de “Pequena África”. Todo mundo que chegava parava ali. Depois, essa comunidade se mudou e se expandiu até a Praça Onze – pelas mudanças do centro do Rio –, e Tia Ciata ficou conhecida como uma mãe de santo muito famosa. E não apenas como mãe de santo ela ficou famosa. Ela passou pela história por ter curado o presidente Venceslau Brás¹⁴⁸ de uma ferida que ele tinha na perna – ele estava desenganado, ia morrer daquela doença. Então, pessoas que frequentavam a casa dela pediram para ela ir lá no palácio para tratar do presidente. Ela, como boa mãe de santo, disse: “ele que precisa, ele que venha aqui”. Mas aí teve toda uma diplomacia para dizer: “mas, minha mãe, o presidente, na casa de candomblé, na Praça Onze...”. Ela concordou, foi, tratou do presidente e o curou. No final da história, o presidente curado perguntou para ela o que ela queria em troca. Ela disse: “eu quero um emprego para o meu marido”.

Ela, junto com esse marido, tinha cerca de oito filhos e toda uma comuni-

147 Heitor dos Prazeres (1898-1966) foi um pintor, compositor e cantor carioca, pioneiro e fundador de algumas das principais escolas de samba do Rio de Janeiro, como a Portela e a Mangueira.

148 Venceslau Brás (1868-1966) foi o nono presidente do Brasil, no período de 1914 a 1918, representante da política do café com leite.

dade para cuidar... O marido dela conseguiu um emprego na Guarda Nacional da época. Uma coisa muito interessante. O que significava, naquele início do século XX, em uma casa de candomblé, uma mãe de santo ter um marido da Guarda Nacional? Significava que a festa do terreiro era protegida pela Guarda Nacional. Em um tempo em que a polícia, o Estado brasileiro, invadia as casas de santo, derrubava, prendia, quebrava, vilipendiava e atacava.

Na casa dela, tinha também samba, tinha também choro. Pixinguinha¹⁴⁹, Heitor dos Prazeres, João da Baiana¹⁵⁰, Elizeth Cardoso¹⁵¹ – todos são descendentes dessa casa, dessa comunidade. Uma casa muito criativa na música. Mas ela ficou conhecida como a dona da casa onde se cantou e se inventou o primeiro samba da história, que era “Pelo telefone”¹⁵² – que pelo ritmo não é nem um samba. Ela ficou para a história como se na casa dela tenha sido criado o primeiro samba: “O chefe da polícia, pelo telefone, mandou me avisar”.

O que tem de bacana nisso tudo? Tem muita coisa bacana. A coisa que eu acho mais bacana é que obviamente o samba não foi inventado na casa de Tia Ciata. Mas ela é tão influente até hoje que dezenas de historiadores escrevem isso nos livros. As pessoas dão entrevistas falando que o samba foi inventado na casa de Tia Ciata.

E por que eu digo que não foi inventado? Porque outros documentos históricos do caminho dos africanos pela diáspora das Américas e do Caribe encontram referências da palavra samba na Argentina; antes da derrubada dos regimes da escravidão em Cuba; no Caribe todo; no Brasil. O Brasil tem dezenas de formas de samba. O samba que Jackson do Pandeiro¹⁵³ trouxe da Paraíba, o samba de Pernambuco, o samba de coco, o samba de todos os lugares. Mas Tia Ciata é tão influente, que quem é que diz que o samba não foi inventado na casa dela? Eu estou falando isso, “ah, porque é uma mentira”. Não, é a potência da influência dessa mulher, que narra uma história dentro da história. Não é a questão de onde é que o samba foi inventado, porque antes

149 Pixinguinha (1897–1973) foi um arranjador, compositor, multi-instrumentista e maestro carioca. Um dos principais nomes da música popular brasileira, especialmente do choro.

150 João da Baiana (1887–1974) foi um compositor, instrumentista, pintor, passista e cantor carioca de grande destaque na música popular brasileira nas primeiras décadas do século XX.

151 Elizeth Cardoso (1920–1990) foi uma cantora carioca considerada uma das maiores intérpretes da música brasileira.

152 Pelo telefone. Compositores: Donga e Mauro de Almeida. 1917.

153 Jackson do Pandeiro (1919–1982) foi um compositor, cantor e multi-instrumentista alagoano, que ficou conhecido por seu trabalho em unir diferentes gêneros da música brasileira – o que lhe valeu a alcunha de “Rei do ritmo”.

de ele ser inventado ele já existia. E antes de Tia Ciata chegar ao Rio de Janeiro já existia também. Nós, negros e negras daquele tempo não ficamos esperando Tia Ciata viajar para o Rio de Janeiro para inventar o samba aqui. Já existia, porque é uma tradição que vem conosco, veio de tudo quanto é lugar.

Mas essa mulher tão potente, que curou o presidente, que teve, em um período difícil da história do racismo religioso no Brasil, sua casa protegida pela Guarda Nacional, essa senhora é a dona do quintal onde o samba foi criado. Mas tem um detalhe: essa potência não escapou, o racismo patriarcal heteronormativo continua agindo aí, apesar da potência dessa mulher. Ela é a dona do quintal. Ainda que notícias digam que ela estava na roda onde o improviso foi criado em torno do próprio “Pelo telefone”, ou seja, ela inventou também um pedaço, ela estava na roda, ela participava, ela versava, ela não aparece como autora. A autoria ficou aprisionada pela indústria cultural como coisa de homens. Mas ela é a dona do quintal e na casa dela inventou-se o samba. Eu acho isso muito potente, acho que tem mil significados nessa história. Obrigada, Bianca, por me fazer contá-la um pouquinho.

[BIANCA SANTANA] Eu quem agradeço, Jurema. Eu confesso que fiz em benefício próprio, porque eu já havia lido muitas vezes, mas nunca tinha te ouvido. Então, eu estou aqui me deleitando. Muito obrigada.

Thula, várias falas do encontro reforçaram um lugar da exploração da mulher branca sobre a mulher negra, se beneficiando do trabalho doméstico para reforçar um lugar de poder. Qual lugar a trabalhadora doméstica ocupa na estrutura? De que forma construir relações dignas de trabalho e de relação, mantendo o trabalho doméstico, considerando que a relação de poder e privilégio não muda estruturalmente ainda assim?

[THULA PIRESI] Ah, gente, considerar o trabalho doméstico um trabalho. Tratar a trabalhadora doméstica como você gosta de ser tratada enquanto trabalhadora. Eu vi muita gente com discurso progressista ser incapaz, nesse contexto de covid-19, de dar à trabalhadora doméstica o tratamento que exigia de seus próprios empregadores. Se não há – e eu ouvi muita gente falar isso – condições de exercer a minha função de maneira remota, e estamos em pandemia, é obrigação do empregador garantir o sustento dessa pessoa, continuar pagando para que essa pessoa continue viva. **Só que as hierarquizações de**

humanidades entre nós são tão orientadoras das nossas relações, que muita gente foi capaz de exigir do empregador esse tipo de postura, enquanto reproduzia sobre a trabalhadora doméstica exatamente o oposto daquilo que considerava razoável.

Como a minha obsessão por Lélia Gonzalez já é conhecida, posso dizer que foi com ela que aprendi a fazer uma interpretação do Brasil a partir das trabalhadoras domésticas. Aprendi com ela a ler processos políticos jurídicos também com as trabalhadoras domésticas. **Todo o processo de rejeição à proteção jurídica a esse trabalho é muito revelador do funcionamento do Direito como um todo, da racionalidade jurídica como um todo, inclusive, no momento em que, muito tardiamente, se vai constitucionalizar essa proteção.** Os termos da constitucionalização tardia. Nem no século XXI nós fomos capazes de conferir exatamente a essas trabalhadoras domésticas as mesmas proteções que damos a outros trabalhadores. E quando eu falo “nem no século XXI”, não é porque se esperava uma coisa diferente do racismo, mas é porque é revelador desse contínuo, e é revelador do tipo de acúmulo que essa categoria – e aí eu estou falando dos operadores do Direito e não das domésticas – é capaz de produzir, do tipo de negociação que é feita, porque só se consegue avançar, minimamente, em algumas dessas garantias, se essas garantias se converterem em isenção fiscal, se essas garantias se converterem em algum tipo de benesse ou privilégio para as mulheres brancas. Tenha dó, gente! Tenha dó! O negócio está desenhado.

Tem uma jovem pesquisadora, com quem eu aprendo muito, na UnB – Universidade de Brasília, que é a Juliana Araújo, que tem trabalhos belíssimos¹⁵⁴, pegando exatamente a trajetória do trabalho doméstico para pensar uma série de dimensões dessa racionalidade jurídica mais ampla, do funcionamento do Direito, dos operadores do Direito, dos processos de constitucionalização, enfim, todos esses aspectos que essa condição a que nós submetemos, reproduzimos e mantemos as trabalhadoras domésticas nos oferece.

Eu tenho duas formas de perceber o funcionamento do Direito, que, para mim, são muito reveladoras do todo; não porque me colocam com um microscópio o vilipêndio específico que essas gerações engendram, mas porque eu acho que elas são efetivamente muito mais reveladoras do funcio-

¹⁵⁴ LOPES, Juliana Araújo. *Constitucionalismo brasileiro em pretuguês: trabalhadoras domésticas e lutas por direitos*. 2020. 329f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, 2020.

namento geral do que das suas condições específicas. Uma é o trabalho doméstico. **O trabalho doméstico, para mim, é por onde nós conseguimos entender, do ponto de vista jurídico, tanto da luta política de construção de norma jurídica de proteção quanto do tipo de proteção que se vai dando, como se vai dando e como se deixa de dar, do momento em que não havia essa proteção normatizada ao momento em que ela é normatizada. É muito mais indicativo não da situação específica das trabalhadoras domésticas, mas do funcionamento em geral do Direito.** Elas dizem muito mais de toda a relação capital *versus* trabalho do que nós imaginamos. Para mim, a mais bem acabada representação do que esse capitalismo racial patriarcal tem e incide sobre as nossas vidas. E ali não tem cortina de fumaça. Exatamente por isso é que nós conseguimos entender o que nós fazemos conosco quando submetemos essas mulheres ao que as submetemos, que tipo de sistema econômico nós sustentamos quando submetemos essas mulheres a esse tipo de condição de trabalho.

Eu tento, sempre que acho que estou dando uma viajada, perdendo um pouco o pé no chão, eu olho para isso e olho para as prisões. Não para aprender com a realidade prisional as especificidades do contexto da privação de liberdade no Brasil, mas porque eu também vejo a prisão como uma das melhores representações do que nós somos enquanto sociedade. Porque a prisão também nos diz muito daquilo que nós, todo mundo, cada um e cada uma aqui nesse lugar, somos capazes de nos acumpliciar também. Porque todos nós dormimos com a prisão seguindo sendo uma opção política. Todos nós! E por isso ela diz muito mais do tipo de pacto político que nós somos capazes de produzir. O quanto a nossa imaginação política sobre democracia é tacanha. O quanto a ideia de República, de liberdade, é frágil, não é nada. Porque nós conseguimos dormir – nós, todo mundo – com a prisão seguindo nos termos em que ela segue sendo uma realidade, que é sustentada por quem está fora dela, por isso eu estou colocando cada um de nós, porque nem isso, nem essa discussão eles têm acesso lá dentro agora, não posso nem colocá-la. Com o índice de encarceramento que nós vivenciamos nas últimas décadas, de um projeto de estabilidade democrática progressista no campo mais orientado ao centro-esquerda tendo sido responsável pelo encarceramento que cresceu mais de 700%, um encarceramento feminino que, em 10 anos, responde a um outro modelo de inviabilidade para nós, outras dimensões do genocídio sendo acirradas a partir daí? Isso é muito mais indicativo do que nós somos, nós que estamos do lado de

fora. Do ponto de vista da racionalidade político-jurídica, dessa atuação do Estado conosco e da gente em relação a nós, tendo o Estado, de alguma forma, como ponto de referência, eu tenho esses dois aspectos como fontes de leituras muito duras, mas, ao mesmo tempo, muito concretas sobre o que é o Estado brasileiro, o que é o Direito brasileiro, o que é a sociedade brasileira. Acho que o trabalho doméstico é fundamental, e a prisão também.

IBIANCA SANTANA Thula, eu vou tomar a liberdade de pegar um gancho quando você fala de prisão, para lembrar também a sua primeira fala que diz respeito à nossa sobrevivência. Quando falamos de trabalho doméstico e de prisão, não estamos falando de nada distante de nós. As nossas familiares próximas são ou foram empregadas domésticas, se é que algumas de nós, que hoje estão em outros espaços, também não foram empregadas domésticas. E nossos entes queridos estão encarcerados.

Os meus filhos estudavam em uma escola com muitas crianças brancas e mudaram, há dois anos, para uma escola de maior parte de crianças negras. A Cecília, minha filha, aos 6 anos de idade, um dia voltou para casa e falou: “mãe, nessa escola nova eu não sou a única. Todos os meus amigos têm ou um irmão ou um pai ou um tio que também está na cadeia”. Isso, talvez, seja também uma marca importantíssima daquilo que você trouxe na sua fala inicial sobre a partir de que lugar nós falamos da estrutura racista da sociedade brasileira, de algo que é sobre a nossa própria sobrevivência. Muito obrigada, Thula, de novo.

Nosso tempo está acabando, infelizmente, pois eu ouviria vocês duas a noite toda com alegria. Então, antes de convidá-las para as considerações finais, eu vou fazer uma última pergunta.

Diante da estrutura, pessoas negras têm, historicamente, criado um movimento no sentido de desmantelá-la, mas os mecanismos de manutenção por parte dos sistemas da branquitude e dos sujeitos brancos vêm se sofisticando. Para vocês, quais são as contradições centrais dos indivíduos brancos que se dizem comprometidos com o antirracismo? O que eles ainda não estão enfrentando para avançar no desmantelamento do racismo estrutural?

ITHULA PIRES Contradições: eu acho que a principal contradição – eu não sei se eu chamaria de contradição, mas vou tentar dialogar com a questão que

foi trazida a partir de um lugar que eu tenho também pensado que se articula não sei se à ideia contradição, exatamente, porém tem algum caminho de conversa. Tudo isso que nós estamos falando só é possível se as pessoas estiverem efetivamente dispostas a bancar o que significa essa transformação, essa ruptura radical. Isso significa que essas pessoas passem a se perguntar se estão dispostas ou não – isso quando dá para fazer do ponto de vista reflexivo. Na ação não dá tempo para isso, nós não mudamos o final, não dá para mudar o roteiro em ação; mas nós estamos aqui, em tese, em um contexto que permite um exercício de reflexão. **Uma maneira interessante de pensar isso é: o que as pessoas brancas que estão ouvindo tudo isso e que estão firmando um compromisso em relação à luta antirracista, esperando de nós? Que tipo de comportamento?**

Quando essas pessoas brancas são capazes de dizer: “no meu espaço de trabalho, eu vou defender a ampliação de vagas de pessoas...”, que tipo de comportamento elas esperam de nós quando elas falam isso? Outra sugestão que eu queria fazer para essas pessoas é: mude esse comportamento e coloque nos nossos corpos um comportamento que você teria diante dessa situação. Aí, pergunte de novo se você estaria disposta a bancar ou não.

Vamos voltar para a doméstica. Situação muito específica: “olha o contexto de covid”, “proteção da vida em primeiro lugar”, “que história é essa de separar a atividade econômica de produção da vida?”, “é isolamento”, “é a única forma de produzir” e “blá blá blá”. Quem está defendendo esse discurso pode, diante das mulheres que trabalham na sua casa, dizer: “Menina, eu fico consternada, eu fico sem jeito. Mas é porque, assim, eu fico sem graça de tirar o trabalho dela em uma hora dessa em que ela vai precisar mais, que vai ser mais difícil ter trabalho, por isso, eu mantive. Eu a mantive trabalhando na minha casa nesse contexto, porque eu fiquei imaginando o que seria dela sem o trabalho. Se eu tiro o trabalho doméstico, que é a função dela, como é que eu lido com a subsistência dela? Cheia de filhos, gente. Eu mando tanta roupa para os filhos dela, eu mando material escolar, eu mando tudo isso...”. E qual é o comportamento que essa mulher espera? Que essa trabalhadora agradeça por ter tido a sua função mantida nesses termos.

Eu queria que ela [a mulher branca] firmasse esse compromisso antirracista imaginando que essa mulher [a trabalhadora doméstica] daria a ela a resposta que ela deu ao empregador dela, que é outra.

Vamos um pouco mais fundo. Segurança pública. Discussão de segurança pública: “é um absurdo essa política de drogas”, “rapaz, essa política de drogas

que está aí, que encarcera”, “seletividade penal”, “sou contrária a tudo isso”. As pessoas falam isso imaginando de nós que tipo de comportamento? Eu queria que essas pessoas se vissem submetidas à violência diuturnamente. Que comportamento elas esperam delas mesmas? O que elas consideram razoável, de como agir diante da submissão do vilipêndio como norma? E diante desse tipo de postura nossa em relação a elas, eu quero que elas reflitam que esse modelo é inaceitável, é um modelo que elas vão romper, inclusive, com as próprias vidas, botando as próprias vidas em jogo. Acho que esse é o ponto que pode nos oferecer um caminho de atuação distinta do que nos trouxe até aqui.

Eu não sei se isso é contradição, mas é assim um pouco o que eu tenho visto, tentar ver se essas pessoas se perguntam que tipo de postura nossa elas têm em conta. **Porque isso diz muito da imagem que elas têm sobre nós, das hierarquizações de humanidade que são mantidas, inclusive em alguns discursos que se enunciam do ponto de vista antirracista. E esperando de nós uma reação que seja nada mais e nada menos que humana, diante do grau de violência que nós somos submetidas. Se elas são capazes de manter esses mesmos compromissos, essa mesma atuação. Acho que esse é um caminho possível para nós ganharmos confiança.**

JUREMA WERNECK Eu acho que o que Thula diz, entre outras coisas, é que há uma contradição aí. Ou, pelo menos, duas. **Uma é a contradição de acreditar que a mudança existe sem mudar, que mudança é confortável, que dá para mudar, mas estando bem. Não. É romper com um aniquilamento.**

Essa situação da trabalhadora doméstica lembra o que é o racismo patriarcal operando sobre uma mulher e atingindo toda uma comunidade. O principal motor econômico das comunidades negras tem sido, ao longo dos séculos, depois do fim do regime de escravidão, o trabalho doméstico. Ou seja, ataca a mulher. O racismo patriarcal visa destruir a mulher, porque através dela destrói a comunidade. O encarceramento é um *plus*. Ele retira a possibilidade de resistência dos homens, inclusive. O encarceramento, o tiro, a morte violenta. Sendo assim, eu acho que essa é uma contradição: **a mudança não é confortável.**

Há uma segunda contradição, que é esperar que pensemos na branquitude. Por que eu tenho que pensar? Vou seguindo a linha de raciocínio da Thula em relação ao Direito, no Direito Revolução Francesa e no Direito Haiti. Eu tenho que pensar neles ou eu tenho que pensar no meu próprio caminho?

Não é que eu não possa fazer isso, mas essa expectativa de que a nossa formulação tem que se dirigir a esse eixo, de ter o branco como espelho, como guia, como eixo do pensamento, da ação, do ativismo... Acho que esperar isso é uma contradição também. **Na verdade, nós estamos fazendo o nosso papel. Agora, façam o seu próprio. Nós vamos nos encontrar na luta, mas não vou encontrar na prestação de mais esse serviço. É muita prestação de serviço.** Acho que essa contradição precisa ser apontada e denunciada, e precisa romper com ela também. Não é certo, não é justo, não é desejável que prestemos esse serviço.

Nós estamos pensando a vida, a sobrevivência, o mundo de uma forma. É preciso que as outras pessoas também pensem a vida, a sobrevivência e o mundo a partir do seu próprio sapato, do seu próprio chapéu, e nós nos encontramos nesse caminho de construção do novo mundo. Porque senão é muito para deixar aqui nas costas negras. Nós já temos pensado a vida de muitas formas e está tudo aí. Nós temos pensado, temos narrado com diferentes linguagens. Nós narramos na tese, nós narramos na crônica, nós narramos na dança, nós narramos na culinária, nós narramos na indumentária. **Nós narramos como projetamos a vida e o caminho de encontrar a vida. Está narrado aí. Na forma como vivemos a religiosidade etc. Nós produzimos, narramos e disponibilizamos. Abrimos o livro para todo mundo ver, mas como minha mãe sempre dizia: “é preciso ter olhos de ver”. Nós fizemos a nossa parte, mas é preciso que as outras pessoas façam também a parte delas.** Nós temos que romper com essa contradição.

[BIANCA SANTANA] Olha, eu como mediadora, sou uma excelente tiete. Não cuidei do tempo, o tempo estourou, nós estamos atrasadas, mas, cada uma de vocês, poderia fazer as considerações finais? Começando por Jurema.

[JUREMA WERNECK] Como eu disse é um privilégio. Eu sempre fico muito honrada de encontrar Thula, Bianca. Bianca é uma mediadora, com olhar agudo, ela sabe o que está fazendo. Acho que essa é uma vantagem. Acho que esse encontro aqui também tem uma vantagem. A vantagem da palavra aberta. Nós viemos aqui dar a nossa contribuição. Nós viemos aqui e entregamos o que tivemos condição de entregar. Tem coisas que são nossos segredos. Tem coisas que não vamos entregar, mas entregamos o que tivemos

condição de entregar. Eu espero que isso seja útil. Eu espero que isso vá adiante. Eu espero que isso gere alguma coisa. É como eu disse, desde o princípio: **é preciso acabar com esse mundo e fazer outro e é preciso fazer agora**. Então, bora lá! Mais uma vez, muito obrigada pela oportunidade. É um prazer estar com vocês aqui.

[THULA PIRES] Eu queria agradecer muito o privilégio também de dividir esse espaço com Bianca, com Jurema. Eu e Bianca estamos dividindo um espaço em que não estamos chorando, o que é bom porque nós gostamos de quê? De se acabar de chorar quando nos encontramos nesses eventos.

[JUREMA WERNECK] Lembrando que Vilma Reis diria: “salve nós e as águas!”

[THULA PIRES] Exatamente! E não só o privilégio de ter, diretamente, Jurema nessa conversa, chamando a responsabilidade. Muito diretamente, enquanto presença, enquanto história, enquanto referência, e ter Bianca no lugar de saber que é uma geração que se constitui e que não está sozinha também. É um pouco de responder, de prestar contas em conjunto, amparada. Ser amparada de diversas formas. Isso é tão raro conseguir, ter algum tipo de atuação no mundo com esse tipo de amparo, um amparo que cobra, mas oferece a possibilidade de você fazer, e daquele que faz junto contigo, sem o qual você não conseguiria fazer, que é geracional.

É um privilégio ter esse cuidado nesse momento. De nesse momento, com esse cuidado, conseguir vocalizar produções de tanta gente, de tanto tempo. Eu não inventei a roda, nada do que está aqui é meu, é tudo reprodução, um pouco de uma série de trajetórias, e pensamentos, e costuras e pessoas. E dar corpo a isso é também um privilégio. E alimentar a possibilidade de construção desse outro mundo, desses caminhos, desses caminhos que confluem em direção à vida, que nos orientem, que nos reorientem para o caminho da liberdade. Que nós possamos chegar perto de Lélia Gonzalez, de Beatriz Nascimento, de minha Iyá Beata, com um pouco mais de tranquilidade, daquilo que ficou, do que foi pavimentado por nós. Nós vamos precisar que cada um e cada uma assuma a sua responsabilidade política para que nós tenhamos esse tipo de descanso, esse tipo de

sensação no final desse jogo, no final dessa caminhada. Portanto, dividir com vocês essa alegria.

Agradecer ao Ibirapitanga por promover esse encontro, essa possibilidade. Agradecer a atenção de tanta gente querida e tão responsável por tudo isso que estamos falando e, como Bianca falou, contar com a possibilidade de produzir essa outra realidade de maneira mais complexa e completa. Logo, que está osso!

IBIANCA SANTANA Jurema Werneck, Thula Pires, muito obrigada. “Viva nós e as águas”, Vilma Reis. Obrigada também à equipe técnica que ficou aqui nos bastidores. Obrigada à equipe do Ibirapitanga. Obrigada a quem acompanhou essa nossa roda e todo o encontro “Branquitude: racismo e antirracismo”. Thula, eu não chorei, mas eu segurei, porque quase foi umas duas vezes. Obrigada, gente! Foi muito lindo.

4. Participantes e suas contribuições ao antirracismo

Nesta seção, elencamos por participante, sua minibiografia e suas principais produções [textuais e/ou em áudio] que indicamos como referências para aprofundamento do conhecimento sobre os temas basilares da discussão proposta neste caderno: raça; racismo; antirracismo; negritude; branquitude.

ANA PAULA LISBOA é a mais velha de quatro irmãos, filha de dois pretos. Favelada e carioca de nascimento, atualmente divide a vida entre o Rio de Janeiro e Luanda, onde dirige a Aláfia e a Casa Rede, espaços de produção de arte e cultura na capital angolana. Escritora desde os 14 anos, se define como artista textual, utilizando da palavra escrita e falada, sempre no desejo da visibilização na narrativa e gramática negra no mundo. Ana escreve na newsletter Cabeça de Sardinha para o Segundo Caderno do jornal O Globo.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

LISBOA, Ana Paula. *Artigos de sua coluna no jornal O Globo*. O Globo. 2015-2021. Disponível em: <<https://glo.bo/2UMnYon>>

BIANCA SANTANA é jornalista e escritora. Doutora em ciência da informação e mestre em educação pela Universidade de São Paulo. Autora de “Quando me descobri negra” e de uma biografia de Sueli Carneiro, em processo de edição. Pela UNEafro, colaborou com a articulação da Coalizão Negra Por Direitos e fundou o Instituto de Referência Negra Peregum. Hoje se dedica à estruturação da Casa Sueli Carneiro, voltada a expandir a conexão com outras organizações que atuam no fortalecimento da memória da diáspora negra, no Brasil e na América Latina.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- SANTANA, Bianca. *Continuo preta: a vida de Sueli Carneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- _____. *Branquitude crítica: sem tempo, irmão*. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3wEbEnn>>.
- _____. *Magazine Luiza e um passo de ruptura com o pacto da branquitude*. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2VEerk1>>.
- _____. *Nossa negritude de pele clara não será negociada*. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2VEerk1>>.
- _____. *Nosso trono não será usurpado*. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3k-gQPxD>>.
- _____. *Um chamado aos brancos*. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3i4U5aS>>.
- _____. *Carta a homens brancos de esquerda*. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2T8aWBm>>.
- _____. *Cara pessoa branca, você consegue não estar sempre no centro?* 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2VAJNYD>>.
- _____. *Quem lava sua privada?* 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3yN9JPo>>.
- _____. *Quando me descobri negra*. São Paulo: Editora SESI, 2015.

CIDA BENTO, é diretora do CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. É doutora em psicologia pela USP, onde formulou a tese “Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público”. É professora visitante na Universidade do Texas, nos Estados Unidos.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- BENTO, Maria Aparecida Silva. Experiências inovadoras de maximização das oportunidades de trabalho para negros e mulheres. In: SILVA JUNIOR, Hédio (org.). *O papel da cor/raça/etnia nas políticas públicas de promoção da igualdade*. São Paulo: Ceert, 2003. p. 10-32.
- _____. (org.). *A cor do Silêncio*. In: *Ashoka empreendedores sociais: Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, 2003. v. 1, p. 99-110.
- _____. *Pactos Narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 169f. Tese (Doutorado) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- _____. (org.). CARONE, I (org.). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento*. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2002. v. 1. 189p.
- _____. *Cidadania em preto e branco: discutindo as relações raciais*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- _____. GUIMARÃES, A. S. A. ; HUNTLEY, L. Racismo no trabalho: o movimento sindical e o estado. In: GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (org.). *Tirando a máscara: ensaio sobre o racismo no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1, p. 325-342.
- _____. (org.). *Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

DEIVISON FAUSTINO é mestre em Ciências da Saúde – Epidemiologia pela Faculdade de Medicina do ABC e doutor em Sociologia pela UFSCar. É professor adjunto da UNIFESP – Campus Baixada Santista e foi professor visitante na Universidade de Connecticut. É coordenador pedagógico do Instituto Amma Psique e Negritude e autor do livro “Frantz Fanon: um revolucionário particularmente negro”.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- FAUSTINO, Deivison. Notas sobre a sociogenia, o racismo e o sofrimento psicossocial no pensamento de Frantz Fanon. In: *Revista Eletrônica Interações Sociais*, Porto Alegre: FURG, v. 4, p. 10-21, 2020.
- _____. GONÇALVES, R. A nova pandemia e as velhas relações coloniais, patriarcais e racistas do capitalismo brasileiro. In: *Lutas Sociais*, São Paulo: PUCSP, v. 24, p. 275-289, 2020.

- _____. Revisitando a recepção de Frantz Fanon: o ativismo negro brasileiro e os diálogos transnacionais em torno da negritude. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e política*, São Paulo: Cedec, v. 1, p. 303-331, 2020.
- _____. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. In: *Ser Social*, Brasília: UNB, v. 20, p. 148-163, 2018.
- _____. *Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro*. 1. ed. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2018.
- _____. RIBEIRO, M. Negro tema, negro vida, negro drama: estudos sobre masculinidades negras na diáspora. In: *Revista Transversos*, Rio de Janeiro: PPGH-Uerj, v. 10, p. 163-182, 2017.
- _____. A práxis e a consciência política e social em Frantz Fanon. In: *Lutas Sociais*. São Paulo: PUCSP, v. 19, p. 158-173, 2015.
- _____. O encarceramento em massa e os aspectos raciais da exploração de classe no Brasil. In: *Revista PUC viva*, São Paulo: PUCSP, v. 39, p. 14-25, 2012.
- _____. O que Fanon disse, afinal? Lewis Gordon e a defesa de uma abordagem fanoniana. In: *Plural*, São Paulo: PPGS-UFScar, v. 22, p. 247-253, 2015.
- _____. A emoção é negra e a razão é helênica? Considerações fanonianas sobre a (des)universalização do. In: *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba: UTFPR, v. 1, p. 121-136, 2013.

JUREMA WERNECK é médica, autora e doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Feminista negra e ativista do movimento de mulheres negras brasileiro e dos direitos humanos, é a diretora executiva da Anistia Internacional Brasil desde 2017. Em 2006, publicou o livro “Saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe”.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- WERNECK, Jurema. Quem Vai Dizer o Nome Dela? Sobre violências, aniquilamentos e mulheres negras. In: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; VARGAS, João Costa Helion (org.). *Motim: horizontes do genocídio antinegro na Diáspora*. 1. ed. Brasília: Brado Negro, 2017. v. 1, p. 1-196.
- _____. Intersecções de raça/etnia, gênero e classe: faces cotidianas e teóricas. In: ASSIS, Luzinete Simões Minella, FUNCK, Susana Bornéo (org.). *Entre lugares e mobilidades: desafios feministas*. 1. ed. Tubarão: Editora Copiart, 2014. v. 3, p. 319-328.
- _____. É preciso imagem para recuperar a identidade: histórias de nós, mulheres negras e processos de aniquilamento. In: SILVA, Daniele Andrade da; HERNÁNDEZ, Jimena de Garay; LOPES JR, Aureliano Lopes; UZIEL, Anna Paula (org.). *Feminilidades: corpos e sexualidades em debate*. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 39-48.
- _____.; IRACI, Nilza; CRUZ, Simone (Org.). *Mulheres negras na primeira pessoa*. 1. ed. Porto Alegre: Redes Editora, 2012. v. 1. 158p.

- _____. Mulheres negras brasileiras e os resultados de Durban. In: DE PAULA, M; HERINGER, R (org.). *Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll / Aconaid, 2009. p. 111-136.
- _____. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: VERSCHUUR, Christine (org.). *Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux*. 1. ed. Genève / Berne: Institut de Hautes Études Internationales et du Développement, 2009. p. 151-163.
- _____. Algunas consideraciones sobre racismo, sexismo y la tecnología eugénica. In: AUGUSTEN, F. et al. (org.). *Un Mundo Patentado?: La privatización de la vida y el conocimiento*. 1. ed. Córdoba: Fundación Via Libre, 2005. p. 197-204.
- _____. Iniquidades raciais em saúde e políticas de enfrentamento: experiências do Canadá, Estados Unidos, África do Sul e Reino Unido. In: Fundação Nacional de Saúde/ FUNASA (org.). *Saúde da População Negra no Brasil*. Brasília: 2005. p. 315-386.
- WERNECK, Jurema. O belo ou o puro? Racismo, eugenia e novas (bio)tecnologias. In: ROTANIA, A. A (org.). *Sob o Signo das Bios: vozes críticas da sociedade civil*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers serviços editoriais, 2004. v. 1, p. 49-63.

LIA VAINER SCHUCMAN é doutora em Psicologia Social pela USP, com estágio de doutoramento pela Universidade da Califórnia. É autora dos livros “Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo” e “Famílias Inter-raciais, estudo psicossocial das hierarquias raciais em dinâmicas familiares”. É professora adjunta da UFSC.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- SCHUCMAN, Lia Vainer. *O que o ‘medo branco’ tem a dizer sobre lugar de fala, raça, Beyoncé e cancelamento: para pesquisadora, reação de pessoas brancas a polêmica racial reflete temor de se ver como alvo de deboche*. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3kf7TCK>>.
- _____. *Qual é o papel dos brancos na luta antirracista?* [Entrevista concedida a] Juliana Domingos de Lima. Nexo Jornal, São Paulo, 2020.
- _____. *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. Salvador: EDUFBA, 2018.
- _____. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Veneta, 2016.

LIV SOVIK é professora titular da Escola de Comunicação da UFRJ. É formada em Letras – Língua Inglesa em Yale e doutora em Ciências da Comunicação pela USP. Foi pesquisadora visitante em Goldsmiths, Universidade de Londres e na Universidade de Columbia, Nova Iorque. Organizou a coletânea de trabalhos de

Stuart Hall, “Da diáspora: identidades e mediações culturais”, é autora de “Aqui ninguém é branco” e de “Tropicália Rex: Música popular e cultura brasileira”.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- SOVIK, Liv. Através do olhar da representação: sobre estereótipos e comunicação. In: *Revista Heterotopías*, Córdoba: Universidad Nacional Córdoba, v. 3, n. 6, p. 1-27, 2020.
- _____. Subjetividades brancas: o caso Vazante. In: SIQUEIRA, Denise (org.). *Corpos, imaginários e afetos nas narrativas do eu*. Rio de Janeiro: e-papers, 2020. p. 201-212.
- _____. Chica da Silva as Vulto Histórico: Brazilian imaginaries and gender violence. In: *Revista Letterature d'America*, Roma: Università La Sapienza di Roma, n. 165, p. 5-22, 2017.
- _____. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2009.
- _____. Por que tenho razão: branquitude, Estudos Culturais e a vontade de verdade acadêmica. In: *Revista Contemporânea*, Salvador: UFBA, v. 3, n. 2, p. 159-180, 2005.
- _____. We Are Family: whiteness in the Brazilian media. In: *Journal of Latin American Cultural Studies*, v. 13, n. 3, p.315-325, 2004.

LOURENÇO CARDOSO é professor da Unilab, coorganizador do livro “Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil” e autor do livro “O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional”. É mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra e doutor em Ciências Sociais pela UNESP-Araraquara.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Lourenço. Branquitude e Justiça: Análise sociológica através de uma fonte jurídica: Documento técnico ou talvez político? In: *Journal of Hispanic and Lusophone Whiteness Studies*, v. 1, n. 6, 2020.
- _____. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional*. A branquitude acadêmica. v. 2. Curitiba: Editora Appris, 2020.
- _____. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra e o objetivo-fim. In: GÓES, Luciano (org.). *130 anos de (des)ilusão: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora D' Plácito, 2018. v. 1, p. 295-311.
- _____; et al. (org.). *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris Editora, 2018.
- _____. O modo de pensar da razão dual racial: A branquitude e o Mestiço-lacuna. In: *Revista Debates Insubmissos*. v. 1, p. 33-47, 2018.

- _____. A branquitude acrítica revisitada e as críticas. In: MÜLLER, Tania Mara Pedroso (org.). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2017. p. 33-52.
- _____. O branco não branco e o branco-branco. In: MÜLLER, Tania Mara Pedroso (org.). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2017. p. 175-195.
- _____. A branquitude acrítica revisitada e a branquitude. In: *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN*, v. 6, p. 88-106, 2014.
- _____. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. In: *Revista Latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud*. v. 8, p. 607-630, 2010.
- _____. *O branco "invisível": um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)*. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2008.

LUCIANA BRITO é historiadora, especialista nos estudos sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil e Estados Unidos. É autora do livro “Temores da África: segurança, legislação e população africana na Bahia oitocentista”, professora da UFRB e colunista no Nexo Jornal.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- BRITO, L. C.; GOMES, F. S.; SCHWARCZ, L. M. *Dicionário da escravidão e liberdade*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. v. 1. 493p.
- _____. *Temores da África: Segurança, legislação e população africana na Bahia oitocentista*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2016. v. 1. 229p.
- _____. Um paraíso escravista na América do Sul: raça e escravidão sob o olhar de Imigrantes confederados no Brasil oitocentista. In: *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro: PPGHC-UFRJ, v. 9, p. 145-173, 2015.
- _____. *Tópicos sobre a história do negro na sociedade brasileira*. 2. ed. Cuiabá: NEPRE, v. 4. 2014.
- _____. A Nation of Blended Colors: African-American Abolitionists and their Perspectives on Race Relations in Nineteenth Century Brazil (Forthcoming). In: ROCHA, Elaine; BEZERRA, Nielson; GOODRIDGE, Richard (org.). *Another Black Like Me: The Construction of Identities and Solidarity in the African Diaspora*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013.
- _____. A legalidade como estratégia: africanos que questionaram a repressão das leis baianas na primeira metade do século XIX. In: *História Social*, Campinas: UNICAMP, 2009, v. 16, p. 15-27.

NIC STONE nasceu e foi criada em um subúrbio da cidade de Atlanta, nos Estados Unidos, e a única coisa que ela ama mais do que uma aventura é uma boa história sobre ela. Depois de se formar no Spelman College, ela teve uma

larga experiência como mentora de adolescentes e morou em Israel por alguns anos antes de retornar aos Estados Unidos para escrever em tempo integral. Stone se esforça para trazer diversas vozes e histórias para seu trabalho. Ela é autora do best-seller “Cartas para Martin”, seu romance de estreia, lançado em 2017 nos Estados Unidos.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- STONE, Nic. *Shuri: The Vanished*. Scholastic, 2021.
- _____. *Cartas para Martin*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- _____. *Clean Getaway*. New York: Crown Books for Young Readers, 2020.
- _____. *Dear Justyce*. New York: Crown Books for Young Readers, 2020.
- _____. *Shuri: A Black Panther Novel*. Scholastic, 2020.
- _____. *Jackpot*. New York: Crown Books for Young Readers, 2019.
- _____. *Dear Martin*. New York: Crown Books for Young Readers, 2017.
- _____. *Odd One Out*. New York: Crown Books for Young Readers, 2017.

ROBIN DIANGELO é professora associada de Educação na Universidade de Washington. Ela possui dois doutorados honorários e foi duas vezes vencedora do Student’s Choice Award para Educadora do ano na Escola de Serviço Social da Universidade de Washington. Tem inúmeras publicações e livros. Em 2011, ela cunhou o termo “fragilidade branca” em um artigo acadêmico que influenciou o diálogo internacional sobre raça. Seu livro, “Não basta não ser racista: sejamos antirracistas” (tradução brasileira de “White Fragility: Why It’s So Hard For White People To Talk About Racism”), foi lançado em junho de 2018 nos Estados Unidos e estreou na lista best-seller do The New York Times, onde permanece. O livro agora está sendo traduzido para 10 idiomas. Além de seu trabalho acadêmico, DiAngelo é consultora e educadora há mais de 20 anos em questões de justiça social e racial.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- DIANGELO, Robyn. *Nice Racism: How Progressive White People Perpetuate Racial Harm*. Boston: Beacon Press, 2021.
- _____. Não basta não ser racista: sejamos antirracistas. São Paulo: Faro editorial, 2018.
- _____. *White Fragility: Why It’s So Hard For White People To Talk About Racism*. Boston: Beacon Press, 2018.
- _____. SENSOY, Ö. “Diverse Candidates Encouraged To Apply...”: How Faculty Hiring Committees Reproduce Whiteness and Practical Suggestions for How They Can Change. In: *Harvard Educational Review*, 2017.

- _____. THURBER, A. *Microaggressions: Intervening in three acts*. Journal of Ethnic & Cultural Diversity in Social Work. 2017.
- _____. *What Does It Mean To Be White? Developing White Racial Literacy - Revised Edition*. Peter Lang Incorporated, International Academic Publishers, 2017.
- _____. When you do it to me, its racism. In: SMITH, K. ; HALL, M.R. *Uncommon Bonds: Women Reflect on Making and Maintaining Interracial Friendships*. Eds. New York: Peter Lang, 2017.
- _____. SENSOY, Ö. Calling in: Ways of speaking, thinking, seeing: Cultivating humility, curiosity, and vision in service of anti-racist practice. In: *Journal of Understanding and Dismantling Privilege*, 2014.
- _____. SENSOY, Ö. Getting slammed: White depictions of cross-racial dialogues as arenas of violence. In: *Race & Ethnicity in Education*, 2014.
- _____. MATIAS, C. Beyond the face of race: Emo-Cognitive Explorations of White Neurosis and Racial Cray-Cray. In: *Journal of Educational Foundations*, 2013.
- _____. Nothing to add: The role of white silence in racial discussions. In *Journal of Understanding and Dismantling Privilege*, 2012.
- _____. SCHOROEDER, C. Addressing Whiteness in Nursing Education: The Sociopolitical Climate Project at the University of Washington School of Nursing. *Advances in Nursing Science*, 2010.
- _____. FLYNN, D. *Showing what we tell: Facilitating anti-racist education in cross-racial teams*. In: *Journal of Understanding and Dismantling Privilege*, 2010.
- _____. *My class didn't trump my race: Using oppression to face privilege*. *Multicultural Perspectives*. v. 8, p.51-56, 2006.
- _____. MATLOCK, S. "We put it in terms of "not-nice": White anti-racist parenting. *Journal of Progressive Human Services*, 2006.
- _____. ALLEN, D. My Feelings Are Not About You: Personal Experience as a Move of Whiteness. *InterActions*. In: *UCLA Journal of Education and Information Studies*, v. 2, i. 2, a 2. 2006.
- _____. *The production of whiteness in education: Asian international students in a college classroom*. *Teachers College Record*. v. 10, p. 1960-1982, 2006.

SUELI CARNEIRO é filósofa, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e coordenadora executiva do Geledés – Instituto da Mulher Negra. É ativista feminista e antirracista, autora de diversos artigos sobre as questões de gênero, raça e direitos humanos em publicações nacionais e internacionais. Seu livro mais recente é “Escritos de uma vida”.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- _____. *Racismo, sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- _____. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

- _____. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina de uma perspectiva de gênero. In: *Ashoka Empreendedores Sociais*, Rio de Janeiro: Takano, 2003.
- _____. Gênero e Raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. Fundação Carlos Chagas Editora 34. São Paulo, 2002.
- _____. O mito da democracia racial. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). *Brasil & África do Sul: uma comparação*. São Paulo: Editora Sumaré, 1996.
- _____. Racismo e Discriminação. In: *Cadernos Cebrap: Novas Faces da Cidadania: identidades políticas e estratégias culturais*, n. 4, 1996.
- _____. Defining Black Feminism. In: PALA, Achola O. *Black Women Speak Out on Identity, Race and Development*. New York: Unifem, 1995.
- _____. Gênero, Raça e Ascensão Social. In: *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: IFCS-UF RJ. v. 3 n. 2, 1995.
- _____. A organização nacional das mulheres negras e as perspectivas políticas. In: *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

TIAGO ROGERO é jornalista e coordenador de projeto na Rádio Novelo. Produziu, apresentou e editou o podcast “Negra Voz”, uma série especial para O Globo, onde também foi repórter durante cinco anos. Foi fellow do International Center For Journalists, EUA, com foco na produção de podcasts. Em 2020, deixou o jornal O Globo para criar a produtora de conteúdo Negra Voz Produções.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- VIDAS NEGRAS: [locução de] Tiago Rogero. [S. l.] Rádio Novelo, out. 2020. Podcast. Disponível em <<https://spoti.fi/3j79xDH>>.
- PODCAST NEGRA VOZ: [locução de] Tiago Rogero. [S. l.] O Globo, fev. 2020. Podcast. Disponível em <<https://spoti.fi/3wAOv5t>>.

THIAGO DE SOUZA AMPARO é professor da FGV Direito SP e da FGV Relações Internacionais, ministrando cursos sobre direitos humanos, antidiscriminação e direito internacional. É mestre e doutor em Direito pela Central European University, Budapeste, e foi pesquisador visitante na Universidade de Columbia, Nova Iorque. É colunista na Folha de SP.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- AMPARO, Thiago. *Cercas farpadas entre o mundo e eu*: transitar entre espaços excludentes para pessoas negras e lgbtq+ implica a constante necessidade de validação. Transitar entre espaços excludentes para pessoas negras e LGBTQ+ implica a constante necessidade de validação. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3AUSsW8>>.

THULA PIRES é mulher preta de axé, mãe da Dandara e bailarina. Doutora em Direito pela PUC-Rio, onde atua como professora-adjunta de Direito Constitucional e coordena o NIREMA – Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente. É professora visitante no African Gender Institute, University of Cape Town (2020). É integrante do Conselho do Instituto Clima e Sociedade, da Assembleia Geral da Anistia Internacional no Brasil e associada de Criola.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

- PIRES, Thula; GILL, A. B. Los límites de la democracia en América Latina. In: RONCONI, Liliána; CLÉRICO, Laura; HERRERA, Marisa (org.). *Tratado de Géneros, Derechos y Justicia. Derecho Constitucional Y Derechos Humanos*. 1. ed. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni. 2021. v. 1, p. 111-137.
- _____. Diálogo com Fanon: o negro como não ser. In: MAGNO, Patrícia Carlos; PASSOS, Rachel Gouveia (org.). *Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon*. 1. ed. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2021. v. 1, p. 258-271.
- _____; FLAUZINA, A. L. P. Políticas da morte: Covid-19 e os labirintos da cidade negra. In: *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 10, p. 67-84, 2020.
- PIRES, Thula. Por uma concepção amefricana dos direitos humanos. In: HOL-LANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 298-318.
- _____; FLAUZINA, A. L. P (org.). *Rebelião*. Brasília: Brado Negro, 2020.
- _____; FLAUZINA, A. L. P. Roteiros Previsíveis: Racismo e Justiça em Brasil. Trincheira Democrática: In: *Revista do Instituto Baiano de Direito Processual Penal*, v. 8, p. 8-10, 2020.
- _____; FLAUZINA, Ana; Supremo Tribunal Federal e a naturalização da barbárie. In: *Revista Direito e práxis*, v. 11, p. 1211-1237, 2020.
- _____; FLAUZINA, A. L. P. Cartas do Cárcere: horizontes de resistência política. In: *Revista Direito e práxis*, v. 10, p. 2117-2136, 2019.
- _____. Direitos humanos e América Latina: Por uma crítica amefricana ao colonialismo jurídico. In: *Lasa Forum*, v. 50, p. 69-74, 2019.
- _____. Direitos humanos traduzidos em português. In: Evandro Piza Duarte; Gabriela Barretto de Sá; Marcos Queiroz. (Org.). *Cultura jurídica e Atlântico negro: história e memória constitucional*. 1.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. v. 1, p. 47-60.
- _____; LOPES, A. C. M. Para além do colonialismo jurídico: rumo a uma concepção amefricana do Direito. In: MIÑOSO, Yuderlys Espinosa (org.). *Feminismo Descolonial: Nuevos aportes teórico-metodológicos a más de una década*. 1.ed. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2019. v. 1, p. 103-122.
- _____. 130 anos de Lei Áurea e 30 anos da Constituição de 1988: constitucionalismo e decolonialidade em perspectiva diaspórica. In: GÓES, Luciano (org.). *130 Anos de (des)ilusão: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados*. 1. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018. p. 463-486.

- _____. Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro. In: Revista Direito e práxis, v. 9, p. 1054-1079, 2018.
- _____. Por um constitucionalismo ladino-amefricano. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 285-303.
- _____: FREITAS, F. PIRES (org.) *Vozes do Cárcere: ecos da resistência política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Kitabu, 2018.
- PIRES, Thula. Criminologia crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em pretuguês. In: *Revista brasileira de ciências criminais*, 135, p. 541-562, 2017.
- _____. *Criminalização do racismo: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social sobre os negros*. 1. ed. Brasília: Brado Negro, 2016. v. 1. 290p .

Sobre o Instituto Ibirapitanga

Fundado pelo cineasta Walter Salles, o Instituto Ibirapitanga é uma organização dedicada à defesa de liberdades e ao aprofundamento da democracia no Brasil. Desde 2017, apoia iniciativas a partir de seus dois programas – Equidade racial e Sistemas alimentares. Por meio de doações, o Instituto apoia organizações, movimentos e coletivos da sociedade civil brasileira que desejam produzir transformações estruturais positivas no país.

DIRETOR-PRESIDENTE

Andre Degenszajn

DIRETORA DE PROGRAMAS

Iara Rolnik

COORDENADORA DE OPERAÇÕES

Manuela Thamani

GESTORA DE PORTFÓLIO - SISTEMAS ALIMENTARES

Manu Justo

GESTOR DE PORTFÓLIO - EQUIDADE RACIAL

Thales Vieira

GESTORA DE CONTEÚDO

Mohara Valle

ANALISTA DE COMUNICAÇÃO - MÍDIAS SOCIAIS

Raphael Bandeira

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Denise Dora

Flávia Oliveira

João Moreira Salles

Luiz Orenstein

Ricardo Abramovay

Sueli Carneiro

Walter Salles

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

I59 Instituto Ibirapitanga.
Branquitude: racismo e antirracismo / Instituto Ibirapitanga.
- [Rio de Janeiro] : Instituto Ibirapitanga, 2021.
177 p. : IL. - (Série Cadernos do Ibirapitanga ; 4).

Diálogos do encontro de 26 a 28 de outubro de 2020.

ISBN 978-65-995776-0-4

1. Branquitude. 2. Racismo. 3. Antirracismo. I. Instituto Ibirapitanga. II. Branquitude, racismo e antirracismo. III. Série Cadernos do Ibirapitanga.

CDD 320.56

Bibliotecária responsável: Taís Elaine da Silva – CRB: 7/6786

Nesta publicação

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Iara Rolnik e Mohara Valle

EDIÇÃO E REVISÃO DE TEXTO

Tatiana Custódio e Raphael Bandeira

REVISÃO DE TRADUÇÕES

Raquel Souza

TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO

Thânisia Cruz

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Alles Blau

Instituto Ibirapitanga

Agosto de 2021

